



SEMINÁRIO INTERNACIONAL

**COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA
E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS**

Comunicação e Educação





SEMINÁRIO INTERNACIONAL

**COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA
E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS**

DEBATE DE PESQUISAS E EXPERIÊNCIAS



Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM): uma trajetória por agroecologia e soberania alimentar no contexto urbano

Integration Center at Serra da Misericórdia (CEM): a trajectory by agroecology and food sovereignty in the urban context

Ana Paula Santos – Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM)¹

Patrícia da Veiga Borges – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)²

Resumo: O texto descreve a trajetória do Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM), uma associação sem fins lucrativos que está voltada à agroecologia e à soberania alimentar no contexto urbano. Seu intuito principal é unir as pontas da cadeia produtiva: estimulando o cultivo em quintais e áreas públicas, por um lado, e promovendo ações educativas relacionadas à alimentação, por outro. O CEM foi criado em 2011, no Parque Proletário do Grotão, Zona Norte do Rio de Janeiro, e em oito anos de existência passou por uma série de mudanças em relação ao seu projeto inicial. Este trabalho tem como objetivos: a) tecer uma memória para a associação, considerando que suas transformações são também as de seus integrantes, seu público e seu entorno; b) refletir sobre as dimensões educativa, comunicativa e cidadã de suas atividades. A metodologia escolhida para o exercício aqui proposto é a da investigação participativa, considerando que as autoras pensam, discutem e agem juntas na realidade social. Como resultado, faremos um balanço autocrítico, destacando desafios e possibilidades.

Palavras-chave: Agroecologia; Comunicação; Educação; Soberania Alimentar.

¹ Ativista socioambiental, agricultora urbana, produtora cultural, integrante da Rede Carioca de Agricultura Urbana, bolsista na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e idealizadora do Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM). E-mail: cem.contatos@gmail.com

² Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), jornalista na Coordenadoria de Comunicação da mesma instituição e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ). E-mail: patriciadaveiga@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Abstract: The text describes the trajectory of the Integration Center at Serra da Misericórdia (CEM), a non-profit association that focuses on agroecology and food sovereignty in the urban context. Its main purpose is to unite the ends of the productive chain: stimulating cultivation in backyards and public areas, on the one hand, and promoting educational actions related to food, on the other. CEM was created in 2011 in the Proletário's Park of Grotão, in the North Zone of Rio de Janeiro, and in its eight years of existence it has undergone a series of changes in relation to its original project. This work aims to: a) weave a memory for the association, considering that its transformations are also those of its members, its public and its surroundings; b) reflect on the educational, communicative and citizen dimensions of their activities. The methodology chosen for the exercise proposed here is that of participatory research, considering that the authors think, discuss and act together in social reality. As a result, we will take a self-critical balance, highlighting challenges and possibilities.

Keywords: Agroecology; Communication; Education; Food Sovereignty.

1. Introdução

O Centro de Integração na Serra da Misericórdia (CEM) é uma associação sem fins lucrativos que desde 2011 atua no Rio de Janeiro sob os eixos da cultura, da cidadania e do meio ambiente. Sua principal frente de trabalho é a promoção de agroecologia e soberania alimentar em territórios urbanos, o que se faz em parceria com diversos coletivos e instituições, buscando contemplar as duas pontas da cadeia produtiva de alimentos: do cultivo ao consumo.

O CEM foi criado como o nome de Centro de Educação Multicultural e durante cinco anos teve como sede o Parque Proletário do Grotão, favela situada no bairro da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro. O lugar faz parte da Área de Planejamento 3 do Município, onde está a maior densidade demográfica da zona urbana³, a menor área verde por habitante⁴ e os mais baixos índices de qualidade do ar (GUIA, 2016). Por ali também

³ 2,5 milhões de habitantes ou 40% da população do Rio de Janeiro.

⁴ 3,5 m² por habitante, enquanto as Nações Unidas indicam um mínimo de 8 m²/h e em alguns bairros da Zona Sul essa medida chega a 55 m²/h (GUIA, 2016).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

passa a cadeia de montanhas da Serra da Misericórdia⁵, uma das últimas faixas verdes da região, com 43,9 km² de área⁶, 17 morros e pico de 249 metros de altitude⁷.

No Grotão, o CEM cultivou uma agrofloresta que abriu espaço para o envolvimento da comunidade com o meio ambiente e de seus integrantes com a comunidade. Ali foram realizados diversos mutirões, além de oficinas de culinária, identificação e manejo de plantas, educação ambiental, teatro, dança, reforço escolar, capoeira, percussão etc. Por uma disputa de terras envolvendo o dono de uma antiga pedreira e o narcotráfico, em 2017 a associação deixou o local e, para não encerrar suas atividades, reinventou sua maneira de trabalhar - sem abandonar suas premissas.

Este trabalho resulta de um diálogo de quatro anos estabelecido entre as pesquisadoras que o assinam, sendo a primeira diretamente vinculada à associação e a segunda uma colaboradora informal interessada nos debates sobre alimentação, meio ambiente e comunicação. Faz parte de um desejo maior de gerar memória para e sobre o CEM, considerando as transformações pelas quais passaram seus integrantes, seu público e seu entorno.

A proposta, deste modo, é descrever a trajetória da associação, relacionando-a com as atividades do presente e prospectando um futuro. Também visamos discutir as dimensões educativa, comunicativa e cidadã do trabalho do CEM, tendo em vista a urgência de se promover segurança e soberania alimentar no contexto urbano.

⁵ A Serra da Misericórdia é reconhecida como Área de Proteção Ambiental Urbana (APARU) pelo Decreto n° 19.144/2000. Faz divisa com a Baía de Guanabara e os maciços da Tijuca, de Gericinó e da Pedra Branca, abrangendo 26 bairros: Abolição, Bonsucesso, Brás de Pina, Cavalcante, Cascadura, Del Castilho, Engenho da Rainha, Higienópolis, Honório Gurgel, Inhaúma, Irajá, Madureira, Olaria, Penha, Complexo do Alemão, Penha Circular, Piedade, Pilaes, Ramos, Rocha Miranda, Tomás Coelho, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos e Vista Alegre.

⁶ Essa medida varia conforme o estudo de relevo adotado ou o documento utilizado. Há textos que trabalham com a extensão de 35 km² (GUIA, 2016). Porém, aqui será considerado o que consta na Carta da Serra da Misericórdia, formulada em 2001 pelo movimento ambientalista formado na região. Disponível em: <<http://www.verdejar.org/carta-da-serra>> Acesso em 04 out. 2016.

⁷ Conforme informações do Instituto Pereira Passos (IPP) em seu Armazém de Dados, tabela 499 - altitude dos morros, com a indicação dos maciços e serras a que pertencem (2004). Disponível em: <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>> Acesso em 05 out. 2016.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

2. Justificativa e abordagem teórica

O Brasil consome cerca de 20% de todo o agrotóxico comercializado no mundo e tem 504 ingredientes ativos com registro autorizado, sendo 30% deles proibidos na União Europeia. Um estudo comparativo (BOMBARDI, 2017) constatou “assimetrias” entre Brasil e Europa, tanto no que diz respeito à quantidade de produtos liberados para consumo quanto no que é referente à tolerância de resíduos nos alimentos e na água. O Glifosato, por exemplo, mais vendido no Brasil e proibido em alguns países do norte global, tem um Limite Máximo de Resíduo (LMR) dez vezes maior em nosso café e cinco mil vezes maior em nossa água. O herbicida Atrazina, proibido na Europa e sétimo no ranking do mercado brasileiro, pode conter cinco vezes mais resíduos na cana e no milho consumidos por aqui e 20 vezes mais resíduos na água⁸. Não bastando tais números exorbitantes, 169 novos produtos químicos que fazem as vezes de “insumos” foram liberados ao mercado nos cinco primeiros meses de 2019⁹.

Esses dados assustam mais quando nos deparamos com a situação de segurança alimentar e nutricional nas grandes cidades brasileiras, sobretudo em periferias e favelas, lugares em que a população está historicamente alijada dos processos sociais. Em outubro de 2018, por exemplo, quando pela primeira vez foi realizada uma versão da Semana da Alimentação Carioca (SAC) na Zona Norte do Rio de Janeiro¹⁰, perguntamos ao público presente: “comida de verdade é direito ou privilégio?”. Qual foi nossa surpresa em ouvir da maioria das pessoas a resposta: “privilégio”.

⁸ O estudo foi realizado pela pesquisadora Larissa Bombardi, da Universidade de São Paulo (USP) e está disponível neste link: <<http://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>> Acesso em: 13 nov. 2018.

⁹ Conforme noticiou a mídia brasileira, no dia 21 de maio de 2019. Como exemplo, consideramos a matéria do [Correio Braziliense](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/21/internas_economia,756354/governo-libera-uso-de-mais-31-agrotoxicos-sao-169-registrados-em-2019.shtml): <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/05/21/internas_economia,756354/governo-libera-uso-de-mais-31-agrotoxicos-sao-169-registrados-em-2019.shtml> Acesso em: 24 mai. 2019.

¹⁰ A notícia foi veiculada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro: <<http://rio.rj.gov.br/web/sms/exibeconteudo?id=8574663>> Acesso em: 25 mai. 2019.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

O evento foi realizado na Arena Carioca Dicró, ao lado do Parque Ary Barroso, teve o CEM como um dos organizadores e reuniu moradores do entorno da Penha Circular, bem como estudantes de escolas públicas da região com as quais a nossa associação trabalha há alguns anos. Não só havia um consenso entre as pessoas do que poderia ser “comida de verdade” – alimento fresco, saudável, produzido sem veneno etc. – como elas sabiam que poderiam não ter acesso a esse tão raro “objeto de consumo”.

Como desmistificar esse pensamento se, ao longo da história da cidade do Rio de Janeiro, uma série de injustiças socioambientais foram cometidas nesta região? Subordinada “aos interesses de acumulação do capital”, a área que contempla Penha, Penha Circular, seu complexo de favelas, entre outros bairros pertencentes à Serra da Misericórdia, foi relegada a “*lócus* da reprodução de atividades industriais poluentes” (GUIA, 2016, p. 129). Desde a década de 1990, quando surgiram os primeiros movimentos ecológicos na Serra, esse território luta por reconstruir sua relação com a natureza, sua vida digna. Neste sentido é que o CEM se oferece como um contraponto ao que a realidade social insiste em impor à população.

Para mudar a ideia de que comer com qualidade e dignidade é um privilégio, é preciso trabalhar outro senso comum: o de que a lavoura está distante de nós. É preciso unir as pontas da cadeia: o cultivo e o consumo de alimentos. Por isso optamos por trabalhar com agroecologia e soberania alimentar.

A agroecologia é uma prática, um processo, uma ciência que recupera saberes milenares e busca outras relações com a terra e a natureza, para além do que preconiza a agricultura “moderna”, resultado de um processo industrial e financeirista. O termo surge na década de 1930, mas se populariza na academia e nos movimentos sociais em 1980, a partir de crises ambiental e de abastecimento assistidas mundialmente.

Enquanto ciência, a agroecologia pode ser definida como “...um novo enfoque científico, capaz de dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL, 2004, p. 8). Enquanto prática e processo, é também entendida como maneira de produzir alimentos baseada no manejo dos solos, na observação, na colaboração, na valorização de saberes e modos de ser, cujas técnicas são resultado da

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

experiência e do diálogo com a sociobiodiversidade, de uma crítica à produção agrícola industrializada e de uma tentativa de reorientação na seara da fragmentação do conhecimento (GUZMÁN, 2002).

Por meio da agroecologia, vislumbramos a luta por soberania alimentar, que diz respeito ao direito que os seres humanos têm de cultivarem um território (CHONCHOL, 2005). Direito este que passa pelo respeito à diversidade de culturas e de modos de vida (SHIVA, 2003) e, também, contempla a educação para recuperar, reivindicar e reorganizar hábitos alimentares. “Comida de verdade” é, sim, para todas as pessoas.

Em termos conceituais, e para fundamentar nosso interesse em falar sobre o CEM neste Seminário, aproximamos a proposta da agroecologia às noções de educação, comunicação e cidadania encontradas na obra de Paulo Freire (2003, 2005, 2006, 2007 e 2011). Para o autor, a marca da humanidade está na sua história. E fazer com que cada ser humano compreenda essa marca é papel da educação. A pessoa que Freire vislumbra está no tempo e tem consciência de seus atos. O que se constrói por meio do diálogo, da relação entre os seres sociais, da partilha de ideias, informações e visões de mundo.

É pela ação dialógica, ou seja, pela comunicação, que se tece reflexões, problematizações e negociações com a realidade. “Só o diálogo comunica” (FREIRE, 2011, p. 141). A esse processo dá-se o nome de “leitura de mundo”. Ler o mundo é enxergar-se a si e ao outro. Educar, nesse sentido, deixa de ser um processo de orientação para a vida social, para as normas a serem seguidas, e passa a ser um processo comunicativo para a compreensão do que está sendo construído no mundo.

As dimensões de educar e comunicar, em Freire, estão imbricadas e assumem o sentido de transformação. Conjugados e em consonância, esses dois processos implicam em uma cidadania que não está somente nos direitos, nas normas, no território, nos documentos internacionais ou nas identidades. Está, primeiro, nas práticas sociais.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Buscamos uma abordagem interdisciplinar (POMBO, 2008) com foco na pesquisa participante (BRANDÃO, 1987), o que significa reconhecer que somos agentes e autoras

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

de um mesmo processo formativo e de intervenção na realidade. Para relatar a memória do CEM, nosso objetivo principal, lançamos mão de entrevistas realizadas em 2015 pela segunda autora, por ocasião de outro trabalho (BORGES, 2017), de documentos e mídias gerados ao longo dos oito anos da organização e do exercício de memória da segunda autora, que escreve seu relato no item 4 como quem viu e viveu cada detalhe do trabalho. De modo geral, consideramos fazer parte da metodologia, para cada articulação cotidiana, nossa própria abertura à convivência e ao diálogo.

4. Desenvolvimento

A história do CEM será contada a partir de quatro momentos: a) chegada ao Parque Proletário do Grotão, quando se estabelece o contato com os moradores da favela; b) virada agroecológica, quando se percebe a necessidade de se cultivar uma floresta que também produz alimentos; c) inserção nas dinâmicas da agricultura urbana, quando o CEM se vincula à Rede Carioca de Agricultura Urbana (CAU) e passa a levar alimentos para a Feira Orgânica de Olaria e para a Feira Agroecológica na UERJ; d) perda do território, quando os integrantes do CEM se separam, dois deles mudam-se para Vargem Grande (na Zona Oeste) e é preciso encontrar novas maneiras de seguir; e) reconfiguração do trabalho, quando o CEM passar a ser o Centro de Integração na Serra da Misericórdia e articula ações nos bairros da Penha, Penha Circular.

5. Conclusões

Nosso objetivo, neste trabalho, foi produzir uma memória para as atividades do CEM. Uma vez feito tal relato, constatamos que a articulação entre comunicação e educação acontece em nossas rotinas, sobretudo, quando: cultivamos uma agrofloresta ou estimulamos que se plantem em quintais; falamos sobre agroecologia para estudantes de Ensino Fundamental; levamos alimentos saudáveis e saborosos para as feiras locais; adentramos nos processos políticos de redes, movimentos e conselhos; participamos de marchas e manifestações pelo direito das pessoas de produzirem e escolherem o que

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

comer. Neste sentido, o CEM vive e constrói seu próprio amadurecimento e o faz em diálogo com a população do Rio de Janeiro, em especial da Serra da Misericórdia, em disputa pelo cultivo e pelo consumo de alimentos integrais, frescos, seguros e baratos, em disputa por áreas verdes e por vida digna e cidadã na Zona Norte, na favela, nas periferias.

6. Referências bibliográficas

- BOMBARDI, Larissa Mies. Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.
- CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. Revista Estudos Avançados 19 (55), 2005. p.p. 33 – 48. Trad. Gênese Andrade. Publicado originalmente em Cultura, Sociedad e Historia Contemporánea, Revista del Doctorado en el Estudio de las Sociedades Latinoamericanas, Santiago do Chile, Universidad Arcis, Editorial Arcis, 2002, pp. 269-290.
- FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade – e outros escritos. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 12ª ed.
- _____. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 14ª ed. ver atual.
- _____. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. 13ª ed.
- _____. Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2003. 11ª ed.
- _____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. 47ª ed.
- GUIA, Eric Vidal Ferreira da. A Serra da Misericórdia como uma zona de sacrifício do Rio de Janeiro. In: RODRIGUES, R.I. Vida social e política nas favelas: pesquisas de campo no Complexo do Alemão; Rio de Janeiro: Ipea, 2016. 234. p.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar.2002.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003. Trad. Dinah Azevedo.

Programa Pluriverso e a difusão da sociologia nas rádios universitárias no sul do Brasil

Program Pluriverso and the diffusion of sociology in university radio stations at the South of Brazil.

Cristiano Ruiz Engelke - FURG¹

Guilherme Curi - UFMS²

Nilton Garcia Sainz - UFPe³

Bruna Vitória de Almeida - FURG⁴

Resumo: Este trabalho busca apresentar o projeto de extensão de educação e comunicação em mídias radiofônicas Programa Pluriverso, criado, produzido e realizado na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em parceria com outras universidades do sul do Brasil. A ideia do projeto de extensão é promover um programa de rádio da área de Sociologia, que tem como principal objetivo aproximar a Sociologia da comunidade. O Pluriverso objetiva também o debate de temas atuais da sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Rádio; Sociologia; Extensão Universitária; Comunicação

Abstract: This work intends to present the project of extension of education and communication in radio media called Pluriverso Program, created, produced and realized in the Federal University of Rio Grande (FURG) in partnership with other universities of the south of Brazil. The idea of this extension project is to promote a radio program in the

¹ Bacharel em Ciências Sociais (UFRGS), mestre em Ciência Política (UFRGS), doutorando em Ciência Política (UFPEL) e professor assistente na área de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande.

² Pós-doutorando e professor colaborador do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em Sociologia pela University College Dublin.

³ Mestrando em Ciência Política (UFPEL), bacharel em Ciências Sociais (UFPEL) e graduando em Jornalismo (UFPEL). Bolsista do programa CAPES/FAPERGS.

⁴ Bacharel em Direito (FURG) e graduanda em Educação Física (FURG).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

area of Sociology, whose main objective is to bring Sociology closer to the community issues. The Pluriverso also aims to debate current issues of the contemporary society.

Keywords: Radio, Sociology, University Extension; Communication.

1. Introdução

O presente trabalho apresenta um programa de rádio criado, produzido e realizado na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a partir de um projeto de extensão junto ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI), com apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da FURG e da Secretaria de Comunicação (SECOM) da FURG. O programa também conta com a parceria com das rádios universitárias da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), as rádios UniFM e Universidade AM, assim como com a rádio Federal FM, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

A ideia do projeto de extensão foi criar um programa de rádio da área de Sociologia, buscando aproximar a Sociologia da comunidade e a comunidade da Sociologia. O Pluriverso busca permitir discussão e diálogo com a comunidade a partir do debate de temas atuais de sociedade, política, cultura e meio ambiente. O projeto alcança através das rádios, boa parte do Rio Grande do Sul, sendo também reproduzido em formato de podcast em plataformas digitais (*Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts*) permitindo um alcance mundial de suas discussões. O programa Pluriverso é semanal, com uma hora de duração e busca contribuir com a educação, com o ensino de ciências sociais, com o debate democrático de questões contemporâneas, além de contribuir na formação de sua equipe, formada por docentes e estudantes da FURG.

2. Justificativa e abordagem teórica

O projeto se justifica pela importância de ocupar os espaços da rádio da FURG para divulgar o conhecimento construído pela Universidade, bem como fortalecer os laços com a comunidade local e ainda reforçar o papel de ensino que deve ir além dos espaços da FURG. Cabe ainda ressaltar que o Pluriverso é o único programa de rádio universitária no Brasil com temática exclusiva relacionada à Sociologia como forma de ensino e extensão.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-
IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Junto ao objetivo geral do Programa que é relativo à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão sendo um espaço para o debate da sociologia inter-relacionado a temas do cotidiano da comunidade, o projeto tem como objetivos específicos: criar um programa de rádio da área de Sociologia; Difundir as atividades da área de Sociologia; e permitir discussão e diálogo com os (as) convidados (as) da comunidade a partir do debate de temas atuais de sociedade, política, cultura e meio ambiente. Importante ainda destacar a parceria com as rádios da UFSM e da UFPEL que retransmitem o Programa Pluriverso, além dos programas serem disponibilizados em formato de *podcast* nas plataformas *Spotify*, *Google podcasts*, *Apple podcasts*, entre outros.

Após discussões e diversas sugestões acerca da identidade e nome do programa a partir de uma perspectiva sociológica, chegou-se ao nome "Pluriverso", que remete à ideia de diversidade, de uma construção social que busque acumular diferentes possibilidades de mundo e não seguir um princípio único e universal. De acordo com Escobar:

[...] en la conocida fórmula de los zapatistas, el pluriverso puede ser descrito como "un mundo donde quepan muchos mundos". Tal vez de manera más abstracta, el pluriverso indica las luchas por lograr mundos y conocimientos de otro modo - es decir, mundos y saberes contruidos sobre la base de los diferentes compromisos ontológicos, configuraciones epistémicas y prácticas del ser, saber y hacer. (ESCOBAR, 2012, p. 49)

A opção pela criação de um Programa de rádio para a equipe do Projeto corrobora o que foi discutido por Pezzo, Botelho e Rodrigues (2011) que a divulgação da produção universitária não é apenas fazer uso dos meios de comunicação universitários como política de extensão, mas é proporcionar espaços que possibilitem o diálogo, a construção e a troca de saberes entre universidade e a população. Isto é, não significa promover uma ação para obter um maior número de ouvintes, mas sim a partir de um projeto extensão desenvolver uma iniciativa que corresponda aos interesses de diferentes setores da população ao promover a reflexão crítica sobre temas cotidianos.

Diante disso, a Sociologia além de ser uma disciplina, traz à tona diferentes perspectivas teóricas que possibilitam diversas formas de compreensão sobre as

relações sociais entre as pessoas e as diversas questões em voga na sociedade ao longo da história e atualmente. Desse modo, ocupar um espaço em uma rádio que é reconhecido como um espaço de difusão de cultura de massa e difusão ideológica de grupos hegemônicos na sociedade, essa iniciativa tem como desafio além de gerar reflexão, também ser um promotor de soluções e de iniciativas organizadas e autônomas que questionem uma visão única e de legitimação da dominação social do mundo.

Desse modo, acreditamos que a divulgação científica da sociologia a partir de temas que sejam de interesse partilhado com a comunidade e de maneira informal, parte da concepção de que os processos de comunicação são vinculados a processos de aprendizagem, configurando um compartilhamento de diferentes saberes. Além disso, esse exercício de diálogo e troca entre a comunidade de Rio Grande, Pelotas e Santa Maria e com a comunidade universitária, por meio de um Programa de rádio, é uma das muitas formas de instigar e gerar a reflexão sobre os impactos e o retorno social do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidas no âmbito da Área de Sociologia.

A idealização desse projeto e a sua realização vem trazendo uma perspectiva diferente da comunicação das ideias sociológicas. Entendo que "a comunicação humana pode ser definida como um processo interactivo que envolve um intercâmbio de símbolos significantes" (Pereira, 2005, p. 1986) e que estamos em uma sociedade onde a informação é cada vez mais dinâmica. Assim, o Programa Pluriverso busca um diálogo e uma reflexão de temas contemporâneos e de relevância social com a comunidade.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

A equipe é coordenada pelo professor Cristiano Engelke, contando com apoio do professor e jornalista Guilherme Curi e os estudantes Nilton Sainz e Bruna Almeida.

O programa conta com página na rede social Facebook⁵ e perfil no Instagram⁶, buscando maior divulgação e interação com o público-alvo. Os temas a serem debatidos

⁵ <https://www.facebook.com/programapluriverso>

⁶ https://www.instagram.com/programa_pluriverso/

no Programa compreendem variados temas que estão em debate corrente nos eventos públicos, nos meios de comunicação e em redes sociais de grande interação na comunidade do município e da FURG. O planejamento de temas a serem abordados é flexível e podem variar conforme a demanda da comunidade e da conjuntura social e política do país e região. Alguns dos temas que foram e irão "ao ar" são os seguintes: a universidade pública na atualidade; o movimento de ocupação nas escolas e universidades em 2016; gênero e sexualidade o século XXI; conjuntura política, partidos e sociedade no Brasil; as questões socioambientais na região.

A avaliação do projeto acontece através das reuniões de avaliação da equipe, bem como em conjunto com a direção da FURG FM. Desse modo, a equipe do programa criou uma página na rede social Facebook, devido a ser uma mídia social bastante difundida na comunidade, possibilitando interações e *feedbacks* dos programas semanalmente.

4. **Desenvolvimento**

O projeto é realizado a partir de reuniões de planejamento da equipe do programa, bem como com equipe diretiva da SECOM-FURG e FURG FM, sendo a equipe do programa a responsável pela produção e apresentação do Pluriverso. O programa é semanal, com duração de uma hora e ao vivo. Além do programa ao vivo, semanalmente vai ao ar a reprise. A equipe é coordenada pelo professor Cristiano Engelke, do pós doutorando em comunicação social da UFSM e professor Guilherme Curi, do mestrando da UFPEL Nilton Sainz, e da estudante de graduação em Educação Física da FURG Bruna Almeida.

O programa está no ar desde 2017 e este projeto representa um novo momento do programa, com mudanças na equipe, parceria com a UFSM e UFPEL, além do aumento de meia hora para uma hora de duração do programa, que também passa a ser ao vivo. O Pluriverso é transmitido ao vivo às segundas-feiras, às 15h, na FURG FM, com reprise na mesma radio nas sextas-feiras, às 21h. Na rádio UniFM, da UFSM, o programa é reprisado nas quintas-feiras, às 13h. Na Universidade AM, também da

UFSM, o programa é reprisado nas sextas-feiras às 17h. Na Federal FM, radio da UFPEL, o Pluriverso é reprisado nas sextas-feiras às 21h. No domingo o programa Pluriverso da sema é disponibilizado nas plataformas digitais em formato de *podcast*.

O programa é dividido em dois blocos, com a presença de pelo menos dois entrevistados e ilustrados com uma música por bloco, sendo estas escolhidas dentro da temática do dia.

5. Conclusões

Como projeto de extensão acreditamos que o trabalho cumpre seus objetivos ao permitir o debate sociológico de forma simples e informal, mas sem perder seu caráter acadêmico. O Programa Pluriverso vem se transformando e se ampliando desde sua criação e serve ao mesmo tempo de espaço de aprendizado em comunicação e produção de rádio, mas principalmente como espaço de construção de conhecimento junto à comunidade.

6. Referencias bibliográficas

ESCOBAR, Arturo. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. Revista de Antropología Social, Norteamérica, 21, sep. 2012. Disponível em: . Acesso em 03 jul. 2017.

PEREIRA, Sandra. Sociologia da comunicação: As bases de um estudo no contexto das organizações. Disponível em < <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-sandra-sociologia-comunicacao-bases-estudo.pdf> >. Acesso em 06 de julho de 2017.

RODRIGUES, Pezzo Mariana; BOTELHO, Rodrigo; RODRIGUES, Ricardo. Funções e projeto de rádios e TVs universitárias: a experiência da UFSCar na implementação de seus veículos. Disponível em < http://www.radio.ufscar.br/wpcontent/uploads/2011/04/funcoes_e_projeto.pdf >. Acesso em 05 de julho de 2017.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Comunicação, educação e re-existências: relato de experiência de oficinas de gênero e sexualidade na escola

Communication, education, and re-existence: the experience of gender and sexuality workshops at School

Elisabete Edelvita Chaves, Rebeca Patrícia Machado, Ana Lúcia Nunes de Sousa –
UFRJ¹

Resumo: Este relato de experiência apresenta reflexões do projeto de extensão "Comunicação, educação e re-existências", que busca estabelecer um diálogo sobre ciências e saúde em espaços educativos, na periferia do Rio de Janeiro. Neste trabalho específico, abordamos, através de diários de campo da observação participante e de materiais comunicativos produzidos pelas/os estudantes e as oficinas de gênero e sexualidade desenvolvidas em na Escola municipal Brant Horta, numa turma de Ensino Fundamental II. O desenvolvimento desta ação demonstra que a escuta atenta é uma ferramenta que pode potencializar a participação dos estudantes em sala de aula. Além disso, a utilização de ferramentas lúdico-artísticas pode potencializar ainda mais o engajamento e a auto-expressão das/os estudantes. O debate sobre gênero perpassa todas as discussões, entretanto falar sobre sexualidade ainda pode ser um tabu para parte do grupo.

Palavras-chave: comunicação; educação; oficinas; gênero; educação sexual.

¹ Elisabete Edelvita Chaves é graduanda em História da Arte, edelvita.chaves@gmail.com; Rebeca Patrícia Machado é Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Saúde, NUTES/UFRJ, machadobioufrj@gmail.com; Ana Lúcia Nunes de Sousa é Doutora em Comunicação, professora atuante no Laboratório de Vídeo Educativo e no Programa de Pós-graduação em Ciências e Saúde do do Inst. Nutes de Ed. em Ciências e Saúde/UFRJ, analucia@nutes.ufrj.br ; Gisele dos Santos Costa é Doutora em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos, professora da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro, giselecosta014@rioeduca.net.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Abstract: This experience report presents reflections on the "Communication, education and re-existences" project, which seeks to establish a dialogue on science and health in educational spaces, on the outskirts of Rio de Janeiro. In this specific work, we have addressed, through field journals of participant observation and communicative materials produced by the students and the gender and sexuality workshops developed at the Brant Horta School in a class of middle school. The development of this action demonstrates that attentive listening is a tool that can enhance students' participation in the classroom. In addition, the use of playful-artistic tools can further enhance students' engagement and self-expression. The debate on gender pass through all discussions, but talking about sexuality can still be a taboo for part of the group.

Keywords: communication; education; workshops; gender; sexuality.

1. Introdução

Este trabalho apresenta reflexões em desenvolvimento do projeto de extensão "Comunicação, educação e re-existências", vinculado ao Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nutes/UFRJ), organizado em parceria com a Escola Municipal Brant Horta (EMBH), localizada no bairro da Penha, Rio de Janeiro. Buscamos dialogar com a educação formal e não formal sobre Ciências e Saúde, através das linguagens comunicativas, articulando ensino-pesquisa-extensão. A proposta considera a interface educação/comunicação como uma oportunidade para um fazer coletivo e permanente que partilha percepções, vivências e modos de fazer, estimulando a construção de leituras e narrativas diversas sobre ser e estar no mundo.

Atuamos em ambientes de educação por meio de oficinas de comunicação e arte, articulando conteúdos, linguagens (mídias) e práticas (produções comunicativas). Estes meios de comunicação costumam acompanhar e fortalecer as estratégias de resistência e re-existência a partir da comunicação popular, principalmente em ambientes periféricos, com os quais trabalhamos neste projeto.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

As análises apresentadas neste trabalho são parte de um processo inacabado de ensino-aprendizagem, resultantes de oficinas realizadas quinzenalmente na escola. Desenvolvemos as atividades com a turma do Projeto Carioca II (ensino fundamental II) procurando estimular o debate sobre gênero, sexualidade e afetividade, a partir da ótica da educação em saúde.

2. Justificativa e abordagem teórica

A proposta enxerga na interface educação - comunicação a oportunidade para um fazer coletivo e permanente que partilha percepções, vivências e modos de fazer, estimulando a construção de leituras e narrativas diversas sobre ser e estar no mundo. A ideia é articular conteúdos, linguagens e práticas vindos de múltiplos espaços às experiências vividas pela juventude em seu cotidiano.

Para Freire, não existe educação sem comunicação. Antes, “a educação é comunicação, é diálogo” (Freire, 1983, p.45), uma vez que não se trata da ação de um sujeito que detém o conhecimento e o transfere a outros que não o possuem, mas de um encontro entre sujeitos que compartilham a aventura da construção do conhecimento. Neste sentido, os meios de comunicação e informação são também concebidos como “alimentadores de um processo educativo transformador” (Kaplún, 2002, p.15). São estes meios de comunicação os que costumam acompanhar e fortalecer as estratégias de resistência e re-existência dos povos subalternizados, em espaços educativos com os quais pretendemos trabalhar.

No âmbito desta experiência, compreende-se gênero como conceito social-histórico-cultural, estruturado ao longo do tempo a fim de categorizar e determinar condutas. A heterossexualidade legitima o controle patriarcal racializado sobre a cultura, produção de conhecimento, logo, econômica (Lugones, M., 2008). Culpabilizar sujeitos e maneiras de existir e se expressar são ferramentas cruciais para a manutenção de hegemonia ideológica. Esta prática é comum com jovens pobres, sem acesso à educação, lazer e a métodos seguros e efetivos de contracepção (Davis, A., 2016 p.33).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

O projeto iniciou-se em março de 2019, com a realização de encontros quinzenais na Escola Municipal Brant Horta, onde trabalhamos especificamente com uma turma do Projeto Carioca II (ensino fundamental II), envolvendo a equipe do projeto, a professora da turma e cerca de 25 estudantes. O Projeto Carioca foi criado com o intuito de correção da distorção idade-série, alunos com defasagem na enturmação são realocados nas turmas de aceleração onde duas séries do E.F. são cursadas em um ano letivo. As oficinas desenvolvidas neste período procuraram estimular o debate sobre gênero, sexualidade e afetividade, a partir da ótica da educação em saúde.

As oficinas trabalharam especificamente com: 1) leitura conjunta, em forma de roda, do livro “Sejamos todas feministas” da escritora Chimamanda Ngozi Adichie, seguido de debate e produção de um livro mural, produzido pelas/os estudantes; 2) Diálogo sobre sexualidade e cuidados com o corpo, promovendo a troca de experiências e noções de manutenção da saúde sexual e bem estar, resultando na confecção de um fanzine sobre as principais IST's e cuidados preventivos para evitar o contágio das infecções.

Assim, além de construirmos o debate participativo, as/os estudantes produziram os seguintes materiais: 1) fanzines sobre IST's e; 2) um livro mural sobre gênero e violências contra a mulher. Estes produtos comunicativos e os diários de campo compõem os materiais analisados neste trabalho que refletem as narrativas dos estudantes em relação aos temas debatidos e constituem a base para nossas reflexões neste texto.

4. Desenvolvimento

Podemos apontar, provisoriamente, que as dinâmicas desenvolvidas possibilitaram a ampliação do diálogo e participação na sala de aula, uma vez estudantes que não costumam se expressar, participaram ativamente do debate. Assim, acreditamos que a dinâmica conseguiu acolher os estudantes, em suas diversidades, através do exercício de uma escuta atenta e afetada (Fravret-saada, 2005).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

A maior parte dos jovens percebe a importância de dialogar e combater as violências de gênero e relacionaram fatos apresentados nas atividades com suas vivências e notícias veiculadas nos grandes meios informativos. Os estudantes, entretanto, apresentaram resistência para debater sobre sexualidade, revelando vergonha e pouca familiaridade com o tema.

Após a leitura e debate do livro “Sejamos todos Feministas”, solicitamos aos estudantes que escrevessem ou desenhassem para expressar como se sentiam. Fomos, então, surpreendidas com a exteriorização de tristeza, abandono, falta de cuidado, entre outros, por parte dos estudantes. Percebemos que os estudantes procuraram colocar a mudança em pauta, em suas próprias práticas. Notamos também a necessidade de iniciar um trabalho abordando saúde mental na escola, pois os alunos demonstraram grande necessidade de acompanhamento psicológico.

Quando propusemos atividades de confecção de material lúdico/artístico as/os estudantes mostram sua criatividade, engajamento e produzem. Porém, no momento em que pedimos para que se expressam oralmente ou escrevendo, muitos reclamam que não gostam de ler e escrever. A desmotivação se dá na maioria das atividades propostas em sala de aula, não apenas no projeto, segundo a professora da turma. A princípio, nossa hipótese para a recusa em escrever é de que isso poderia revelar um processo de escolarização insuficiente, recebido pela maior parte deles, mas é uma reflexão em processo para a qual precisamos de mais dados para corroborar ou não sua validade.

5. Conclusões

No decorrer das oficinas é possível perceber a necessidade do diálogo e a escuta com estes estudantes sobre gênero e sexualidade, principalmente partindo de uma perspectiva afetiva (Hooks, 1995), que são temáticas latentes no cotidiano destes, porém silenciadas e vivenciadas em um contexto de violência. A demanda por

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

acolhimento em uma abordagem de saúde mental nos indica a urgência deste cuidado dentro da escola, ainda negligenciado pelas autoridades.

As desigualdades sociais estão diretamente relacionadas ao adoecimento da população mais pobre. Assim, consideramos que levar para a escola o debate sobre saúde, abordando as diferenças é uma contribuição à criticidade e emancipação dos estudantes. A luta pela saúde - aqui entendida como a busca pela saúde do corpo, da mente e do espírito - se entrelaça às lutas das mulheres e dos direitos humanos com o esforço pela emancipação social, econômica e política (Davis, 2016), para a qual pretendemos contribuir com este projeto, que visa à construção de estratégias de re-existência.

6. Referencias bibliográficas

- Adichie, C. (2014). *Sejamos todas Feministas*. Companhia das Artes.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Boitempo.
- Favret-saada, Jeane (2005). *Ser afetado*. Caderno de campo, 13.
- Freire, P. (1983). *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 7 ed.
- Freire, P (2002). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra. 25 ed.
- Hooks, B. (1990). *Yearnings: Race, gender, and cultural politics*. Boston: South End Press.
- Kaplún, G. (2002). *Una pedagogía de la comunicación*. La Habana: Editorial Caminos.
- Lugones, María (2008). *Colonidad y género*. Tabula Rasa (9), pp.73-101.

Agência de Jornalismo Educar

Projeto de comunicação para o protagonismo de jovens em situação de risco social – uma tecnologia social

Educar Journalism Agency

A communication project for the empowerment of youth in social risk: A social technology

Fernanda Mello¹ y Carmé Ferré-Pavia² – Universidad Autónoma de Barcelona

Resumo

La comunicación juega un papel fundamental en nuestra sociedad y usarla como herramienta de desarrollo de los colectivos ciudadanos es favorecer a la formación de actores sociales en estos ámbitos.

Desde 2005, desarrollamos proyectos de comunicación alternativa para el cambio social implementadas en ambientes de riesgo social en Brasil. La primera experiencia, Expressão Prisional: alternativas de comunicação social em Presídios, fue llevada a cabo con presos del mayor complejo penitenciario de Brasil. La segunda, Agente Notícias: a comunicação como ferramenta do protagonismo juvenil, con jóvenes en situación de riesgo social. En los dos casos utilizamos el método de la Participatory Research (PR) para desarrollar el trabajo.

A partir de esas experiencias creamos un modelo replicable de un proyecto de comunicación para el liderazgo de jóvenes en situación de vulnerabilidad social. Pero Brasil ha vivido un cambio de paradigma. Los jóvenes que antes necesitaban el empoderamiento a través del acceso a herramientas que les diesen voz ahora tienen las herramientas disponibles, aunque no saben utilizarlas de manera razonable.

Presentamos en este artículo el modelo utilizado y su aplicación en los últimos cinco años. El objetivo es crear un espacio de reflexión y discusiones académicas con otros investigadores del área.

Palabras-clave: cambio social, protagonismo juvenil, tecnología social, participatory research

Abstract

Communication plays a fundamental role in our society and using it as a tool for citizen groups development is to stimulate the social actors' actuation in these areas. Since 2005, we have been developing alternative communication projects for social change implemented in social risk environments in Brazil. The first experience,

¹ Doctoranda en Ciencias de la Comunicación en la Universidad Autónoma de Barcelona (España) en el Grupo de Comunicación y Responsabilidad Social de la UAB y miembro del grupo de Comunicación y cambio social de ALAIC. fermdgui@gmail.com.

² Profesora titular del Departamento de Medios, Comunicación y Cultura de la UAB, directora del grupo Compress-Incom UAB. Carme.Ferre@uab.cat.

Expressão Prisional: alternatives of social communication in Presidio, was carried out with prisoners from the largest penitentiary complex in Brazil. The second, Agent News: communication tool for protagonism of youth in vulnerability. In both cases, we used the Participatory Research (PR) method.

Based on these experiences, we created a replicable model of a communication project for the leadership of young people in situations of social vulnerability. When we started implementing this model we faced that Brazil has experienced a paradigm shift. Young people who previously needed empowerment through access to tools that give them a voice now have the tools available, although they do not know how to use them in a reasonable way.

We present this article the model used and its application in the last five years (2014-18). The objective is to create a space for reflection and academic discussions with other researchers in the area.

Keywords: communication and social change, youth protagonism, social technology, participatory research

1. Introdução

El presente artículo se propone a presentar un modelo replicable de Proyectos de comunicación para el desarrollo del protagonismo de jóvenes en situación de riesgo social en Brasil que participan de Academia Educar. Desde la Participatory Research, esa investigación tuvo como punto de partida los conceptos de *comunicación alternativa*, *comunicación para el desarrollo* y *protagonismo social*. No obstante, acudiremos a disciplinas como la Psicología y la Administración de Empresas para definir lo que entendemos por *liderazgo social* y *empoderamiento*.

Presentaremos aquí el caso de estudio de la aplicación del modelo construido en un proyecto de protagonismo juvenil de Academia Educar, entre los años de 2014 y 2018. Esa investigación hace parte del trabajo desarrollado por el Grupo Comunicación y Responsabilidad Social-Incom de la Universidad Autónoma de Barcelona (Comress- Incom UAB)³.

³ El grupo trabaja tanto la comunicación y participación ciudadana, donde esta investigación está inserida, como líneas de investigación que posibilitan estudiar de manera amplia todo lo que afecta a la responsabilidad social en el campo de la comunicación: la de las empresas de comunicación, la de los medios como actores sociales, la de los profesionales, las prácticas periodísticas que esconden determinados temas ciudadanos y la ética de la comunicación. Temas como la democracia, la participación ciudadana y la creación periodística son abordados por Comress, desde la distinción de su responsabilidad ante la sociedad.

2. Justificación y abordaje teórico

La comunicación juega un papel fundamental en la sociedad moderna y usarla como herramienta de desarrollo de los colectivos ciudadanos es una forma de favorecer la formación de actores sociales en estos ámbitos.

Desde el 2005, hemos desarrollado proyectos de comunicación alternativa para el cambio social implementados en ambientes considerados de riesgo social en Brasil. La primera experiencia, Expressão Prisional: alternativas de comunicação social em Presídios, fue llevada a cabo con presos del mayor complejo penitenciario de Brasil. La segunda, Agente Notícias: a comunicação como ferramenta do protagonismo juvenil, con jóvenes en situación de riesgo social en otra localidad brasileña. Los resultados alcanzados por esas acciones apuntan al aumento de más del 90% en las matriculaciones en la escuela de la penitenciaría en que se implementó el proyecto. En el caso de los jóvenes, el cambio de implicación y de actitud de algunos de ellos, participantes del proyecto Agente Jovem, se concretó en el hecho de que hubiera chicos de la primera edición del periódico que ejercieron como mentores en la segunda, una vez que asumieron su papel de actores sociales capaces de cambiar su entorno. Esto nos animó a seguir trabajando con la temática, sobre todo enfocado en el papel de la educación y del liderazgo en la vida de los jóvenes.

En 2012, se planteó el reto de generar un guion de modelo para la comunicación en la formación de actores sociales en ambientes de riesgo que pueda ser utilizado por otras comunidades y acompañar así al protagonismo social del individuo.

Sin embargo, al empezar a aplicar el modelo en un nuevo grupo de jóvenes en Brasil se había dado un cambio de paradigma. Los jóvenes que antes necesitaban el empoderamiento a través del acceso a herramientas que les diesen voz ahora tienen las herramientas disponibles (móviles, redes sociales, etc) pero no saben cómo utilizarla de manera razonable y responsable.

Paralelamente, Brasil viene enfrentando una situación de inestabilidad política y social desde el 2014. Segundo un el informe País Desigual de Oxfam Brasil (2018), el país hoy ocupa la 9ª posición en el ranking mundial de desigualdad de renta.

Oxfam(2018) apunta todavía que, entre 2016 y 2017, Brasil se mantuvo en el mismo nivel del Índice de Desarrollo Humano (IDH), siguiendo en la 79ª posición en un ranking de 179 países.

Otro dato alarmante es que por la primera vez desde 1990, Brasil registró un alza en la mortalidad infantil, que subió de 13,3 en 2015 a 14 muertes por mil habitantes en 2016.

Oxfam apunta también que en el año 2016 el volumen de gastos sociales en Brasil retrocedió al nivel de 2001. En el ranking global del Índice de Compromiso con la Reducción de Desigualdades (CRII), el país ocupa el puesto 41 en relación a gastos sociales⁴.

Si miramos hacia la educación, la situación es aún más preocupante, Brasil tiene un 35% de personas en edad de trabajar que no concluyeron la enseñanza fundamental, el 48% de todos los brasileños con edad superior a 14 años en el primer trimestre de 2019 concluyeron al menos la enseñanza media. Entre la población empleada, la mayor parte (60,3%) habían concluido al menos la enseñanza media, el 20,7% tenía el nivel superior y el 25% sólo el nivel fundamental⁵.

Lamentablemente todos esos datos se ven reflejados en las actitudes y comunicación de los jóvenes. Diversas veces en esos cinco años de trabajo tuvimos que interrumpir las actividades programadas para facilitar un espacio de conversación sobre temas como la dictadura militar – muchos jóvenes, al no conocer la realidad de una dictadura, decían que el régimen autoritario sería la única salida al país. En otros momentos llegó a nuestro conocimiento que jóvenes participantes sufrían abusos desde hacía muchos años. Con el discurso de odio a las minorías, muchos de los textos producidos por los jóvenes aludían a esas temáticas.

La experiencia presentada en esa investigación reafirma el papel fundamental de la comunicación en el desarrollo del protagonismo social, que la comunicación, como tecnología social, puede mejorar el ambiente en que vive el ciudadano.

⁵ Datos del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), parte de la Encuesta Nacional por Muestra de Domicilio (Pnad) del primer trimestre de 2019. Disponible en <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>, acceso en 18/05/2019.

Por eso, el interés de este proyecto se concentra en ofrecer una herramienta que pueda servir para incentivar proyectos de comunicación capaces de mejorar el liderazgo, información y, como consecuencia, la calidad de vida de jóvenes en situación de riesgo y sus comunidades.

3. Métodos y instrumentos de investigación

Aquí presentaremos el modelo de comunicación para el cambio social con jóvenes en situación de riesgo. El modelo consiste en un paso a paso de los talleres, objetivos, materiales y herramientas necesarias. Aquí también incluimos una propuesta de cronograma.

4. Desenvolvimiento

En desarrollo del trabajo describiremos el proceso de aplicación y adaptaciones en los cinco años de proyecto. Aquí analizamos los aciertos, ajustes, problemas enfrentados y adaptaciones necesarias. Siempre considerando la opinión de todos los involucrados (jóvenes, coordinadora de programa, voluntarios y responsables).

5. Conclusiones

Pensando en contribuir al desafío presentado por Unicef y estimular el protagonismo social como opción preventiva, ese trabajo es la validación de un proceso de investigación que se lleva a cabo desde hace nueve años. La experiencia con la Agência de Jornalismo valida el Modelo de Comunicación Alternativa para el Cambio Social en Ambientes de Riesgo que se investiga como marco amplio.

Desde el año 2000, la Agência de Jornalismo forma parte de las actividades del proyecto Academia Educar. En sus 18 años, el proyecto trabajó de diversas formas, desarrollando un trabajo interesante, pero nunca había sido analizado académicamente y desde la observación participativa. En este caso se hace de manera exploratoria y como avance de un análisis más exhaustivo.

Los resultados de la implicación de los muchachos se observaron sobre todo con los jóvenes que llegaron al final del proyecto, llevaron a cabo dos ediciones completas del periódico y fueron elegidos como agentes multiplicadores de

Academia Educar para los años siguientes, reforzando nuestra creencia de que la comunicación es el punto clave en la formación de jóvenes líderes sociales.

Desde el punto de vista metodológico para la ampliación de la investigación, las principales dificultades que enfrentamos durante el desarrollo fueron el involucramiento de los jóvenes y también que ellos aceptasen la responsabilidad de formar parte de un proyecto de comunicación. Notamos que más que el acceso a herramientas que expresen su voz, hoy los jóvenes necesitan comprender la responsabilidad que tienen en lo que comunican. Ante ese reto, muchos jóvenes dejaron las oficinas del periódico.

Esa investigación, en este caso, se abre al trabajo con valores de responsabilidad social y a la integración de actividades que formen no solo en procesos y herramientas, sino en valores. Entendemos que el empoderamiento a través de la comunicación participativa sigue siendo una vía formativa, pero es inevitable actualizar el reto mayor de los jóvenes, muy avezados a usar herramientas y producir contenidos, pero menos a interpretar el mundo y responsabilizarse de interpretarlo y valorarlo para comprender.

6. Referencias bibliográficas

Barranquero, A. C. (2006). Reclamando voces. Contribución latinoamericana a la comunicación para el cambio social en Redes.com, 3. Recuperado el 15 de agosto de 2010 de: <http://www.compoliticas.org/redes/pdf/redes3/16.pdf>

Beltrán Salmon, L. R. (2005). La comunicación para el desarrollo en América Latina: Un recuento de medio siglo. Documento presentado al III Congreso Panamericano de la Comunicación, Buenos Aires.

Byrne, A. (ed) (2005). Measuring Change: A Guide to Participatory Monitoring and Evaluation of Communication for Social Change. Nueva Jersey: CFSC Consortium. Recuperado: http://www.communicationforsocialchange.org/pdf/measuring_change.pdf

Chaparro, M. E. (2009). Comunicación para el empoderamiento. Perspectivas de la comunicación, n. 2, pp.146-158.

Costa, A. C. G. D. (2000). Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Fundação Odebrecht.

Freire, P. (1987). A Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gumucio-Dagron, A. y Rockefeller Foundation (2001). Haciendo olas: Historias de comunicación participativa para el cambio social. Nueva York: Fundación Rockefeller.

Gumucio-Dagron, A. y Tufte, T. (2008). Antología de la Comunicación para el Cambio Social. Bolivia: Consorcio de Comunicación para el Cambio Social.

Gumucio-Dagron, A. (2010). Three Challenges of Communication for Social Change. Recuperado en <http://www.communicationforsocialchange.org/mazi.php?id=11>

Head, B. W. (2011). Why not ask them? Mapping and promoting youth participation. Children and Youth Services Review, 33(4), pp. 541-547.

Jacobson, T. L. y Servaes, J. (1999). Theoretical approaches to participatory communication. Cresskill, N.J.: Hampton Press.

Martín Barbero, J. y Orozco Gómez, G. (1990). La comunicación desde las prácticas sociales: Reflexiones en torno a su investigación. México: Universidad Iberoamericana.

Mello, F. y Ferré Pavia, C. (2012). La comunicación en la formación de actores sociales en ambientes de riesgo. Dos experiencias en Brasil. Trabajo presentado en XI Congreso de ALAIC. Montevideo (Uruguay), 2012 - Grupo de trabajo de Comunicación y Cambio Social.

Oxfam Brasil (2018). País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras 2018. Recuperado de: https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/relatorio_desigualdade_2018_pais_estagnado_digital.pdf

Paint. M. (2007). Participatory Research en Participatory Lifelong Learning and Information and Communication Technologies. UNESCO, p.91. Recuperado de: http://www.unesco.org/education/aladin/paldin/pdf/course01/unit_08.pdf

Pereira González, J.M. y Cavidad Bringe, A. (2011). Comunicación, desarrollo y cambio social: interrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y medios. Bogotá: UNESCO.

Peruzzo, C. (2004). Comunicação popular e movimentos populares. Petrópolis: Vozes.

Sen, A. (2000). Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

UNESCO (2014). Educação para Todos em 2015 - Um objetivo acessível? Recuperado de: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187129por.pdf>

Unicef (2011). Situação Mundial da Infância - Adolescência: Uma fase de oportunidades 2011 Recuperado de: http://www.unicef.org/lac/Relatorio_2011_web.pdf

Zeldin, S., Camino, L., y Calvert, M. (2003). Toward an understanding of youth in community. Social Policy Report, 17(3), pp.1-20

Documentário *Refúgio*: migração e situação de refugiados em um relato de experiência fílmica

Documentary *Refuge*: migration and refugee situation in an film experience report

Shay Peled – Universidade Federal do Espírito Santo¹

Gabriela Santos Alves – Universidade Federal do Espírito Santo²

Marcus Neves – Universidade Federal do Espírito Santo³

Willian Loyola – Universidade Federal do Espírito Santo⁴

Brunela Vieira de Vincenzi – Universidade Federal do Espírito Santo⁵

Resumo: busca-se, a partir do cenário específico de fluxo migracional em Vitória, Espírito Santo/Brasil, relatar experiências de refugiados que vivem na cidade, além de evidenciar o processo de pesquisa e de realização do documentário *Refúgio*, filme de curta metragem realizado por nós, autores deste texto, e que foca sua narrativa em questões como o encontro de diferentes culturas e a construção do pertencimento, da identidade e da fé de seus sujeitos protagonistas, que vivem longe de suas raízes originais.

Palavras-chave: migração; refugiados; experiência; documentário; *Refúgio*.

Abstract: it is sought, based on the specific migratory flow scenario in Vitória, Espírito Santo/Brazil, to report experiences of refugees living in the city, as well as to highlight the process of research and the realization of the documentary *Refuge*, a short film made by

¹ Diretora e montadora de cinema, bacharel em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Brasil. Em 2018 dirigiu os documentários "Jardim Secreto", sobre vigilância urbana, e "Refúgio", sobre a situação de imigrantes e refugiados em Vitória, ES. E-mail: shaypeledd@gmail.com.

² Pós-doutora em Comunicação e Cultura; Professora do Departamento de Comunicação Social, Curso de Cinema e Audiovisual, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Brasil. Realizadora audiovisual. Produtora associada, co-diretora e roteirista do filme. E-mail: gabriela.alves@ufes.br.

³ Mestre em Estudos Literários; Professor do Departamento de Teoria da Arte e Música, Curso de Música, da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Brasil. Produtor associado, coordenou o som direto, mixagem e supervisão musical do filme. E-mail: marcus.neves@ufes.br.

⁴ Produtor executivo. Bacharel em Cinema e Audiovisual pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Brasil. Produtor executivo e produtor associado do filme. E-mail: williangomesloyola@gmail.com.

⁵ Pós doutora em Direito; Professora do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, Brasil. Titular da Cátedra Sérgio Vieira de Mello do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados na UFES, atuou como pesquisadora do filme. E-mail: bruvincenzi@googlemail.com.

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

us, who focuses his narrative on issues such as the encounter of different cultures and the construction of belonging, identity and faith of their protagonist subjects, who live far from their original roots.

Keywords: migration; refugees; experience; documentary; *Refuge*.

1. Introdução

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o processo de realização do documentário *Refúgio*, projeto e filme de curta metragem desenvolvido por alunos e professores dos Cursos de Cinema e Audiovisual, Música e Direito da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, entre os anos de 2017 a 2019. Classificado pelos professores coordenadores do projeto como “filme escola”, partiu da premissa de um conteúdo pedagógico e também social, a fim de potencializar vozes de pessoas que vivem em situação de refúgio a partir de uma proposta ética e estética positiva e que resultasse em uma obra possível de ser exibida em festivais de cinema nacionais e internacionais e também em grade televisiva educativa, além de escolas e eventos acadêmicos e culturais ligados à garantia e respeito aos direitos humanos.

Refúgio nasceu da preocupação com o crescente discurso de ódio em relação aos imigrantes e refugiados, em especial no Estado do Espírito Santo. A ideia inicial surgiu em abril de 2017, a partir de uma proposta interdisciplinar entre o curso de Cinema e Audiovisual e o Núcleo de Estrangeiros, Migrantes e Refugiados da Universidade Pública e Federal do Estado, a UFES, grupo que presta apoio jurídico aos refugiados no Estado. A proposta era produzir um conteúdo audiovisual conscientizador em relação a onda de refúgio no Estado, relativamente pouco procurado pelos imigrantes.

O filme, portanto, tem como temática uma das maiores crises vividas na contemporaneidade - os processos de mobilidade que envolvem os migrantes e os refugiados. Longe de fugir dos motivos dessa crise humanitária que põe em trânsito milhares de pessoas, o documentário *Refúgio* se volta para outra instância do trajeto desse migrante: a chegada e o recomeço em um novo país. O documentário, portanto, problematiza questões que envolvem o encontro de diferentes culturas, a construção do pertencimento, da identidade e da fé longe das raízes originais dessas pessoas.

Refúgio tem como personagens cinco refugiados/as de países do Oriente Médio e da África que atualmente vivem em Vitória e Vila Velha, no Espírito Santo, Brasil: Jouma

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

(Síria), Irene (Madagascar), Hadi (Líbia), Asma (Líbia) e Haidar (Iraque). As questões individuais foram construídas na narrativa mostrando o cotidiano desses sujeitos, objetivando levar o espectador para dentro da rotina do refugiado. O foco explorado foi a empatia e a condição de alteridade, que implica que um indivíduo seja capaz de se colocar no lugar do outro, em uma relação baseada no diálogo e na valorização das diferenças existentes, numa tentativa de aproximação e o reconhecimento do outro como um similar.

2. Justificativa e abordagem teórica

Nesta era de globalização, vende-se a ideia de fluidez e de livre circulação de informação e de capital, em contrapartida, crescem as divisões e os muros entre fronteiras físicas e simbólicas. Percebe-se o crescimento nada sutil da intolerância e da xenofobia, do fundamentalismo e do conservadorismo sob a égide das ideologias de extrema direita e da ascensão de líderes políticos de nuances totalitárias que governam sob uma forma peculiar de ditadura neoliberal, ignorando os direitos humanos mais básicos. Muito se tem discutido sobre a globalização e o aumento da violência, mesmo em países considerados democráticos e liberais. A ideia de soberania e de um território estável, a ideia de uma população nele contida e contável, a ideia de um censo confiável se complexifica na era da globalização. A certeza de que povos distintos e singulares extrapolam e controlam territórios nacionais bem definidos tem sido decisivamente abalada pela fluidez global de riquezas, armas, povos e imagens.

Apesar da dificuldade mundial de lidar com globalização geradora de grandes incertezas e diversos conflitos, os países e as sociedades vêm encarando o desafio de adotar medidas para lidar com o enorme fluxo de pedidos de refúgio. No Brasil, um destino bastante procurado nas Américas, houve uma reestruturação para lidar com a crise dos refugiados. Nas medidas recentes estão o projeto de Lei de Migração (2017) com recursos adicionais; as medidas humanitárias, como os vistos para cidadãos haitianos e vistos especiais para os afetados pelo conflito na Síria, além do fortalecimento do Conare, o Comitê Nacional para os Refugiados, ligado ao Ministério da Justiça e a criação de um órgão público para assistência a imigrantes e refugiados.

Segundo a Conare, houve cerca de 30 mil solicitações de refúgio no ano de 2015, número que cresceu enormemente se comparado aos mil pedidos feitos no ano de

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

2010. Em 2016 eram cerca de 9 mil refugiados reconhecidos no Brasil, sendo a maioria da Síria. Porém, apesar de ser conhecido como um país inclusivo – pelo menos no imaginário social – no ano de 2016 foram negados 7 mil solicitações de refúgio.

O Espírito Santo, apesar de não ser um destino brasileiro muito procurado se comparado a cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, tem recebido refugiados. Desde 2011 o Estado recebeu principalmente sírios devido a guerra civil que assola o país. Segundo a Delegacia de Imigração da Polícia Federal no Espírito Santo, os refugiados sírios que chegaram em terras capixabas representam mais de 10% do total que estão no Brasil. Segundo a coordenadora do Núcleo de Apoio aos Refugiados do Espírito Santo (Nuares), Viviane Mazine, há cerca de 300 refugiados no Estado. Além de sírios, também chegam congoleses, colombianos, libaneses, cubanos, bolivianos e venezolanos. O filme *Refúgio* retratou parte da experiência e do cotidiano de alguns deles, tendo como protagonistas alguns desses refugiados.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

A pesquisa para a realização do filme envolveu um estudo prévio sobre a temática, que se deu através de leituras de materiais impressos, como matérias jornalísticas e informes/dados oficiais dos governos federal e estadual e análise de filmes que lidassem com a temática do refúgio. Além disso, foram consultados livros e artigos acadêmicos que refletem e teorizam acerca de produção do filme de documentário.

A segunda fase se deu em pesquisa de campo, que envolveu a participação em eventos de Direitos Humanos e entrevistas com profissionais que trabalham diretamente na ajuda desses refugiados. Também foram realizadas as pré-entrevistas para o filme, com diversos imigrantes e refugiados do Estado. Por fim, foram realizadas as entrevistas oficiais com os cinco personagens do filme *Refúgio*, ao longo de 2018, nas cidades de Vitória e Vila Velha, ES-Brasil.

Para compreender os sujeitos personagens da narrativa, realizamos entrevistas com os personagens escolhidos através de duas formas: individualmente, em seu local natural, sua casa, seu local de trabalho ou de lazer; e coletivamente, comportando vários relatos do indivíduo reunido com seu grupo, como o religioso, por exemplo, junto à equipe de filmagem, numa conversa em que o objetivo era a troca de experiências, a fim de criar laços de amizade e confiança. Um exemplo foi a troca de receitas culinárias e a tentativa

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

de cozinhar juntos, pois acreditamos no potencial simbólico da comida sendo central na construção do senso de identidade individual e coletiva. Acreditamos também que a comida estimula memórias, raízes e relações afetivas, podendo contribuir na adaptação do imigrante e do refugiado, na superação das suas dificuldades vividas no país de acolhimento, na dignificação e aceitação de sua história e cultura de origem.

4. **Desenvolvimento**

O documentário *Refúgio* tornou possível o entendimento de certo descaso do estado e das prefeituras em relação ao destino dos imigrantes e refugiados instalados no país. Também, através da tentativa de arrecadação de recursos para o filme de três formas diferentes - crowdfunding, financiamento privado, edital de cultura público - foi possível notar a falta de sensibilidade e atenção à questão da imigração. O filme foi todo produzido com financiado próprio e toda a equipe trabalhou de forma voluntária. Pretendemos destacar os processos de realização do filme - pré produção, diárias de filmagens e pós produção - na redação do artigo estendido.

O filme também possibilitou um aprendizado técnico para os alunos, uma vivência profissional de um *set* de filmagem, com uso de equipamentos melhores dos que disponíveis na Universidade Pública, através de parcerias com produtoras e empréstimos amigáveis. Também durante a pré-produção, foi aplicada uma organização e divisão estruturada e setorizada de cinema, como nas grandes produções, com o objetivo de uma melhor preparação dos alunos para o mercado audiovisual.

Sobre o conteúdo do filme e das entrevistas, foi possível notar questões centrais para pensar o refúgio no Brasil. Um exemplo é o aprendizado da língua, uma das maiores barreiras para o contato com esses imigrantes e refugiados durante o processo de realização do filme, sendo com certeza, uma das maiores dificuldades de contato com esses estrangeiros.

A religião, além da língua, configurou-se, literalmente, como uma espécie de véu entre a equipe e as personagens femininas, em especial. As convicções religiosas quase as fizeram ficar fora do filme, pois não desejavam ser entrevistadas. Com a aproximação, as duas personagens femininas resolveram participar, o que para nós, diretoras mulheres, foi uma experiência incrível, pois nos possibilitou não só a inserção na narrativa de personagens mulheres mas, principalmente, de mulheres narrando suas

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

próprias histórias. Nas conversas, as diferenças culturais ficaram claras quando o assunto girava em torno de casamento, sobre rotina e sobre seus trajes (Asma e Irene usam roupas longas cobrindo as pernas e Asma usa lenço na cabeça - Vitória é quente durante praticamente todo o ano, com temperaturas médias entre 25 a 30 graus).

Comer junto foi um dispositivo importante para o documentário para resumir a ideia do filme como um todo: a de encontro e de aproximação. Através de pesquisas prévias foi possível notar o uso da comida tradicional dos países de origem dos imigrantes como uma forma de se inserir em um novo local - como o caso da venda de pratos tradicionais e até a abertura de restaurantes com temática do país de origem do imigrante.

5. Conclusões

Este projeto teve como objetivo evidenciar a riqueza e a resistência das culturas migrantes que vivem no Brasil, de forma a contribuir para a visibilidade e a integração do imigrante, pois é visível que a luta contra as desigualdades políticas e os discursos xenófobos não passam apenas pela legislação, mas também, e principalmente, pela ressignificação dos imaginários sociais ligados à ideia e à imagem de quem imigra, que podem ser construídos através da arte e, nosso caso, do cinema. O filme teve como base de sua narrativa, tanto do ponto de vista ético quanto estético, a dimensão do respeito e cumprimento dos direitos à cidadania, à existência e à livre expressão, que não devem, por sua vez, ser exclusivos àqueles que detêm ou não uma determinada nacionalidade. Nesse sentido, somos todos passantes e passageiros, imigrantes de um planeta originalmente e ideologicamente sem fronteiras.

6. Referencias bibliográficas

APPADURAI, Arjun. *O medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

AZEVEDO, E.; ALTOÉ, Isabella. Refeições Migratórias. In: Colaço, Janice et al. *Cidades e Consumo Alimentar*. Goiânia: Editora da UFG, 2019.

Filmes:

O Porto (2011) - Aki Kaurismaki; A Jaula de Ouro (2013) - Diego Quemada-Díaz; Era o Hotel Cambridge (2016) - Eliane Caffé; Human Flow (2016) - Ai Weiwei; Recomeços: Sobre Mulheres, Refúgio e Trabalho (2017) - Thays Prado e Fellipe Abreu.

Educação, Saúde e Cultura na Favela de Manguinhos

Henrique Dantas – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palavras chaves: Extensão; Universidade; Favela; Intersetorialidade;; Transformação Social.

Este resumo é desenvolvido a partir da atuação de graduandas(os) da Universidade Federal do Rio de Janeiro no projeto de extensão Educação, Saúde e Cultura em territórios de periferia urbana, coordenado pelo Laboratório de Estudo das Ciências do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde.

Este projeto tem o objetivo de produzir atividades em território de favelas na cidade Rio de Janeiro, atualmente em Manguinhos e Maré, objetivando a integração de algumas ações por parte dos aparelhos de Educação, Saúde e Cultura do Estado, atuando em escolas dentro da favela, conversando com os movimentos sociais, trabalhando junto a clínicas da Família, CAPS, ENSP, entre outros, na busca pelo diálogo e propostas de ações conjuntas entre estas instituições que atuam com estes determinantes sociais. Trataremos neste resumo sobre a atuação da equipe de estudantes que atua em Manguinhos, numa parceria com instituições públicas e organizações comunitárias na Favela.

Com o desafio de contribuir para a articulação de uma rede intersetorial entre os equipamentos públicos de saúde, educação e cultura existentes na favela, uma equipe composta por estudantes de graduação de serviço social, psicologia e fisioterapia trabalha de forma interdisciplinar junto com lideranças populares identificando as necessidades da população do local e propondo ações que potencializem encontros e atividades colaborativas entre as redes sociais existentes. O trabalho é orientado por uma equipe composta por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Fundação Oswaldo Cruz.

As ações do projeto de extensão se fundamentam na teoria da ação dialógica de Paulo Freire para reconstruir estratégias de educação popular num modelo mais horizontal e participativo; no conceito de território-vivo proposto por Milton Santos quando destaca a importância das redes sociais e das relações interpessoais e interinstitucionais que movimentam o cotidiano do território na complexa relação entre as instituições públicas, os movimentos sociais e o sujeito morador da favela. Por fim, recorreremos à Michael Foucault para o entendimento das noções de biopoder e biopolítica para compreender a correlação de micro-forças sociais, o conflito entre os discursos oficiais e populares além da microfísica que constitui as relações de poder no território concreto da periferia urbana.

No planejamento de ações intersetoriais junto com a população, construímos parcerias com o setor cultural a partir da Biblioteca Parque Manguinhos Marielle Franco, onde acontecem os encontros e as reuniões semanais da equipe no território, e com o setor saúde, articulando com o Centro de Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública, a clínica da família Victor Valla e o Centro de Atenção Psicossocial CAPS-Magal.

A partir destas instituições foi possível fazer novas articulações com os Movimentos Sociais do território, como por exemplo o grupo Fala Manguinhos, que é um coletivo de comunicação social sobre os assuntos da Favela, a Federação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, que é responsável pela oferta de cursos no contra turno de estudantes de Manguinhos e a Roda do Paquistão que é responsável pelo movimento de hip-hop em Manguinhos.

Este relato de experiência analisa a complexidade da realidade concreta de trabalho dos profissionais da área da cultura e da área da saúde, identificando as demandas existentes e registrando as consequências da situação de exclusão social de Manguinhos, as inúmeras denúncias de violações de direitos da população da favela e os episódios de violência provocados tanto pelas forças de segurança pública do Estado como pelas organizações criminosas (milícia e tráfico) que disputam influência naquele território.

Também analisamos uma ação coletiva concreta de articulação que desenvolvemos a partir do tema “promoção da saúde e democratização de

Direitos” buscando mobilizar os moradores para colocar em prática um processo de resistência cultural e organização social para a luta por direitos de cidadania. Constatamos com nosso trabalho a viabilidade do fortalecimento de redes capazes de comunicar e construir, por meio da Intersetorialidade e da interdisciplinaridade novas possibilidades de relação entre a Universidade e a Favela capazes de promover efetivas mobilizações para a transformação social construindo junto com a população caminhos possíveis para a mudança do cenário de pobreza, violência e exclusão que historicamente vulnerabilizam os territórios de favela.

Em abril de 2019 realizamos nosso primeiro encontro no campo, nossa reunião aconteceu na Biblioteca Parque Manguinhos. Neste dia contamos com a presença de tod@s integrantes do grupo: educand@s de graduação e Professores que orientam o projeto. A primeira atividade foi uma roda de conversa com a gestora da Biblioteca Parque Manguinhos, que foi muito acolhedora quanto a nossa presença na Instituição. Durante a conversa foram feitos apontamentos quanto a dificuldade de locomoção no território junto de ACS's (agentes comunitários de saúde) mediante a eminência de helicópteros da polícia atirando de cima para baixo, o que aumenta o perigo de ser alvejado durante o trabalho, falou-se sobre as ocupações que dobraram durante o período de um ano no Parque João Goulart e a precariedade do território em diversos aspectos.

Sobre a Biblioteca tomamos conhecimento das atividades que acontecem na instituição, como por exemplo, saraus, cursos, iniciativas e parcerias que são construídas com a Biblioteca e a Favela. Também foi conversado sobre como aconteceram as atividades do projeto no ano de 2018 e as perspectivas de trabalho para 2019.

Em 2018, após visitas a campo e a partir das demandas decidimos nos concentrar nas questões que envolvem o Colégio Estadual Luiz Carlos da Vila, pois neste colégio também ocorreu o movimento de ocupação das escolas públicas que marcou o ano de 2016 em protesto contra o golpe de Estado. Percebermos que ali se fazia necessária uma ação de acompanhamento e resgate daquela mobilização da escola. Nossa contribuição foi no sentido de apoiar a organização de um grêmio estudantil, que não havia no Colégio,

planejando após o processo de legitimação da representação estudantil uma ação cultural que mobilizou não só a escola como também os demais parceiros do território.

Após a conversa do Grupo com a Gestora fomos guiados pela Bibliotecária para conhecermos o espaço físico da Biblioteca, começamos pela parte da biblioteca voltada ao público infantil. Durante a visita tivemos a oportunidade de conhecer o mediador infantil que fez observações importantes sobre a necessidade de pensar uma formação especializada para a equipe de trabalhadoras(es) da biblioteca de como lidar com a violência exacerbada reproduzida pelas crianças e seus responsáveis, necessidade de debates, cineclubes, enfatizou a questão de trabalhar com as trabalhadoras(es) da biblioteca.

Durante este período de 2019 realizamos atividades com as crianças da Favela que frequentam a Biblioteca. Foi pensada uma oficina de pintura no intuito de conhecer um pouco mais sobre a realidade de cada uma a partir de desenhos que demonstrassem a “Manguinhos” que eles conhecem e a “Manguinhos” que eles sonham. A atividade foi exposta para outras crianças e seus responsáveis no sarau infantil que aconteceu um dia depois da Oficina.

O que podemos destacar com este resumo é que Todas essas vivências foram recebidas por cada pessoa do projeto de forma diferente, múltiplas formas de sermos afetadas(os), principalmente como cada área de formação das estudantes possibilita pensar formas de lidar com situações do dia a dia da favela, e mais, perceber a dimensão das políticas públicas dentro destes territórios, como acontecem, como deveriam acontecer. Nossas reuniões no laboratório da CCS fortalecem um caminho teórico onde aproveitamos, dentre diversas questões, o conhecimento sobre os níveis de consciência, de acordo com Paulo Freire, o neoliberalismo e a ideia sobre globalização, abordada por Milton Santos e, para entender um pouco mais sobre as instituições e as relações de poder, bebemos de Michael Foucault. Foi esse caminho teórico que definiu metodologicamente nossas ações e percepções sobre Manguinhos como um todo.

Fica explícita a relevância das ações de extensão em territórios marcados pela exclusão social pois a articulação da universidade pode contribuir para a organização da comunidade. Tal posicionamento ético e político coloca a universidade como agente social potencializador da transformação social apoiando as redes de resistência que estão na luta cotidiana das favelas pela superação da pobreza, da exclusão e da desigualdade social.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Comunicação, educação e re-existências: a alimentação em debate no Ensino Fundamental

Communication, education and re-existence: the food in debate in the Elementary School

Isabela Jéssica Silva de Oliveira - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Ana Lúcia Nunes de Sousa - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lorena Moreira de Sousa - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Gisele Costa - Escola Municipal Brant Horta, SME-RJ

1

Resumo: Este relato de experiência apresenta reflexões do projeto de extensão "Comunicação, educação e re-existências", que busca estabelecer um diálogo sobre ciências e saúde em espaços educativos, na periferia do Rio de Janeiro. Neste trabalho específico, abordamos, através de diários de campo da observação participante e de materiais comunicativos produzidos pelas/os estudantes, as oficinas de alimentação desenvolvidas em na Escola municipal Brant Horta, numa turma de Ensino Fundamental II. O desenvolvimento desta ação demonstra a necessidade de questionar a comida que nos alimenta hoje, recuperar práticas ancestrais e que é possível construir outra relação com a alimentação, mesmo em áreas periféricas. A utilização de ferramentas lúdico-artísticas demonstrou-se como uma ferramenta que propicia o engajamento e participação das/os jovens.

Palavras-chave: comunicação; educação; oficinas; alimentação; saúde.

Abstract: This experience report presents reflections on the "Communication, education and re-existences" project, which seeks to establish a dialogue on science and health in educational settings, on the outskirts of Rio de Janeiro. In this specific work, we have addressed, through field diaries of participant observation and communicative materials produced by the students,

¹ Isabela Jéssica Silva de Oliveira, graduanda em História da Arte na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aprendiz de cozinha saudável, artista, terapeuta floral e holística. e-mail: is4bela.oliveira@gmail.com; Lorena Moreira de Sousa é graduanda em Ciências Biológicas, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. e-mail: msousalore@gmail.com; Ana Lúcia Nunes de Sousa é Doutora em Comunicação, professora atuante no Laboratório de Vídeo Educativo do Inst. Nutes de Educação em Ciências e Saúde e no Programa de Pós-graduação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro. e-mail: analucia@nutes.ufrj.br; Gisele dos Santos Costa é Doutora em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos, professora da rede municipal de ensino do Rio de Janeiro. e-mail: giselecosta014@rioeduca.net.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

the feeding workshops developed in the Brant Horta Municipal School, in a class of Elementary Education II. The development of this action demonstrates the need to question the food that feeds us today, recover ancestral practices and that it is possible to build another relationship with food, even in peripheral areas. The use of playful-artistic tools has proved to be a tool that encourages the engagement and participation of young people.

Keywords: communication; education; workshops; feeding; health.

1. Introdução

Este trabalho apresenta reflexões resultantes do projeto de extensão "Comunicação, educação e re-existências", vinculado ao Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nutes/UFRJ), desenvolvido em parceria com a Escola Municipal Brant Horta (EMBH). O Projeto dialoga com a educação formal e não formal sobre Ciências e Saúde, através das linguagens comunicativas. A proposta considera a interface educação/comunicação uma oportunidade para um fazer coletivo e permanente que partilha percepções, vivências e modos de fazer, estimulando a construção de leituras e narrativas diversas sobre ser e estar no mundo.

A partir desta construção, atuamos em ambientes educativos por meio de oficinas de comunicação e arte, articulando conteúdos (curriculares e extracurriculares), linguagens (mídias, literatura, artes, etc.) e práticas (produções comunicativas, como textos, áudio, vídeo, fotografia, etc.). Assim, trabalhamos com a interface comunicação-educação a partir dos meios de comunicação populares/alternativos/radicais, incluindo diversas linguagens tais como, audiovisual, mural, artes plásticas, fanzine, etc., principalmente em territórios periféricos. São estes meios de comunicação os que costumam acompanhar e fortalecer as estratégias de resistência e re-existência nos ambientes formais e não formais de educação com o qual trabalhamos neste projeto.

Neste trabalho abordamos especificamente as oficinas que abordaram alimentação. Entendemos a alimentação como um direito humano básico garantido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, de 1944 (Ministério da Saúde, 2014). Direito este, que quando negado, fere a sobrevivência da própria espécie. Pensamos o ato de nutrir e ser nutrido como algo mais essencial, um direito que deveria ser construído de forma autônoma, afetiva e consciente.

2. Justificativa e abordagem teórica

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Neste trabalho, compreende-se a educação como “uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (Brandão, 2007, p.18). A educação é, portanto, inerente a todas as sociedades, sendo uma forma de partilhar ideias, costumes e cultura. Em relação à a educação dos povos subalternizados, Brandão (2007) afirma que estes criam – dentro dos limites que lhe são impostos – seus modos próprios de saber, assim como formas de preservá-los através da educação. Para ele, a educação do povo é uma forma de resistência, na qual se criam redes para evitar a proliferação de saberes “de fora da classe”. Assim, as formas de participação popular, os movimentos sociais e populares de resistência (hooks, 1995) e re-existência (Achinte, 2013) seriam campos férteis para o surgimento e desenvolvimento destas práticas. A estas pedagogias que surgem a partir da ideia de construção coletiva, conscientes dos padrões coloniais de poder e orientadas a uma transformação radical da sociedade, à “re-existência em um desígnio de buen vivir e con-vivir”, Walsh (2013) vai chamar de pedagogias de “pensar com”.

Os contextos educativos específicos nos quais esta ação está sendo implementada são marcados por cenários de racialização, exclusão e marginalização, sendo, portanto, espaços nos quais estratégias tanto de resistência como de re-existência se desenvolvem no cotidiano escolar e fora dele. O próprio fato de frequentar a escola, para muitos dos jovens, é um processo de resistência à exclusão social e tentativas de re-existir de outro modo, de tentar re-inventar e re-criar a vida, de continuar sonhando com um presente e um futuro que não seja apagado pela violência urbana.

O valor da vida está intimamente relacionado à nutrição e isto corrobora para nossa constituição enquanto espécie, influenciando nosso desenvolvimento físico e psicológico. Portanto, propor oficinas que debatam criticamente a alimentação a que temos acesso, especialmente, no âmbito escolar, que é um espaço de formação de jovens, se torna imprescindível. As propostas das oficinas colaboram para que os mesmos avaliem as possíveis mudanças ocorridas nas últimas gerações com relação às formas de alimentação disponíveis, e isso pode ocorrer de forma simples, num comparativo do que comemos hoje e o que comiam os nossos ancestrais. Neste projeto, trabalhamos, partimos da compreensão de “comida de verdade ou alimentação saudável” (Ministério da Saúde, 2014), que seriam alimentos in natura, minimamente processados, feitos com ingredientes culinários disponíveis na natureza.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

As reflexões apresentadas neste trabalho são resultado dos diários de campo construídos através da observação participante (Brandão, 1987) realizada durante as oficinas, realizadas entre maio e julho de 2019, que estimularam o debate sobre alimentação, em uma turma específica de ensino fundamental II da EMBH (Projeto Carioca II). Esta turma é formada por cerca de 25 estudantes, conta com a participação ativa da professora regente e as/os integrantes do projeto de extensão. Durante as oficinas, debatemos um tema específico, neste caso a alimentação saudável, sempre através de uma linguagem artística-comunicacional.

As oficinas “Comida de verdade: direito ou privilégio?”, trouxeram à tona memórias alimentares, a história contada pelos alimentos, comparações entre alimentos naturais e industrializados, bem como, pensar sobre o que seria comida de verdade. Ao longo das oficinas, percebemos a riqueza e variedade de comidas que os estudantes puderam rememorar, revelando alimentos trazidos de suas histórias familiares. Tais memórias culminaram em um varal textual e imagético construídos pelos mesmos. Após essa dinâmica, lançamos reflexões sobre os espaços onde consumimos alimentos e os tipos de alimentos que encontramos nesses locais, utilizando cartazes para construir imageticamente essas reflexões. Posteriormente, os estudantes foram convidados a examinar essas construções lúdicas, levando-os a refletir sobre os tipos de alimentação que seus ancestrais consumiam e as mudanças produzidas nas formas contemporâneas de alimentação. Assim, nossas análises baseiam-se nos diários de campos que relatam estas atividades.

4. Desenvolvimento

4.1 Oficina Comida de verdade: direito ou privilégio?

A oficina iniciou com um debate acerca do tema sobre alimentação, propondo que o grupo falasse sobre os tipos de frutas e verduras que eles mais gostam. Alguns alunos tinham outros alimentos preferidos, na maior parte das vezes, industrializados. A proposta seguinte foi trazer alimentos que os avós e pais comiam e preparavam. Neste caso, as/os estudantes trouxeram diversos tipos de comidas, que já não são tão comuns nas formas de alimentação atuais. A maioria destes alimentos trazia uma carga afetiva familiar, que culminaram num varal coletivo com imagens e textos. Na segunda parte da dinâmica, o grupo desenhou os espaços nos quais compravam comida e os tipos alimentares de cada espaços. O resultado da dinâmica foi interessante, suscitou num rico debate, visto que muitos observaram que alguns dos alimentos que os avós preparavam, são encontrados prontos nas prateleiras dos supermercados. Assim, refletimos sobre o uso dos enlatados, conservantes e agrotóxicos na

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

alimentação. Ao final da oficina, foi compartilhado um lanche coletivo com alimentos preparados e in natura, frutas orgânicas, evitando as comidas multiprocessadas. Inicialmente alguns estudantes resistiram a experimentar alimentos "diferentes" do que estavam acostumados a comer, mas logo provaram e se deliciaram com as novidades.

4.2 Oficina de confecção de livro artesanal de receitas saudáveis.

Nesta oficina, foi proposto que os estudantes refletissem sobre os tipos alimentares vistos na televisão e o quanto esses alimentos influenciam nossos gostos por determinados tipos de comida. Assim, elas/eles trouxeram suas predileções por refrigerantes, sanduíches, enfatizando o quanto as propagandas influenciam nisso. Após as reflexões, os alunos se reuniram em grupos para construir seus livros de receitas. Em geral, a turma demonstra habilidade manual e artística e criatividade no processo de construção imagética do objeto. Os livros apresentavam receitas dos familiares, bem como receitas coletadas de outros livros, contudo, a parte escrita pareceu menos empolgante aos alunos, que focaram mais na parte criativa, manual e imagética da atividade. Ao final da atividade, cada aluno levou de seu caderno de receitas e, novamente, compartilhamos um lanche. E a mesma dinâmica "rechaço - curiosidade - aceitação" se repetiu.

5. Conclusões

Os estudantes demonstram abertura para expor opiniões e impressões, fazendo conexões e trazendo suas memórias para o debate, demonstrando uma percepção aguçada a respeito do impacto dos agrotóxicos e alimentos multiprocessados para a falta de saúde.

Também foi possível perceber abertura para construir novos interesses alimentares, como ocorreu no lanche coletivo compartilhado ao final das atividades. Desse modo, concluímos que embora hajam gostos e predileções por certos alimentos, os estudantes estão abertos a experimentar novas possibilidades, então, por que opções de alimentos mais naturais e saudáveis não estão presentes em boa parte da casa desses jovens? Esse é um questionamento que nos leva a refletir sobre a questão da exclusão social, da informação e do acesso ao alimento natural, nutritivo e saudável. Assim, a oficina cumpre seu objetivo, contribuindo para que os jovens reflitam criticamente sobre os alimentos que estão ingerindo e refletindo acerca das histórias afetivas que o alimento preparado constitui, pensando a nutrição como um gesto que confere valor à vida, além de ser um direito básico, que pode nos proporcionar saúde, bem estar, prazer, troca cultural, e por que não, nos contar sobre a nossa própria história?

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

A partir da geração de novos olhares críticos com relação à alimentação, o desafio consiste em construir formas autônomas de se relacionar com a nutrição, considerando as especificidades do grupo, moradores de áreas marginalizadas. Como construir juntos uma conscientização sobre o que comemos e refletir novas possibilidades de se nutrir?

Pensamos que uma forma de trabalho que pode contribuir para estes objetivos é , através da perspectiva educativa, incentivar o estudo dos ciclos da natureza, pensando nos ciclos dos alimentos e como isto se relaciona com a produção dos mesmos; entendendo também a realidade do produtor; estimulando o estudo do universo no qual estão inseridos (muitos estudantes desconhecem que a região em que vivem compreende uma Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana da Serra da Misericórdia, com diversos produtores), conhecendo as feiras do bairro, os produtores regionais, identificando de onde vem a nossa comida e quem nos vende, fortalecendo trocas, conhecimentos e até fomentando a economia local.

6. Referencias bibliográficas

- Achinte, A (2013). *Más allá de una razón hay un mundo de colores. Modernidades, colonialidades y reexistencias*. Santiago de Cuba: Editorial Oriente.
- Brandão, C. (2007). *O que é educação?* São Paulo: Brasiliense.
- Brandão, C. B. (1987). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense.
- Carvalho, H. M; Stedile, J. P (2010). Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. *Revista Cidadania e Meio Ambiente*, 25.
- hooks, b. (1990). *Yearnings: Race, gender, and cultural politics*. Boston: South End Press.
- Ministério da Saúde (2014). Guia alimentar para a população brasileira. Brasília DF.
- Walsh, C. E. (Ed.). (2013). *Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir,(re) existir y (re) vivir*. Abya Yala.

95 minutos de escucha juntos

Geopolíticas del territorio o el paisaje como denuncia social

95 minutes listening together

Geopolitics of the territory or the landscape as social complaint

Ivonne Villamil - CUN¹

Resumen: Partiendo del análisis y actualización de importantes obras de la literatura colombiana del siglo XX, tales como *La Vorágine* (1924) de José Eustasio Rivera y *La rebelión de las ratas* (1962) de Fernando Soto Aparicio, esta investigación propone un diálogo con material de archivo, documentos históricos y manifiestos referentes a la propiedad privada y la explotación minera en territorio colombiano. De esta manera plantea una discusión abierta sobre la actualidad y la persistencia de nuestra problemática latinoamericana en relación a la extracción y las afectaciones de la minería sobre la comunidad. Finalmente, se analiza cómo la comunicación visual, el arte, y en este caso la práctica artística del *performance*, son herramientas potentes de activación discursiva en entornos de represión. Este artículo tiene como objetivo socializar el proceso de investigación-creación de la obra “95 minutos de escucha juntos”, *performance* presentado en el marco del XV Encuentro Internacional: El mundo al revés: Humor, ruido y performance del Instituto Hemisférico de Performance y Política de las Américas (NYU) en 2019, y resultado del Proyecto de Investigación-Creación: Visualidad, Medios y Construcción del Observador, adscrito al grupo de investigación CODIM de la Escuela de Comunicación y Bellas Artes de la CUN.

Palabras clave: *performance*; investigación-creación; geopolítica; arte y territorio.

¹ Master en Artes Visuales y Educación, Universidad de Barcelona. Líder de Investigación del Programa de Comunicación Social. Corporación Unificada Nacional de Educación Superior CUN, Bogotá, Colombia. ivonne_villamil@cun.edu.co

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Resumo: Partindo da análise e atualização de importantes obras da literatura colombiana do século XX, tais como *La Vorágine* (1924) de José Eustásio Rivera e *La rebelión de las ratas* (1962) de Fernando Soto Aparicio, esta investigação propõe um diálogo com material de arquivo, documentos históricos e manifestos referentes à propriedade privada e à exploração mineira em território colombiano. Desta forma, levanta uma discussão aberta sobre a atualidade e a persistência de nossa problemática latino-americana em relação à extração e às afetações da mineração sobre a comunidade. Finalmente, analisa-se como a comunicação visual, a arte, e neste caso a prática artística da performance, são ferramentas potentes de ativação discursiva em ambientes de repressão. Este artigo tem como objetivo socializar o processo de pesquisa-criação da obra “95 minutos de escuta juntos”, performance apresentada no do XV Encontro Internacional - *O mundo ao contrário: Humor, ruído e performance* - do Instituto Hemisférico de Performance e Política das Américas (NYU) em 2019, e resultado do Projeto de Pesquisa-Criação: Visualidade, Mídia e Construção do Observador, membro do grupo de investigação CODIM da Escola de Comunicação e Belas Artes da CUN (COL).

Palavra-chave: performance; investigação-criação; geopolítica; arte e território.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

1. Introducción

Ver como paisaje un trozo de tierra significa considerar como unidad lo que sólo es fragmento de “naturaleza”, lo cual nos aleja completamente del concepto de “naturaleza”. Así procederá el acto espiritual mediante el cual el ser humano agrupa una serie de fenómenos y los eleva a la categoría de “paisaje”: sería una visión cerrada en sí misma y sentida como unidad autosuficiente, aunque entrelazada con un espacio y un movimiento infinitamente más extensos, cuyos confines el sentimiento no puede aprehender y que pertenecen a un estrato más profundo, el del Uno divino, el de la naturaleza como Todo. (Simmel, 1913 (Ed. 2013), p. 7)

Esta investigación conecta la noción de territorio con una dimensión histórica, poética y visual, que constituye el objeto de estudio. Partiendo de una selección inicial de obras de literatura colombiana; se traza una ruta para el abordaje de temas álgidos en el contexto nacional, como son la transformación física y geográfica del territorio por la explotación de los recursos naturales, la incidencia de estas acciones humanas sobre la construcción de nuevos paisajes en las regiones y sobretodo, cómo la propiedad de las tierras es el “motor” de un conflicto con más de 100 años de historia en Colombia. En este punto, se hace necesario ampliar la investigación hacia la llamada “literatura hispanoamericana” para lograr así un proyecto transfronterizo que conecte territorios trazando paralelos, particularidades y semejanzas para leer el contexto actual de nuestros países.

2. Justificación y abordaje teórico

El concepto de territorio nos habla del poder sobre el espacio. Al referirnos a un territorio estamos hablando de los diferentes poderes que se ejercen sobre un espacio, delimitándolo y diferenciándolo de otros espacios. Cuando hablamos de territorio nos referimos a límites. Cada país es un territorio, ya que está regido por normas, leyes y estructuras de poder que lo diferencian de otros espacios. Cada Estado ejerce control sobre su territorio. Sin embargo los países no son los únicos territorios que existen, al interior de ellos o aún entre dominios de varios países pueden existir otro tipo de poderes que ejerzan un poder territorial.²

² <http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/geografia/territorio> (Fecha de consulta: 6 marzo de 2016)

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Un antecedente importante para el proyecto se halla en los Cronistas de Indias quienes registraron los hallazgos relacionados con la geografía de América durante la llegada de los españoles. Muchos de ellos se concentraron en la descripción detallada de las particularidades de la naturaleza de estos territorios. En el caso de Colombia, la Comisión Corográfica (1850 – 1862) encargada a Agustín Codazzi, consistió en la realización de una completa descripción de la Nueva Granada, mediante el levantamiento de una carta general y una mapa cartográfico de cada provincia.

En el caso de las Crónicas de Indias, el foco principal fue el “inventario” y descripción de estos nuevos territorios, pero podemos hallar en los años siguientes, otras generaciones de escritores “cronistas” que centraron su atención en la descripción del cambiante territorio como consecuencia, por ejemplo, de la explotación de los recursos naturales, el crecimiento de las ciudades, el impacto de los fenómenos naturales sobre la geografía, la marginalidad social, entre otros. Por ejemplo, el “realismo mágico” que cobra fuerza en los 50’s y 60’s en la literatura hispanoamericana, denota un importante giro al mezclar de manera única la realidad y la ficción. Refiriendo específicamente a uno de los documentos de estudio, *La Vorágine* es considerado el primer libro de denuncia social de la explotación del caucho en las selvas del Amazonas, a pesar de ser, en principio, un libro de ficción. En sus páginas, se describen los paisajes tórridos de la selva como espejo de las angustias y emociones humanas, al tiempo que da cuenta de las condiciones a las que son sometidos los trabajadores e indígenas esclavizados para la explotación del caucho.

Esta investigación se propone entonces desde el retorno a la historia como fuente de acercamiento primario a múltiples formas de ver y habitar el mundo actual. La propuesta se estructura mediante el estudio de fuentes teóricas, literarias y artísticas, en conexión con el tema central que es la representación del paisaje, las políticas de esta representación y el territorio, para de allí, extraer una serie de pautas a través de las cuales pensar la actualidad, reconociendo desde un punto de vista crítico cómo ha sucedido esta transformación y proponiendo una serie de acercamientos plásticos que

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

den cuenta tanto de los procesos investigativos y creativos, como de los hallazgos durante el curso de este andar.

El valor que cobran hoy los archivos – dentro de estos los de las imágenes –, demostrado por ejemplo en las diferentes prácticas discursivas del montaje cinematográfico o las curadurías artísticas, es evidente en la actual y creciente preocupación por la conservación, uso y apropiación de los archivos y sus imágenes para la constitución de una memoria colectiva que nos sirva, muestre, indique y hable de nuestro presente. Solo desde este presente las viejas imágenes pueden mostrarnos y hablarnos de un pasado actualizado, hecho memoria. Así es como la escritura lineal de la historia, como correlato de la idea de progreso, ha sido puesta en duda por los nuevos usos de los archivos y sus imágenes, que nos muestran de manera fugaz y nos ofrecen otros posibles sentidos del pasado, en el presente.” (Durán y Salamanca. 2016, p. 12)

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Se genera a través de la implementación de la Investigación Basada en las Artes (IBA) y por medio de la re construcción de un entendimiento del territorio desde mecanismos tan interesantes como los que plantea el arte: prácticas performáticas, activismo visual, acciones poéticas, cartografías, nuevos trazados topográficos, registros de acciones/intervenciones y sobretodo, desde la interdisciplinariedad sumada a los múltiples lenguajes propios de la investigación-creación. *“At minimum, every study is a case study because it is an analysis of social phenomena specific to time and place.”* (Ragin, Becker, 1992, p. 2)

4. Desarrollo

La actividad artística como eje fundamental para desarrollar la investigación académica, propone el estudio del territorio como constructo, su topografía, geografía o representación, y cómo se ha hecho manifiesto desde la literatura, con el fin de indagar sobre los imaginarios colectivos y otras formas de apropiación de los territorios. La propuesta de inferir en el paisaje y en la obra con métodos de experimentación técnicos y posicionamientos conceptuales precisos desarrollados desde la investigación y la implementación de estos procesos, permitió el desarrollo de una práctica fundamentada

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

en preceptos teóricos sólidos puestos en escena a través del conocimiento y experimentación desde las prácticas artísticas del *performance* y de intervenciones sobre el espacio público posibilitando y provocando nuevas estructuras de pensamiento.

5. Conclusiones

En el desarrollo de esta investigación, se ha generado un discurso mediante el estudio y la exploración en la literatura latinoamericana del siglo XX relacionada con paisaje y territorio, proyectando y sistematizando los hallazgos por medio de resultados investigativos tales como artículos, ponencias y serie de intervenciones artísticas que derivan en la categoría de obra-creación.

Se consolida la base fundamental en la investigación teórica, artística y contextual, se indaga en la noción de territorio – natural y geopolítico – y se proponen vías de interpretación y relectura contemporáneas desde la creación artística, que derivan en productos vinculados a un Proyecto de Investigación-Creación, adscrito a la Escuela de Comunicación y Bellas Artes, CUN.

6. Referencias bibliográficas

Acevedo Latorre, E. (1957). "Los trabajos de la Comisión Corográfica". En *Geografía física y política de las provincias de la Nueva Granada por la Comisión Corográfica bajo la dirección de Agustín Codazzi*. Bogotá: Publicaciones del Banco de la República, 5-20.

Durán, M., Salamanca, C. (2016). *Archivo, memoria y presente en el cine latinoamericano*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana

Ragin, C., Becker, H. (1992). *What is a case? Exploring the foundations of social inquiry*. Cambridge: Cambridge University Press.

Simmel, G. (2014). *Filosofía del paisaje*. Madrid: Casimiro Libros.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Comunicação: um direito a ser ensinado

A comunicação comunitária como ferramenta de acesso à informação e a outros direitos, a partir da experiência na Unidade Escolar Coronel Boa Vista.

Communication: a right to be taught

The community communication as a way of accessing information and other rights, based on experience in the "Unidade Escolar Coronel Boa Vista"

José Valmir Macêdo de Sousa – Universidade Federal do Piauí¹

Glenda Grazielle Uchoa de Abreu – Faculdade Ademar Rosado²

Resumo: este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão teórica sobre as possibilidades do uso da comunicação comunitária no ambiente escolar, como ferramenta de acesso à informação, formação cidadã e expressão social. As reflexões aqui realizadas partem da experiência da Unidade Escolar Coronel Boa Vista, localizada na zona rural de Teresina-PI, onde foi possível observar, por um lado, um isolamento no que diz respeito aos espaços de cidadania e expressão social e, conseqüentemente, de acesso a outros direitos sociais; e por outro, uma possibilidade de modificação desse cenário a partir da implantação de mecanismo de comunicação comunitária na escola. Para tanto, é percorrido um caminho metodológico de abordagem qualitativa, a partir do método da pesquisa bibliográfica. Em um cenário sócio-econômico que limita o direito à comunicação, faz-se necessário refletir sobre possíveis ferramentas que efetivem o direito à comunicação e a descentralização do acesso à informação e, conseqüentemente, acesso a outros direitos.

Palavras-chave: Direito à comunicação; Educação; Comunicação comunitária; Acesso à Informação.

¹ Jornalista e Relações Públicas. Graduado pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, especialista em Marketing e Comunicação Digital; vinculado como aluno especial do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: jvalmirmacedo@gmail.com.

² Jornalista e Relações Públicas. Graduada pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, especialista em Direitos Humanos pela Faculdade Ademar Rosado. E-mail: glendauchoaa@gmail.com.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Abstract: this work aims to make a theoretical reflection on the possibilities of the use of community communication in the school environment, as a tool for access to information, citizen training and social expression. The reflections made here are based on the experience of the Coronel Boa Vista School Unit, located in the rural area of Teresina-PI, where it was possible to observe, on the one hand, an isolation regarding the spaces of citizenship and social expression and, consequently, access to other social rights; and on the other, a possibility of modifying this scenario from the implementation of community communication mechanism in the school. To do so, it will go through a methodological approach of qualitative approach, based on the method of bibliographic research. In a socioeconomic scenario that limits the right to communication, it is necessary to reflect on possible tools that effect the right to communication and the decentralization of access to information and, consequently, access to other rights.

Keywords: Right to communication; Education; Community communication; Access to information.

1. Introdução

O cenário sócio-econômico brasileiro tem como uma de suas marcas as desigualdades no processo de leitura e escrita, onde apenas 8% das pessoas em idade entre 15 e 64 anos são consideradas plenamente capazes de entender e se expressar através de letras e números (INAF, 2015)³. Ou seja, mais de 90% do país não domina a língua de maneira elementar diante das possibilidades de comunicação, interação e expressão social.

A hipótese central é que a inserção de ferramentas de comunicação dentro das escolas pode contribuir para um processo de formação cidadã de jovens estudantes.

As reflexões aqui realizadas partem da experiência da Unidade Escolar Coronel Boa Vista, localizada na zona rural de Teresina-PI, escola com menor Índice da Educação Básica (IDEB) da rede municipal. Por intermédio de percepções do corpo docente coletadas em pesquisa anterior, foi possível constatar um campo de possibilidades de práticas de comunicação comunitária como acesso ao direito humano à comunicação e como reforço no processo de letramento interdisciplinar para a cidadania.

³ Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

2. Justificativa e abordagem teórica

A ausência do domínio da leitura e da escrita por parte da grande maioria da população brasileira configura-se como um problema para o desenvolvimento econômico e social nos níveis locais e nacional. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), publicada em 2014 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apontam para uma realidade preocupante. Cerca de 13 milhões de brasileiros acima de 15 anos são analfabetos⁴, o que corresponde a 8,3% da população (BRASIL, 2014).

Esse déficit contribui para uma espécie de isolamento no que diz respeito aos espaços de cidadania (SILVA; RAMOS, 2006) e expressão social e opinião pública (CORRÊA, 1988) que reverbera na realidade de acesso a outros direitos sociais de interesse comum a conjuntos de indivíduos em dados contextos sociais e econômicos.

Com efeito, a performance de um grande conjunto da população brasileira nas interações comunicacionais presentes na modernidade também seria afetada por esse déficit no letramento. Ressalta-se a ideia de que não poderá haver cidadania enquanto não houver “apropriação crítica e criativa, por todos os cidadãos, das mídias que o progresso técnico coloca à disposição da sociedade” (BÉVORT; BELLONI, 2009, p. 1082).

O acesso a comunicação, a apropriação e a integração entre mídia e educação reflete na capacidade de interpretação cognitiva e, como consequência, na possibilidade de participação social, cidadania e acesso a outros direitos. Diante da tarefa de propiciar novos espaços de cidadania através da comunicação, lança-se mão da potencialidade da comunicação comunitária (PERUZZO, 2002) como ferramenta de construção dessas instâncias.

⁴ O analfabetismo pode ser caracterizado em duas vertentes: o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional. No analfabetismo absoluto, o sujeito não teve nenhum ou pouco acesso à educação formal, não dominando os códigos padrões de linguagem. No analfabetismo funcional, a pessoa é capaz de identificar letras e números, mas não consegue interpretar textos, mensagens e realizar operações matemáticas mais complexas.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

O percurso teórico metodológico deste trabalho parte do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **“A INFORMAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: O jornalismo e suas possibilidades de acesso à informação e expressão social na Unidade Escolar Coronel Boa Vista” (2016)**, onde foi possível chegar a dados e análises necessárias para avançar, de forma propositiva, em uma discussão mais teórica sobre o assunto. Para tanto, utilizamos a pesquisa bibliográfica como método de pesquisa, concordando como preconiza Gil (2007), ao afirmar que os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

4. Desenvolvimento

O artigo segue estrutura de análise teórico-bibliográfica que se organiza em três eixos principais. Em um primeiro momento, (4.1. A Comunicação enquanto direito fundamental) debruça-se sobre os conceitos da comunicação como um direito e os desafios sociais para que esse direito seja assegurado. Nele são abordadas os gargalos econômicos e infraestruturais da realidade brasileira para a viabilização da comunicação cidadã. Também é feito um percurso bibliográfico que aponta a evolução do direito à comunicação e sua estruturação enquanto um direito humano inerente.

Em um segundo momento são expostas as percepções de professores sobre o papel da prática da comunicação comunitária e do uso de gêneros jornalísticos na escola (4.2. Contribuições da comunicação comunitária promovidas no ambiente escolar na percepção de profissionais da Educação).

A partir da análise da pesquisa executada pôde-se observar pelos depoimentos docentes que a comunicação comunitária escolar tem aplicabilidade com diferentes disciplinas, envolvendo possibilidades práticas de atribuição de sentidos para letras e

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

números. Os profissionais também apontam para a prática do direito à comunicação como exercício do papel social enquanto cidadãos.

O desenvolvimento aponta ainda para aspectos de interferência na realidade social a partir da prática do direito à comunicação ou da ausência desse exercício e as suas consequências para o reforço de desigualdades e de não garantia a outros direitos fundamentais (4.3. A comunicação comunitária e suas implicações na opinião pública e no desenvolvimento social).

5. Conclusões

A partir desse pensamento é pertinente apontar que a os sujeitos sociais, pertencentes a um determinado meio social, têm sim suas necessidades de expressão, formulação e emissão de opinião, sejam elas pessoais ou formuladas coletivamente. Se for garantido a estes sujeitos uma participação responsiva e interativa nos processos sócio-comunicacionais, fazendo destes verdadeiros interlocutores desse meio social, - haverá aí um ambiente favorável à circulação da leitura, da expressão e do desenvolvimento cognitivo e progressivo em diversos âmbitos. A democracia e o desenvolvimento social e econômico seriam organicamente influenciados por esse reforço das instâncias de participação e diálogo comunitários.

Partindo da perspectiva estrutural de que a análise e o exercício de jornalístico devem se fazer presente no ecossistema escolar, por meio dos usos dos gêneros textuais, é possível afirmar que a tarefa de formação de cidadão estará sendo realizada de forma ampla e dialógica, possibilitando o engajamento de novos interlocutores, com responsabilidade social e capacidade interativa. Esse processo influiria prontamente na formação da opinião desses sujeitos, seu modo de ver o mundo e intervir sobre a realidade, assim como tende a reunir agrupamentos de opinião que mais tarde irão influenciar e formar as nuances da opinião do conjunto social.

Assim como já existem políticas públicas que fomentam a presença de profissionais no espaço escolar para garantia de direitos como a Saúde e Assistência Social, se faz necessário refletir sobre a importância de espaços que possibilitem o

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

debate e a prática do direito humano à comunicação como provedor do acesso à informação e da expressão cidadã individual e coletiva dentro do espaço da Educação Básica.

6. Referencias bibliográficas

BÉVORT, Evelyne; BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 109, set./dez. 2009. p. 1081-1102. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

BRASIL, IBGE 2014. **Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. 2007/2014.

CORRÊA, Tupã Gomes. **Contato imediato com a opinião pública: os bastidores da ação política**. São Paulo: Global Editora, 1988.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

INAF. **Alfabetismo no mundo do trabalho**. São Paulo, 2015. Em [http://download.uol.com.br/educacao/2016 INAF %20Mundo do Trabalho.pdf](http://download.uol.com.br/educacao/2016%20Mundo%20do%20Trabalho.pdf)

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Versão revista da proposta apresentada no I Expo Brasil de Desenvolvimento Local, Brasília-DF, 21 de novembro de 2002. p. 01-18. Disponível em <http://www.portalgens.com.br/comcom/>

SILVA, Jovina da; RAMOS, Maria Monteiro da Silva. **Prática pedagógica numa perspectiva interdisciplinar**. IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI; GT-03, Teresina: UFPI; 2006. Disponível em http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt3/GT3_2006_08.PDF

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Educação, política e subjetividade: mulheres negras comunicando no Hip Hop

Education, politics and subjectivity: Black Women communicating in Hip Hop

Patrícia Cardoso de Jesus ¹ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Este trabalho discute os processos de autodefinição, descolonização e subjetivação política de mulheres negras na cena Hip Hop do Rio de Janeiro e de São Paulo. Compreendemos o movimento Hip Hop como uma expressão cultural afrodiaspórica e arma política instrumentalizada pelas juventudes negras periféricas. No entanto, é sabido que as mulheres negras são historicamente invisibilizadas dentro desse movimento e pela sociedade brasileira como um todo. Diante disso, o objetivo do estudo foi analisar os processos de subjetivação política de mulheres negras, por meio do Hip Hop. Para tanto, foi utilizada como estratégia metodológica a análise de elementos das letras de rap e de elementos estéticos de quatro mulheres negras: Preta Rara, Drik Barbosa, Mc Martina e Helen Nzinga. Dessa forma, pelo rap, essas mulheres praticam a descolonização, rompendo com uma ordem colonialista cisheteropatriarcal a partir da nomeação e denúncia das violências raciais, de gênero, classe que atravessam seus corpos. Por isso, podem ser consideradas fundamentais para a sobrevivência da população negra dentro e fora do continente africano.

Palavras-chave: subjetividade política; autodefinição; descolonização; Movimento Hip Hop; mulheres negras.

Abstract: This body of work discusses self-definition, decolonization and political processes of black women in the Rio de Janeiro and São Paulo Hip Hop scene. We comprehend the Hip Hop Movement as an afro-diasporic cultural expression and “political gun” instrumentalized by the outskirts black youths. However, It is known that black women are historically invisibilized, inside this movimento and by Brazilian society in general. In light of this, this study’s objective was to analyze the political processes of black women involving through Hip Hop. In this regard, through rap, these black women practice decolonization, tearing with a cisheteropatriarcal and colonialist order, by means of the naming and reporting the racial, gender and class violence that cuts through their bodies. For this reason, they can be considered as fundamental the survival of the black population in and out of the African continent.

Keywords: Political Subjectivity, self definition; decolonization; Hip Hop Movement; Black Women

1. Introdução

¹ A autora é graduanda em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Coletivo Preto Virgínia Leone Bicudo. e-mail: Patricia.c.jesus99@gmail.com. Este trabalho é orientado pelas Professoras Dra. Ana Lúcia Nunes de Sousa e Mestre Valentina Carranza, do Instituto Nutes de Educação em Ciências e Saúde.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

De acordo com Matsunaga (2007) e Freire (2010), o que pode ser definido como movimento hip hop tem início no bairro do Bronx, localizado em Nova York, com jovens afro-americanos e imigrantes caribenhos que ali moravam, durante a década de 1970, reunindo elementos artísticos fundamentais: o rap, o break e o grafite. O movimento Hip Hop tem sido de suma importância social, cultural e política para as juventudes negras na atualidade, servindo como uma arma política de denúncia das violências vividas, especialmente pela juventude negra, dentro de territórios periféricos.

O movimento Hip Hop é capaz de alcançar diversos grupos sociais, por meio de sua presença nas mídias, permitindo assim, que essa juventude se faça ouvir e consiga constituir novas representações sobre si mesmas para além de seu próprio núcleo (Rabaka, 2012; Matsunaga, 2007).

No contexto, deste estudo dialogamos com o conceito de “subjettividades políticas” (MARTÍNEZ e CUBIDES, 2012, p.76). Aqui, a subjetividade política é entendida como uma produção de formas de ser e se experimentar, e atuar no mundo (MARTÍNEZ e CUBIDES, 2012). Contudo, entendemos que os processos de subjetivação política das “juventudes” são pluriversais. Dessa forma, consideramos que apesar do Hip Hop ser um movimento de caráter misto, o qual inclui homens e mulheres, a presença masculina é hegemônica. Por isso, decidimos refletir e visibilizar os processos de subjetivação política das mulheres negras por meio do Hip Hop.

2. Justificativa e abordagem teórica

Visando apreender como esse processo se dá para as mulheres negras, utilizaremos a perspectiva decolonial e feminista negra como lentes teóricas. Por isso, articulamos aqui o conceito de “subjettividade política” (MARTÍNEZ e CUBIDES, 2012) ao conceito de “autodefinição” da intelectual negra Patricia Hill Collins. A autora entende como autodefinição o processo de destruição das imagens de controle construídos pela ordem branca escravocrata com o intuito de manter um dinâmica social de subalternização feminina negra (COLLINS, 2000). Além disso, também utilizamos o conceito de descolonização, apresentado por Fanon (1961) em “Os Condenados da Terra”. Para ele, descolonização pode ser entendida como a transformação da postura de homens e mulheres negras diante do mundo branco que usurpa sua humanidade. Estes se tornam, assim, protagonistas, reescrevendo a história dominada pelo

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

pensamento eurocêntrico patriarcal. Posto isso, entendemos a descolonização como parte fundamental do processo de subjetivação política feminina negra.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

A pergunta norteadora desta investigação foi: Como as mulheres negras desenvolvem processos de subjetivação política através do Hip Hop? Procurou-se identificar mulheres que são “representativas” de São Paulo e do Rio de Janeiro e que também fizeram parte, de alguma forma, do meu próprio processo pessoal de “autodefinição” (COLLINS, 2000). Desse modo, escolhemos analisar letras de raps de quatro mulheres negras, que evidenciam processos de produção subjetiva de mulheres negras nas micropolíticas urbanas do movimento hip hop, sendo duas de São Paulo: Preta Rara e Drik Barbosa; e duas do Rio de Janeiro: Mc Martina e Helen Nzinga. As letras escolhidas continham conteúdo ligados elementos como “autodefinição” (COLLINS, 2000), “nomeação dos problemas” (DAVIS, 1999), “descolonização” (FANON, 2008). Assim, foram escolhidas: “Preta sim!” (Preta Rara); “Somos Rainhas”(Helen Nzinga) “Camélias” (Drik Barbosa) “Poeta: Mc Martina” ²(Mc Martina). Analisamos também os elementos estéticos dos vídeos disponíveis no Youtube para Mc Martina e Helen Nzinga. A música de Preta Rara e de Drik Barbosa não possuem videoclipes, então utilizamos apenas as capas das músicas. Dessa forma, identificamos como seus processos de autodefinição e descolonização estão refletidos também nos elementos estéticos de suas produções.

4. Desenvolvimento

4.1) Autodefinição

Destacamos aqui a música da rapper Preta Rara como exemplo de autodefinição feminina negra. Ao longo da música a rapper denuncia diversos estereótipos ligados às mulheres negras, entre eles a de “mulata do carnaval”. Por meio de suas letras, Preta Rara estiliza a imagem de Vênus Negra que é atribuída historicamente às mulheres negras, desta forma rejeitando também o mito da democracia racial brasileira. Ela rejeita ser aprisionada ao campo do sexual. Não se submete a ser a personificação da Vênus Negra. Rejeita o discurso racista de que “mulheres negras são apenas corpo” (hooks, 1984). Assim, percebe-se que a prática da rejeição de imagens de controle criadas pela ordem racista como forma de

² É o nome do vídeo disponibilizado no youtube para a apresentação de Mc Martina.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

animalização da mulher negra e a autodefinição de suas identidades fazem parte dos processos de subjetivação política femininas negras.

4.2) Renomeação

Analizamos aqui a escolha dos nomes artísticos das rappers Helen Nzina e Preta Rara. A mudança de nome pode ter tido objetivos diferentes, mas ambos remetem a uma herança africana. São nomes que resgatam sua história. Entendendo que a experiência da troca de nome fez parte de seu processo de descolonização, afirmamos que o processo de escolha de seus próprios nomes por parte de Preta Rara e Helen Nzina pode ser entendido para além da dimensão artística. É um mecanismo de recuperação e afirmação de sua existência. É um resgate de humanidade. Além disso, na música “Camélia” de Drik Barbosa faz-se referência a mulheres negras como Xica da Silva, Beyoncé e Nina Simone. Ela recupera o “nome” de outra mulher negra e a insere em suas letras, permitindo que suas imagens sejam descolonizadas, pois estarão sendo representadas a partir de olhares femininos negros. Dessa forma, percebe-se que seus processos de descolonização são coletivos. Logo, os processos de subjetivação política dessas mulheres negras demonstram ser construídos por meio de experiências compartilhadas junto a outras mulheres negras, marcadas por trocas de afeto e memórias.

4.3) Nomeação dos problemas

As mulheres negras analisadas demonstram ter encontrado no Hip Hop um meio de expressão e denúncia das violências de classe, raça, sexualidade e gênero. Elas encontraram uma arma política de “nomeação dos problemas (DAVIS, 1999), prática também presente na filosofia africana. Esse processo de “nomeação dos problemas” se materializa pela voz de Mc Martina. Para tanto, ela nomeia os problemas enfrentados pelas juventudes negras dentro e fora de seu território, o Complexo do Alemão. A rapper mostra que suas experiências refletem o cotidiano das juventudes negras de periferias para territórios além do Rio de Janeiro. Mc Martina denuncia os diversos aparatos de genocídio da juventude negra pelo Estado brasileiro, estruturado pelo racismo (AKOTIRENE, 2018). Por conseguinte, através do rap, ela rompe com um processo compulsório de apagamento histórico e silenciamento da população negra ao colocar suas dores nas letras.

4.4) Estética

As letras da música “Somos Rainhas” de Helen Nzina; os turbantes, cores vibrantes, pinturas no corpo ligados a símbolos africano da capa de “Negra Sim!” de Preta Rara; o cabelo

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

crespo natural de Drik Barbosa e as tranças afro coloridas de Mc Martina são elementos estético-corpóreos que também compõem seus processos de autodefinição. Aqui, essas mulheres negras estão reconstruindo suas imagens em seus próprios termos. Por isso, entendemos que, para as mulheres negras, a estética é essencial para a descolonização. A partir da reconfiguração estética por meio de elementos culturais africanos e afrobrasileiros, em especial os ligados ao Hip Hop, essas mulheres negras passam um processo de “reafricanização” de si (RABAKA, 2012). Essa reafricanização, portanto, faz parte de seus processos de subjetivação política.

4.5) Agenciamento Político Feminino Negro

Nas letras analisadas, percebe-se que as violências que afligem a população negra estão sempre sendo carregadas em suas vozes. Essas mulheres não falam apenas de suas vivências. Denunciam o genocídio e encarceramento em massa de jovens meninos negros. Dessa forma, por meio do rap, essas mulheres negras, apontam sua própria importância política no processo de emancipação da população negra e rompem com as imagens de controle coloniais (COLLINS, 2000), que cumprem a função política e psicológica de manter uma supremacia branca cisheteropatriarcal (COLLINS, 2000). Posto isso, estamos em acordo com Collins quando esta afirma que a atuação política de mulheres negras estreme a ordem colonial (COLLINS, 2000).

4.6) Dimensão afetiva

As mulheres negras descolonizadas, como diz hooks, devem compreender a prática do amor como parte fundamental de seus processos de subjetivação política. Essa dimensão afetiva aparece nos vídeos e letras das rappers escolhidas para este trabalho. No clipe de Helen Nzinga seu cabelo é trançado por outra mulher negra. As letras de sua música soam como um hino de afirmação da necessidade de amor na vida das mulheres negras (hooks, 1994, p.1). O mesmo se percebe nas letras de Drik Barbosa. A rapper, em seus processos de subjetivação política, compreende que possui a missão curar as feridas coloniais de suas “Irmãs de Barco” (AKOTIRENE, 2018). Em diversos momentos das letras de Helen Nzinga e Drik Barbosa, por exemplo, há um reconhecimento de uma dor comum a todas essas mulheres, e uma consciência de que o rap é seu instrumento de ação política e de descolonização de outros “irmãos” e “irmãs”. Desse modo, como diz Drik, estas rappers estão “resgatando mentes” e “quebrando as correntes que prendem” a juventude negra, em especial as mulheres negras.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Conclusões

Preta Rara, Drik Barbosa, Helen Nzinga e Mc Martina rompem com as identidades construídas por uma ordem branca cisheteropatriarcal, que asfixia as feminilidades negras. Dessa forma, operam não só a sua descolonização, como de suas “irmãs de barco”, promovendo “cura” para as feridas coloniais. Essas rappers usam a autodefinição como instrumento de rompimento das estruturas racistas cisheteropatriarcais de dominação, constituindo assim seus processos de subjetivação política.

Dessa forma, a descolonização e a autodefinição são centrais nas subjetivações políticas de mulheres negras. Suas práticas políticas, construídas por meio do Hip Hop, estão ligadas à “nomeação” dos problemas que atravessam suas vidas, bem como de toda população negra. Por meio de suas letras e sua estética conciliam sobrevivência e expressão de afetividade.

Referencias bibliográficas

- AKOTIRENE, Carla. O que é interseccionalidade?. Letramento, 2018.
- FREIRE, Rebeca Sobral. Participação Política Das Mulheres Jovens: Hip Hop E (Novo) Movimento Social Em Salvador. Seminário internacional Fazendo Gênero, v.9, 2010.
- COLLINS, Patricia Hill. Black feminist thought. Knowledge, Consciousness and the Politics of empowerment, 2.ed, Nova York: Routledge, 2000.
- DAVIS, Angela. Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude "Ma" Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday. Vintage Books, 1999.
- FANON, Frantz. Pele negra máscaras brancas. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- _____. Frantz. Os Condenados da Terra, trad. de José Laurênio de Melo. Ed Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- hooks, bell. Vivendo de Amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; WHITE, Evelyn C. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Pallas, 2000.
- RABAKA, Reiland. Hip Hop's Amnesia: From Blues and the Black Women's Club Movement to Rap and the Hip Hop Movement. Lexington Books, 2012.
- MARTÍNEZ, María Cristina; CUBIDES, Juliana. Sujeto y política: vínculos y modos de subjetivación. Revista colombiana de educación, n. 63, p. 67-88, 2012.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

MATSUNAGA, Priscilla Saemi. As representações sociais da mulher no movimento hip hop. Psicologia e Sociedade, v.20, n.1, 2008.

Articulação anti-racista na formação superior em saúde: Um mapeamento das ações dos Coletivos Universitários Negros da UFRJ

Anti-racist joint in higher education in health: mapping actions in the Black University Collectives of UFRJ

Thamires Gonçalves Pinto - IFRJ¹

Tamiris Pereira Rizzo- UFRJ²

Alexandre Freitas da Silva - UFRJ³

Isabel Cristina Lopes Barbosa - UFRJ⁴

Luciene da Silva Lacerda - UFRJ⁵

Patricia Cardoso de Jesus- UFRJ⁶

Resumo:

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) foi recentemente incorporada como tema transversal nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação da Área da Saúde (2018). Segundo Gomes (2017), o Movimento Negro têm sido o principal educador coletivo das relações étnico-raciais no Brasil, trazendo saberes forjados na luta capazes de construir *pedagogias das ausências e emergências* em prol de uma *pedagogia da diversidade*. Este resumo expandido tem como objetivo identificar e analisar de que forma os Coletivos Universitários Negros (CUN) têm se articulado para enfrentar o racismo e engendrar espaços e práticas de formação para a ERER nesses cursos. Os CUN foram identificados de forma presencial e digital via facebook com apoio do software Netvizz e seus dados sistematizados. A motivação de se unir para enfrentar casos de racismo parecer ser só o começo de uma trajetória mais ampla que envolve a ânsia por espaços de solidariedade e pertencimento desses corpos ao espaço universitário até a projeção de outras formas de produzir e propagar saberes

¹Graduanda em Terapia Ocupacional pelo IFRJ.Contato:thamirsgp@gmail.com

²Nutricionista e Doutoranda do PPGECS do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde UFRJ.Contato: tamiris.rizzo@ufrj.br

³Graduando em Medicina pela UFRJ.Contato:alexandrefreitasmagno1999@gmail.com

⁴Assistente Social e Mestranda pelo PPGPPDH do NEPP-DH UFRJ.Contato:isabelclbarbosa@gmail.com

⁵Psicóloga vinculada ao Núcleo de Bioética Aplicada da UFRJ.Contato:luciene.mahin@gmail.com

⁶Graduanda em Psicologia pela UFRJ.Contato:patricia.c.jesus99@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

afrocentrados que questionem a *colonialidade do saber* nas formas de ensinar e aprender a cuidar da saúde.

Palavras-chave: Relações Étnico Raciais; Formação Superior em Saúde; Coletivos Universitários Negros; Educação em Saúde; Racismo

Abstract:

Education for Ethnic-Racial Relations (ERER) was recently incorporated as a cross-cutting theme in the National Curriculum Guidelines (DCNs) of the Health Graduation Courses (2018). According to Gomes (2017), the Black Movement has been the main collective educator of ethnic-racial relations in Brazil, bringing knowledge forged in the struggle capable of constructing pedagogies of absences and emergencies in favor of a pedagogy of diversity. This expanded summary aims to identify and analyze how the Black University Colleges (CUN) have been articulated in order to face racism and have generated spaces and training practices for ERER in these courses. The CUNs were identified in person and digitally via facebook with the support of Netvizz software and its systematized data. The motivation to unite to face cases of racism seems to be only the beginning of a broader trajectory that involves the craving for spaces of solidarity and belonging of these bodies to the university space until the projection of other forms of producing and propagating afrocentrados knowledge that question the coloniality of knowledge in the ways of teaching and learning to take care of health.

Keywords: Racial Ethnic Relations; Higher Education in Health; Black University Collectives; Health education; Racism

1. Introdução

A herança escravocrata e racista assumiu na história brasileira diferentes feições, seja por meio dos valores ideológicos eugenistas, das políticas de embranquecimento, da mestiçagem como emblema da nação até a conformação do mito da democracia racial, gerando impactos específicos na saúde. Esta herança segue desafiando o direito pleno da população negra a universalidade, integralidade e equidade previstos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), mas também o próprio processo de formação de profissionais que atuam na área.(WERNECK,2016)

A nova composição étnico-racial e social da universidade pública brasileira com advento das ações afirmativas têm aberto a possibilidade da produção de questionamentos e da reflexão sobre a urgência de outras perspectivas e narrativas para o ensino superior da saúde. Assim, desvendar de que forma corpos negros no espaço acadêmico buscam a construção de outras narrativas e comunicam demandas para

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

superação do racismo pode contribuir com a identificação de perspectivas e estratégias que auxiliem na implementação da EREER nesses cursos.

2. Justificativa e abordagem teórica

Adotando a tese de Gomes (2017) como eixo ordenador da investigação, assume-se que o movimento negro tem sido um ator fundamental, verdadeiro “Produtor de saberes emancipatórios e um sistematizador de conhecimentos sobre a questão racial no Brasil. Saberes transformados em reivindicações, das quais várias se tornaram políticas de Estado nas primeiras décadas do século XXI”. (GOMES, 2017, p.14)

O objetivo deste resumo é identificar e analisar de que forma os Coletivos Universitários Negros (CUN) têm comunicado demandas e se articulado para enfrentar o racismo e engendrar espaços e práticas de formação para EREER nesses cursos.

3. Métodos

Este estudo combinou duas estratégias metodológicas: A pesquisa de campo, a partir da seleção de informantes-chave e momentos de encontros presenciais com estes atores e atrizes e por meio do mapeamento digital, recorrendo-se a dois aplicativos distintos, mas que possibilitam a ação conjunta para a geração de novos resultados.

O aplicativo *Netvizz* foi acionado para atuar no rastreamento das redes, através da localização de páginas disponíveis em mídias sociais, especificamente o Facebook. A segunda ferramenta digital empregada foi o *CmapTools*, um software que possibilita a construção de mapas conceituais. Para a busca, utilizou-se como critério localizar os CUN a partir dos cursos de graduação da área da saúde na UFRJ, a saber Nutrição, Serviço Social, Medicina, Biologia, Enfermagem, Psicologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Farmácia, Fonoaudiologia, Ciências Biológicas, Saúde Coletiva, Odontologia e Educação Física, cuja práxis universitária estivesse diretamente ligada à temática étnico-racial. A pesquisa foi realizada entre os meses de Abril a Maio de 2019.

4. Desenvolvimento

Foram identificados 5 Coletivos Universitários Negros, sendo eles o Coletivo NegreX (Medicina), Coletivo Preto Virgínia Bicudo (CPVLB-Psicologia); Coletivo Negro

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Mary Seacole (Enfermagem), Coletivo de Negras e Negros do Serviço Social UFRJ- Dona Ivone Lara (CNNDIL-Serviço Social) e Coletivo de Negros e Negras da Biologia (Biologia) com datas de fundação entre 2015 e 2018.

A análise colhida por meio do item *pageposts e pagelikenetwork* do Netvizz localizou estatísticas das páginas (Quadro 1) e de suas redes digitais (Figura 1). O relato dos informantes chave revela que as interações e engajamento nas redes, podem não refletir a totalidade das ações e parcerias desenvolvidas pelos mesmos.

Quadro 1: Dados das páginas dos CUN da saúde da UFRJ

Página	Criação	Likes	Posts	Reações	Comentários
Negrex	14/03/2015	6.223	681	26.417	1.340
Biologia	07/07/2016	557	59	640	44
Mary Seacole	10/10/2017	261	28	297	39
Virginia Bicudo	07/12/2017	717	32	1.146	54
Dona Ivone Lara	17/03/2018	261	28	297	39

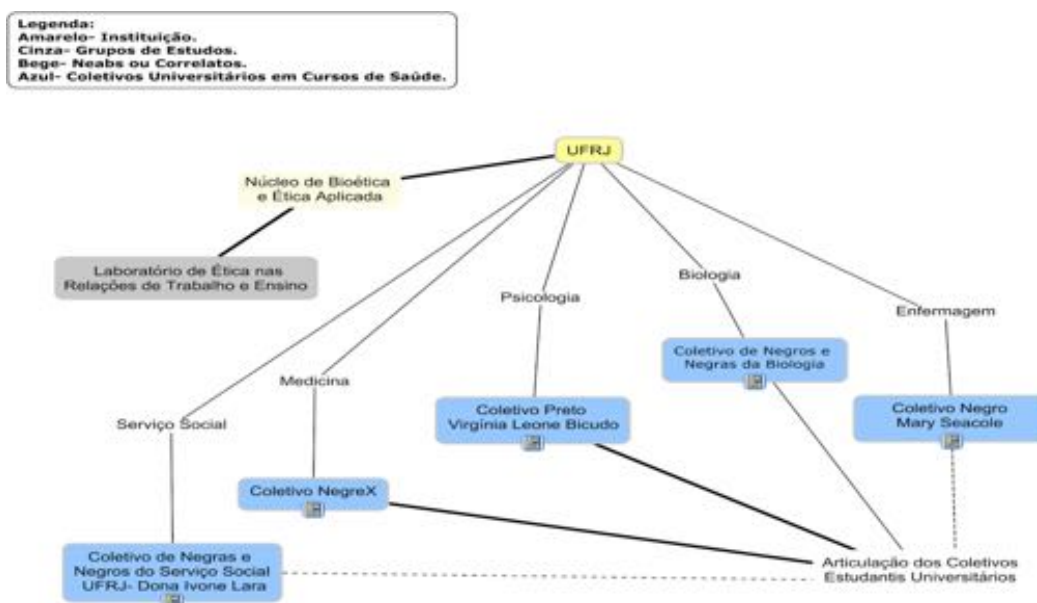
Fonte: Elaboração das autoras com coleta realizada entre 30/05/2019 e 01/06/2019.

Nota-se a articulação digital e presencial entre CUN da saúde e o LABERTE (Figura 1), mas também digitais com diferentes níveis de profundidade presencial entre os CUN fora da área. O LABERTE destaca-se como importante articulador junto aos CUNs, pois atua na Comissão de Direitos Humanos e Combate às Violências na UFRJ, na Comissão de Direitos Humanos da Faculdade de Medicina. Estão presentes na Câmara de Políticas Raciais da UFRJ (PR4); Comitês de Saúde da População Negra do município e do estado do Rio de Janeiro e no grupo de trabalho de Relações Raciais da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia. Também oferecem a disciplina de Direitos Humanos para a Faculdade de Medicina.

Figura 1: Mapa da Rede de Articulação Anti-racista dos CUN na Saúde

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019



Em uma rápida navegação observamos o surgimento desses coletivos atrelados a situações de racismo vivenciadas no interior dos cursos que representam. Também é interessante constatar um movimento comum de resgatar e homenagear as práticas e o legado de personalidades negras, como: Mary Jane Seacole (1805-1881) enfermeira Jamaicana, que mesmo tendo sido negada pela equipe de Florence Nightingale para cuidar dos soldados feridos na Guerra da Criméia, foi voluntariamente para frente de batalha; Dona Ivone Lara (1922-2018), rainha do samba, enfermeira, assistente social e especialista em terapia ocupacional com larga trajetória em hospitais psiquiátricos e, Virgínia Leone Bicudo (1915-2003) professora, socióloga e a primeira psicanalista não médica, sendo responsável institucionalização da psicanálise no Brasil e por reforçar o estudo da raça como categoria social.

Segundo consta no blog nacional do Coletivo NegroX, a organização atua com o objetivo *“formar politicamente seus membros sobre a pauta racial dentro e fora do campo da saúde, sendo um espaço de discussão teórica e de organização da ação prática”*. Na UFRJ estão organizando e protagonizando a implementação de uma abordagem longitudinal através do Seminário de Saúde da População Negra, junto a alunos do 6º período desde 2017.1, no 3º período (2019.1) e alunos no internato integrado de Medicina de Família e Comunidade e Saúde Mental desde 2018.1. O sucesso dessa oficina fez ela ser replicada na UNIRIO (2019.1). Ademais, o grupo

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

estadual no RJ envolveu-se na produção do documentário *Anamnese*, que traz a trajetória dos estudantes negrexs nos cursos de Medicina, e em nível nacional, produziu a cartilha intitulada *Cuidar para Afrocentrar: Saúde do Povo Negro*.

Vislumbramos a realização de uma série de atividades pelo CNNDIL pautando a questão racial dentro da Escola de Serviço Social, como um seminário de combate às opressões, e por meio dos relatos com informante chave, o desenvolvimento de trabalhos acadêmicos por parte de integrantes do coletivo refletindo às relações raciais na profissão, como as políticas sociais e a formação profissional.

O CPVLV surge como estratégia de acolhimento aos estudantes negrexs e meio de organizar a resposta às práticas eugênicas e discriminatórias no Instituto de Psicologia em 2016. Além das passagens em sala e atividades de denúncia ao racismo, passam a organizar em 2018 uma disciplina optativa, intitulada *Estudos Decoloniais em Psicologia*, que pretende ser oferecida novamente em 2019 e conta com apoio de estudantes da pós graduação do instituto que integram o coletivo.

5. Conclusões

A articulação anti-racista dos CUN nos cursos de saúde da UFRJ comunica o anseio por espaços de solidariedade e redes de apoio social entre estudantes negrexs, organiza a denúncia dos casos de racismo e vêm explorando desde os nomes que carregam até as atividades, trabalho acadêmicos, cartilhas e disciplinas que realizam a necessidade outras narrativas para aprender e ensinar a cuidar da saúde das pessoas negras rumo a uma pedagogia da diversidade.

6. Referencias bibliográficas

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2017.

WERNECK, Jurema. Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, set, 2016.

*Financiamento PROEX CAPES



SEMINÁRIO INTERNACIONAL

**COMUNICAÇÃO PARTICIPATIVA
E A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS**

JORNADA DE ESTUDANTES DE
PÓS-GRADUAÇÃO



Militarização da educação pública em Goiás: Relações entre Opinião Pública, Construção de Políticas Educacionais e o Cerceamento de Direitos Fundamentais

Militarization of public education in Goiás: Relationships between Public Opinion, Construction of Education Policies, and the Restrictions of the Fundamental Rights

Eduardo Junio Ferreira Santos – Universidade Federal de Goiás¹

Resumo: Apresentamos inicialmente dados sobre o processo de militarização da educação pública no estado de Goiás e o ineditismo desse fenômeno no Brasil. Apontamos a relação entre tal fenômeno e a não garantia de direitos fundamentais. Os dados foram colhidos e sistematizados a partir de pesquisas acadêmicas que tiveram como objeto de investigação estudos de caso e documentais sobre a militarização da educação em Goiás. Apresentamos, paralelamente, os objetivos da pesquisa, quais sejam, compreender a relação entre a conformação de uma “opinião pública” favorável ao processo de militarização e a conformação dessa política educacional.

Palavras-chave: Educação; Políticas Educacionais; Direitos Humanos; Opinião Pública.

Abstract: Initially we present data about the militarization's process of public education in the state of *Goiás* and the novelty of this phenomenon in Brazil. Our goal is to understand the relationship between such phenomena and the not fundamental rights' guarantee. The data were collected and systematized from

¹ Professor de Língua Portuguesa e Espanhola no Instituto Federal de Goiás. Licenciatura plena em Letras Português com apostilamento em Língua Espanhola pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação da UFG na linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação. E-mail para contato: eduardojunio.fs@gmail.com.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

academic researches that had as investigation object case studies and documentaries about the militarization of education in Goiás. We present, in parallel, the objectives of the research, namely, to understand the relation between the “public opinion” conformation favorable to the militarization and the educational policy conformation.

Keywords: Education; Educational Policies; Human Rights; Public Opinion.

1. Introdução

O processo de militarização da educação pública no estado de Goiás vem ocorrendo desde o final da década de 1990 e consiste na transferência da gestão de escolas públicas da rede estadual de Goiás para a Polícia Militar do estado².

Apresento neste trabalho um recorte da pesquisa que vem sendo desenvolvida, relacionando os resultados até agora sistematizados com os preceitos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Posteriormente, apresento os objetivos da pesquisa de mestrado, qual seja, compreender a relação entre o processo de militarização da educação descrito e o que estamos chamando provisoriamente de “opinião pública”.

2. Justificativa e abordagem teórica

Identifica-se em diversas unidades federativas do Brasil, sobretudo desde meados dos anos 2000 e com intensificação entre 2016 e 2018, a emergência de uma política de militarização de escolas públicas, a expansão dessa política é algo inédito na história do país³. Conforme demonstra FERREIRA (2018), esse processo de militarização se mostrou quantitativamente mais agudo no estado de Goiás.

A expansão desse modelo educacional no Brasil se deu, sobretudo, por meio da transferência da gestão de Escolas para Instituições Militares (Corpo de

² Esta investigação se desenvolve no âmbito do Mestrado acadêmico no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), na linha de Pesquisa Estado, Políticas e História da Educação, sob orientação da Professora Doutora Miriam Fábria Alves.

³ Como parte das pesquisas sobre esse fenômeno, desde o início de 2018 mapeamos a transformação de escolas públicas “civis” em escolas militarizadas. Esse levantamento ainda se encontra em fase de sistematização dos dados, no entanto, já é possível apresentar algumas conclusões prévias, como o fato de, por exemplo, o processo de expansão desse modelo ter ocorrido de forma mais intensa no estado de Goiás

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Bombeiros, Polícia Militar e, em menor número, Guardas Civis Metropolitanas). Assim, assistimos à expansão de um modelo de gestão militarizado que substitui o modelo “civil” e institui, nessas escolas, práticas pedagógicas e políticas educacionais inspiradas no *modus operandi* militar, organizando as práticas internas de forma militarizada e centrando todos os comportamentos e atitudes dos agentes sociais da escola nos princípios da hierarquia militar⁴. Tal modelo se inspira, inicialmente, nos regimentos disciplinares que orientam o SCMB, estes por sua vez, obviamente, se alicerçam em práticas regimentais dos quartéis.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Realizamos inicialmente uma ampla revisão bibliográfica que nos apresentou o andamento de diversas investigações acadêmicas sobre o processo de militarização de escolas públicas no estado de Goiás, trata-se de pesquisas de campo, estudos de caso e investigações documentais. A partir das revisões bibliográficas identificamos recorrências que atravessam, de forma mais ou menos variada, o processo de militarização das escolas que foram objeto de pesquisas acadêmicas.

Para se alcançar o objetivo central da pesquisa que é dissertar sobre as possíveis relações entre a “opinião pública” e a conformação dessa política educacional em Goiás, colhemos todas as matérias jornalísticas publicadas pelo jornal O Popular sobre a temática “escola militar” e seus eventuais subtemas durante os anos 2017 e 2018. A escolha do veículo como fonte de dados se deu em virtude de sua relevância em Goiás: trata-se do veículo de comunicação impresso goiano com tiragem expressiva. Já a escolha do recorte temporal se deu em virtude de,

⁴ Os pronunciamentos oficiais negam o não-cumprimento de qualquer item da LDB nas escolas militarizadas, no entanto, conforme demonstra Santos (2016, p. 55), os princípios democráticos de gestão preconizados pela LDB de 1996 (tal análise continua sendo válida mesmo com a reformulação da Lei em 2016) não são cumpridos de forma plena e coerente nas escolas militares goianas por ele observadas durante sua pesquisa. Cruz (2017, p. 74) aponta também que o direito garantido pela LDB e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de o aluno matricular-se em escola próxima a sua casa também fica ameaçado com a militarização de escolas públicas regulares. Alves et. al. (2018) também apontam para violação desses direitos, uma vez que, o processo de militarização ocorre por meio da diferenciação dessas escolas militares em relação ao restante da rede estadual de educação goiana, proporcionando privilégios a determinados grupos discentes e exclusão de outros.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

nesse intervalo de tempo, ter havido o maior processo de expansão da rede de escolas militares no estado. Para pensar as políticas educacionais das escolas militarizadas e contrapô-las aos conteúdos encontrados nas fontes jornalísticas, analisaremos os documentos oficiais do governo do estado de Goiás (projetos de lei, decretos e a documentação da secretaria de educação do estado de Goiás), o projeto político pedagógico, o regimento escolar e o estatuto da associação de pais e metres que expressam as concepções pedagógicas da rede CEPMG. Além disso, consideraríamos também as pesquisas acadêmicas já realizadas sobre esse objeto, uma vez que, elas apresentam sínteses e análises pertinentes sobre as políticas educacionais dessas Instituições Escolares.

4. Desenvolvimento

Considerando a totalidade das escolas da rede estadual goiana, percebemos que a expansão dos colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG⁵) se instituiu a partir da diferenciação das escolas a ele pertencentes, uma vez que, as escolas da rede de colégios militarizados gozam de estrutura física e de pessoal privilegiada em relação ao restante das Instituições da rede estadual de Goiás (ALVES et al., 2018). Além disso, a rede CPMG opera mecanismos diversos (expulsão de alunos com baixo rendimento, cobrança de taxas e mensalidades, exigência de uso de fardamento de alto custo) que resultam na seleção de seus alunos, conseguindo, ao final, manter em seus quadros discentes que apresentam os melhores rendimentos – o que corrobora com a melhoria dos índices das escolas militares nas avaliações externas (ALVES et al., 2018; CASTRO, 2016; CRUZ 2017; SANTOS, 2010; SANTOS, 2016). Dessa forma, a militarização de escolas públicas se expande por meio da exclusão dos alunos mais pobres do interior das escolas. Portanto, compreende-se nesta fase da pesquisa que há violações sistemáticas dos Direitos Humanos.

⁵ Atualmente chamados CEPMG (Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás). Trata-se de uma resposta discursiva a críticas que apontavam que, ao se militarizar uma escola, ela perdia suas facetas públicas, uma vez que, se pautam em processos de exclusão próprios da rede privada de educação.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Em relação ao nosso objeto central de pesquisa, até o momento temos entendido que o processo de expansão dos CEPMG não poderia ocorrer sem que houvesse condições políticas, sociais e culturais que o permitissem. Temos a hipótese de que parte dessas condições políticas podem ser compreendidas também a partir de dinâmicas sociais relacionadas à opinião pública, uma vez que, esta criaria chancelas que balizariam o processo que investigamos. Aparentemente, essa opinião pública e a consolidação desse “novo modelo educacional” se desenvolveram em um espiral, uma vez que, a proposta de militarização da educação parece ter canalizado insatisfações da comunidade escolar e, de forma geral, da sociedade goiana com a educação básica pública estadual. Avaliamos que as políticas e práticas pedagógicas autodeclaradas por agentes, autoridades e representantes das escolas militarizadas também constituem esse processo de legitimação dessa expansão uma vez que parecem procurar eco e apoio nessa opinião pública.

Diante dessa problemática, inicialmente, esta pesquisa busca, através do que Bourdieu (1997) chama de um “‘olho’ sociológico”, mapear e analisar os processos que organizam, hierarquizam e dinamizam essa opinião pública. No desenrolar da pesquisa, buscaremos as possíveis relações entre a opinião pública e a consolidação progressiva e processual do projeto escolar dos CEPMG, analisando de forma comparativa as políticas e práticas pedagógicas autodeclaradas por essas Instituições escolares e a opinião pública expressa no periódico que elegemos como fonte.

Além de pretendermos utilizar ferramentas para análise de conteúdo, especificamente aquelas voltadas à compreensão de textos jornalísticos, é preciso ter em vista - ao se pensar sobre a sistematização, ordenação e análise das ideias expressas nas fontes - que

Os agentes sociais não têm a ciência infusa do que eles são e do que eles fazem; mais precisamente, eles não têm necessariamente acesso ao princípio de seu descontentamento ou de seu mal-estar e as declarações mais espontâneas podem, sem nenhuma intenção de dissimulação exprimir uma coisa bem diferente do que eles dizem na aparência. (BOURDIEU, 2003, p. 707-708)

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Portanto, é necessário, pensando nos objetivos desta pesquisa, submeter o material encontrado nas fontes às chaves teóricas apropriadas, para, assim, apreender os mecanismos sociais que os operam, superando compreensões que não avançam além das aparências dos fenômenos. Assim, para pensar sobre a relação entre os conteúdos colhidos nas fontes e as políticas educacionais dos CEPMG, temos em vista inicialmente que:

a contemporaneidade, é certo, tem testemunhado um alargamento progressivo do raio da ação escolar, consubstanciado na multiplicação do rol de incumbências de seus profissionais. Embaladas pelo refrão consensual de que se trataria de preparar o alunado, sempre mais e melhor (quer para o exercício ativo da cidadania, quer para o domínio de habilidades e competências específicas, quer ainda para algum tipo de qualificação, seja propedêutica, seja profissional) para o ingresso em um mundo em franca complexidade, as missões atribuídas à escolarização não ocultam uma ambição ultrarreformista da sociedade, expressa em uma multidimensionalidade de funções reparatórias ou salvacionistas de alguns usos e costumes dos segmentos populacionais sob sua guarda – o que abarcaria indistintamente clientela e agentes escolares (AQUINO, 2014, p. 115).

Considerando as reflexões que os excertos ensejam, temos como hipótese de que há contradições importantes entre opinião pública e políticas educacionais voltadas à expansão dos CEPMG, por isso, a problemática da pesquisa procura desvelar a correspondência entre as expectativas dessa “opinião pública” e a política de expansão das escolas militarizadas em Goiás. O objeto desta pesquisa é, portanto, entender como se operam as relações entre as opiniões que se expressam no meio de comunicação escolhido como fonte e as políticas educacionais que envolvem o processo de militarização da educação pública em Goiás.

Trabalhamos, portanto, de forma relacional, com dois elementos centrais: opinião pública e políticas educacionais. Para mapear, descrever, analisar e, por fim, apresentar sistematicamente um quadro acerca da visão da opinião pública sobre a transformação de escolas públicas estaduais em escolas militares e como isso tem

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

repercutido (ou não) no processo de expansão e formulação de políticas educacionais para os CEPMG.

5. Conclusões

Esta pesquisa tem apontado que o processo de militarização de escolas públicas em Goiás fere direitos fundamentais reconhecidos no organograma jurídico brasileiro e também na Declaração Internacional de Direitos Humanos (tratado internacional do qual o Brasil é signatário).

Tal cerceamento de direitos não se restringe apenas à constituição de um modelo “público diferenciado” e excludente em Goiás, senão também por meio do cerceamento de liberdades fundamentais no interior dessas instituições, pois a imposição de um *modus operandi* militarizado cria um ambiente assentado no autoritarismo.

O desenvolvimento da pesquisa nos fará compreender como a conformação de uma “opinião pública” aparentemente inclinada a esse projeto concedeu permissões político-sociais que permitissem sua implantação e expansão, além disso pretendemos tentar compreender como esse processo se operou ao longo dos anos 2016 e 2017.

6. Referências bibliográficas

ALVES, Míriam; FERREIRA, Neusa; TOSCHI, Mirza. A expansão dos Colégios Militares em Goiás e a diferenciação na rede estadual. In.: Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 12, n. 23, p. 271-287, jul./out. 2018. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>.

AQUINO, Julio. Da autoridade pedagógica à amizade intelectual: uma plataforma para o éthos docente. São Paulo: Cortez, 2014.

BOURDIEU, P. Compreender; Pós-escrito. In.: Bourdieu, P. (Coord.) A miséria do mundo. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 693-736.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.182, de 23 de setembro de 1999*: Regulamenta a Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, que dispõe sobre o ensino no Exército Brasileiro e dá outras providências. In: D.O.U. de 24 de setembro de 1999. Disponível em:

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3182.htm. Acesso em 29 de agosto de 2018.

_____. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL. *Sistema Colégio Militar do Brasil*. In: Ministério da Defesa: Exército Brasileiro: Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial: 05 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.depa.eb.mil.br/sistema-colegio-militar-do-brasil>. Acesso em 28 de agosto de 2018.

_____. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL. *Projeto Pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil*. In: Ministério da Defesa: Exército Brasileiro: Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial: 05 de julho de 2016. Disponível em: http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/projeto_pedagogico.pdf. Acesso em 27 de agosto de 2018.

_____. DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL. *Regulamento dos Colégios Militares*. In: Ministério da Defesa: Exército Brasileiro: Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial: 05 de julho de 2016. Disponível em: http://www.depa.eb.mil.br/images/legislacao/projeto_pedagogico.pdf. Acesso em 07 de Setembro de 2018.

CASTRO, Nicholas Moreira Borges. *“Pedagógico” e “Disciplinar”*: o militarismo como prática de governo na educação pública do estado de Goiás. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Antropologia Social, 2016.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. *Militarização das Escolas Públicas em Goiás: Disciplina ou Medo?* Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-graduação em História, 2017.

GOIÁS. *Lei nº 8.125, de 18 de junho de 1976*: Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. In: Goiânia, 1º de julho de 1976. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/1976/lei_8125.htm. Acesso em 11 de março de 2019.

_____. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. *Portal CEPMG: Histórico*. In: Goiânia. Disponível em: <https://www.portalcepmg.com.br/historico/>. Acesso em 11 de março de 2019.

_____. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS. *Polícia Militar do Estado de Goiás: Notícias PMGO*. In: Goiânia. Disponível em: <http://pm.go.gov.br/2017/pmgoSubpg.php?id=13&idc=102595&idt=2&lk=13>. Acesso em 11 de março de 2019.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

GOUVEIA, Marcelo. Colégios Militares: uns querem, outros não. Entendam os porquês. In.: *Jornal Opção*, ed. 25 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outros-nao-entenda-os-porques-41217/>. Acesso em: 12 de março de 2019.

SANTOS, Rafael José da Costa. *A militarização da Escola pública em Goiás*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação, 2016.

Reendereço do filme “Erin Brockovich – Uma mulher de talento” sob uma perspectiva socioambiental no ensino de Química

Readdress of the film "Erin Brockovich" from a socio-environmental perspective in the teaching of Chemistry

Gisele Abreu Lira Corrêa dos Santos – Colégio Pedro II – UFRJ¹

Luiz Augusto Coimbra de Rezende Filho – Universidade Federal do Rio de Janeiro²

Resumo: No ensino das ciências, o filme pode ser utilizado para introduzir conceitos científicos, como também pode ser um recurso didático que possibilita uma abordagem das ciências em uma perspectiva socioambiental. Este trabalho tem por objetivo investigar, por meio da noção de reendereço de audiovisuais, o uso que uma professora de Química fez do filme “Erin Brockovich – Uma mulher de talento” em sala de aula. O reendereço trata das adaptações feitas quando se utiliza uma obra audiovisual já pronta e destinada a um determinado público, buscando adaptá-la a outro contexto ou tipo de espectador. Esta etapa da pesquisa foi desenvolvida a partir de uma entrevista semiestruturada e a observação participante da utilização do filme em uma turma de estudantes de ensino médio profissionalizante para jovens e adultos. A proposta da aula com o uso do filme visava promover a aprendizagem de conceitos químicos e o debate de questões socioambientais orientadas para uma conexão com o recente crime ambiental ocasionado pelo rompimento de uma barragem em Brumadinho (MG). Como resultados preliminares desta etapa foi possível notar que o reendereço do filme construído pela professora foi bem-sucedido uma vez que os alunos aceitaram a posição de aprendizes como espectadores em sala de aula.

Palavras-chave: ensino de Química; filme; temática socioambiental; reendereço.

¹ Professora efetiva do ensino básico técnico e tecnológico do Colégio Pedro II. Doutoranda em Educação em Ciências e Saúde - Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde - Universidade Federal do Rio de Janeiro, giselequimica@gmail.com.

² Professor Associado I do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde - Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde - Universidade Federal do Rio de Janeiro, luizrezende.ufrj@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Abstract: In science teaching, films can be used to introduce scientific concepts, but they can also be a didactic resource that enables an approach to science from a socio-environmental perspective. This work aims to investigate, through the notion of readdress audiovisuals, the use that a Chemistry teacher made of the film "Erin Brockovich" in the classroom. Readdress deals with the adaptations made when using an audiovisual work already ready and intended for a specific audience seeking to adapt it to another context or type of viewer. This stage of the research was developed from a semi-structured interview and the participant observation of the use of the film in a group of students of high school vocational for young people and adults. The proposal of the lesson with the use of the film aimed to promote the learning of chemical concepts and the debate of social and environmental issues oriented towards a connection with the recent environmental crime caused by the rupture of a dam in Brumadinho (MG). As preliminary results of this stage it was possible to note that the readdress of the film constructed by the teacher was successful since the students accepted the position of apprentices as spectators in the classroom.

Keywords: Chemistry teaching; movie; socio-environmental; readdress.

1. Introdução

Atualmente existe uma prática comum de usar filmes que não foram produzidos para o uso didático para introduzir conteúdos no ensino de ciências. No entanto, um professor mesmo, não sendo especialista na área de cinema, pode ir além do conteúdo representado no filme. Piassi (2013) nos aponta que as questões sociais não estão desvinculadas dos aspectos técnicos-científicos, logo o uso de filmes em sala de aula poderia suscitar um debate das implicações sociais de uma descoberta científica, por exemplo. O autor defende que o filme é um elemento cultural com um potencial privilegiado para abordar as questões científicas.

Os trabalhos de Rui *et. al.* (2013); Costa e Barros (2014); Silva, Reis Neto e Nascimento Júnior (2015) dialogam com esta perspectiva de uso de filmes no ensino de ciências com o objetivo de estabelecer um diálogo entre o conteúdo científico curricular e as questões sociais presentes.

Entretanto, ainda encontramos o uso de filmes em salas de aula planejados apenas com finalidade motivacional, o que não é uma garantia de atratividade, uma vez que os serviços de *streaming* tornaram qualquer filme acessível em qualquer lugar. Como cita Nelson Pretto (2013), em um uso apenas instrumental do filme, o encanto da novidade deixa de existir, principalmente em vista da evolução tecnológica que estamos vivendo.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Este autor propõe o uso do filme na perspectiva de fundamento como um centro irradiador de conhecimento, que representa uma nova forma de pensar e sentir. Esse recurso se torna potencialmente transformador de currículos e da própria escola, quando o professor se faz articulador desse processo. Além disso, o uso do cinema se constitui em uma oportunidade que a escola tem em dialogar com a bagagem cultural dos estudantes.

Este trabalho se justifica pela importância de compreender as relações das ações de reendereço de uma professora no uso de um filme com a produção de sentidos pelos estudantes, considerando uma abordagem socioambiental da Química. Pretendemos compreender de que maneira os alunos se comportam como espectadores em aula e como isso interfere no processo de ensino e aprendizagem. Consideramos estes objetivos fundamentais para a produção de conhecimento sobre o uso de filmes em contextos educativos.

2. Abordagem Teórica

Neste trabalho vamos apresentar apenas os principais referenciais que nos auxiliam a discutir a situação de uso de um filme em um contexto de sala de aula. A autora Ellsworth (2001) transpõe o conceito de modos de endereçamento do Cinema para a área da Educação. Este conceito entende que se há uma relação entre o texto fílmico e a experiência do espectador, é possível convocá-lo a uma posição a partir da qual ele deva ler o filme. Assim, o produtor tenta estabelecer certo controle de como o espectador pode entender o filme. No entanto, como o público pode ser diferente do esperado, não há garantias, podendo resultar em falhas de endereçamento. A autora nos propõe que, a partir dessa noção, nós educadores possamos ensinar aos espectadores a recusar uma posição que um filme deseja que assumamos.

O conceito de reendereço audiovisual foi baseado no conceito de modos de endereçamento de forma a nos auxiliar no entendimento de como os modos do uso do audiovisual condicionam a produção de sentidos. Reendereço se refere às apropriações e adaptações feitas quando se utiliza uma obra audiovisual já pronta e destinada a um determinado público, e se busca adaptá-la a outro contexto ou tipo de espectador (REZENDE FILHO, *et. al.* 2015). O reendereço audiovisual também

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

estabelece correspondência com o conceito de reendereço na literatura, definido como o ato da publicação de uma obra ou o reconto dela destinada a um público diferente daquele previsto pela obra original (CORRÊA, 2010).

3. Métodos e Instrumentos de Pesquisa

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa. No seu momento atual, já foram selecionados o local da pesquisa – o Colégio Pedro II – e os participantes da pesquisa – três professores de Química que concordaram com a participação. Apenas relataremos a experiência de uma das professoras participantes.

Esta etapa da pesquisa foi desenvolvida a partir da observação participante da utilização do filme “Erin Brockovich – Uma mulher de talento” por esta professora de Química em uma turma de estudantes do segundo ano do ensino médio profissionalizante para jovens e adultos (PROEJA).

A observação de suas aulas foi registrada com anotações em diário de campo e registro de áudio. Além disso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a professora com o objetivo de conhecer sobre a escolha do filme, o planejamento desta atividade com os alunos e o relato de como foi a exibição do filme.

O planejamento da atividade necessitou de quatro dias para a aplicação. No primeiro dia houve a exibição de aproximadamente 30 minutos iniciais do filme. No segundo, houve a exibição do restante do filme e algumas considerações da professora antes de terminar a aula. No terceiro dia foi solicitado uma produção textual com conexões sobre o filme e reportagens das tragédias ocorridas em Mariana e Brumadinho. No último dia, que não será relatado aqui, está previsto o término da atividade com uma aula sobre número de oxidação e um debate sobre questões presentes no filme.

Com o acesso às informações referentes ao planejamento de sua aula, o filme foi assistido e analisado segundo o referencial de Vanoye e Goliot-Lété (1994), pretendendo a identificação do endereçamento e da significação pretendida pelos produtores do filme, ou seja, do seu significado preferencial (HALL, 2003).

Para a análise dos dados da observação da aula e da entrevista, recorreremos a uma análise própria da pesquisadora baseada na *Análise de Conteúdo* de Bardin (2016).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

4. Resultados e Considerações Preliminares

O filme conta a história, baseada em fatos reais, de Erin Brockovich que trabalha como secretária em um escritório de advocacia. Ela descobre que uma empresa, a “PG&E”, contamina com cromo VI a água de uma comunidade local, o que ocasiona doenças graves entre seus residentes. O filme é um drama endereçado a jovens e adultos, principalmente a mulheres uma vez que tem uma protagonista feminina.

A entrevista com a professora esclareceu que a proposta da aula com o uso do filme visava promover a aprendizagem de conteúdos de Química (número de oxidação) e o debate de questões socioambientais orientadas para uma conexão com o recente crime ambiental ocasionado pelo rompimento de uma barragem em Brumadinho (MG). Esta fala nos mostrou uma intenção de reendereço do filme no planejamento da atividade, uma vez que o filme que não foi produzido para o ensino de Química e suas relações com o ambiente e foi utilizado em sala de aula com a finalidade de promover aprendizagens. Além disso, ela pretendeu o deslocamento do contexto da situação retratada no filme que aconteceu nos EUA para pensar os acontecimentos da atual realidade brasileira.

Na primeira aula, a professora interrompeu o filme na cena que mostra o diálogo da personagem principal, Erin, com um professor universitário de Química explicando os três tipos de cromo e as diferentes implicações destes para a saúde humana. Ela afirmou ter escolhido esta cena porque considerou favorável à aprendizagem de conceitos e à manutenção do interesse dos alunos pelo filme.

Na segunda aula houve a exibição do restante do filme, os alunos permaneceram atentos, em silêncio e contidos em suas expressões. Houve uma ação de reendereço feita pela professora com o retrocesso e a repetição desta cena citada acima. Este fato nos mostrou a sua intenção de que os alunos tenham um olhar para o filme que privilegie a aprendizagem de conceitos científicos.

Apesar da condução da aula feita pela professora para as relações com as tragédias, inicialmente, os alunos conectaram o filme (por meio oral e escrito) com suas preocupações em relação a recente questão da liberação do uso de agrotóxicos no Brasil.

Como resultados preliminares desta etapa foi possível notar que o reendereço do filme construído pela professora foi bem-sucedido uma vez que os

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

alunos aceitaram a posição de aprendizes como espectadores em sala de aula e conectaram o filme com questões da realidade brasileira.

5. Referências Bibliográficas

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Augusto Pinheiro. 1ª. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

COSTA, E. C. P. e BARROS, M. D. M. Luz, câmera, ação: o uso de filmes como estratégia para o ensino de Ciências e Biologia. **Revista Práxis Online**, ano VI, n.11, p.81-93, 2014.

CORRÊA, H. T. Contos, recontos e reendereço: uma mesma matriz, diferentes retextualizações para públicos e gostos diferentes. AGUIAR, V. T.; CECCANTINI, J. L. (orgs.). **Teclas e dígitos: leitura, literatura & mercado**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ELLSWORTH, E. Modo de endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação também. In: SILVA, T. T. **Nunca fomos humanos: metamorfoses da subjetividade contemporânea**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 7-76.

HALL, S. Reflexões sobre o modelo de codificação/decodificação: Uma entrevista com Stuart Hall. In: SOVIK, L (org.). **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Tradução Adelaine L. G. Resende *et al.* Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003. p. 353-386.

PIASSI, L. P. A ficção científica e o estranhamento cognitivo no ensino de ciências: estudos críticos e propostas de sala de aula. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 19, n. 1, p. 151-168, 2013.

PRETTO, N. D. L. **Uma escola sem/com futuro: educação e multimídia**. 8. ed. Salvador: Edufba, 2013.

REZENDE FILHO, L. A. C.; BASTOS, W. G; PASTOR JUNIOR, A. A.; PEREIRA, M. V. e SÁ, M. B. Contribuições dos estudos de recepção audiovisual para a educação em ciências e saúde. **Alexandria: Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 143-161, 2015.

RUI, H. M. G.; LEONOR, P. B., LEITE, S. Q. M. e AMADO, M. V. Uma prova de amor: o uso do cinema como proposta pedagógica para contextualizar o ensino de genética no ensino fundamental. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v.6, n.2, p.268-280, 2013.

SILVA L. G. V; REIS NETO J. A.; SOUSA I. A. e NASCIMENTO JUNIOR A. F. "Sonhos tropicais": o uso de cinema como recurso no ensino do tema doenças infecciosas e parasitárias. **Revista Práxis Online**, Edição Especial IV, ano VII, p.192-198, 2015.

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 6ª. ed. Campinas: Papirus, 1994.

Arenas, disputas e redes: a UNESCO e o letramento midiático como uma agenda global

Arenas, disputes and networks: UNESCO and media literacy as a global agenda

Lumárya Souza de Sousa – Universidade Federal Fluminense¹

Resumo: O presente trabalho aborda como a UNESCO² tem colaborado num processo mundial de agenciamento na formulação de uma agenda de pesquisa do letramento midiático. Desde a década de 1980, pelo menos sete importantes declarações oriundas de conferências patrocinadas pela instituição destacam o tema da mídia-educação ou letramento midiático (media education/media literacy) e sua importância para uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Diante deste panorama, parte-se de uma análise de conteúdo documental de documentos e declarações elaboradas pela UNESCO sobre a temática desde 1982, quando em reunião da instituição foi aprovada a Declaração de Grunwald, que entende a relação mídia-educação como fundamental para o exercício da cidadania em uma sociedade cada vez mais midiaticizada. Os primeiros resultados revelam que o próprio entendimento do letramento midiático tem tomado um sentido mais amplo, partindo de uma noção de “empoderamento”, seja de informações ou de habilidades midiáticas. Além disso, embora a instituição reconheça a necessidade de sistemas políticos e educacionais sólidos para formar cidadãos críticos diante de fenômenos comunicacionais, observa-se uma crescente na defesa de abordagens cada vez mais globais, pelo viés da “capacitação”, para a compreensão das dinâmicas locais, nacionais e de produção de conhecimentos sobre a educação das mídias.

Palavras-chave: letramento midiático; UNESCO; agenda de pesquisa; cidadania.

¹ Doutouranda em Comunicação com pesquisa direcionada para educação midiática no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF). E-mail: lumaryas@id.uff.br.

² A UNESCO é uma agência especializada das Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Paris, que foi criada em 16 de novembro 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo. Atualmente é composta por 193 países. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/unesco/>

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Abstract: The present work deals with how UNESCO has collaborated in a global process of agency in the formulation of a research agenda of media literacy. Since the 1980s, at least seven major statements from conferences sponsored by the institution highlight the issue of media education or media literacy (media education / media literacy) and its importance for a society more equitable, inclusive and egalitarian. In the light of this panorama, we start with an analysis of documentary content of documents and declarations elaborated by UNESCO on the subject since 1982, when the meeting of the institution approved the Declaration of Grunwald, which understands the media-education relationship as fundamental for the exercise of citizenship in an increasingly mediatized society. The first results reveal that the very understanding of the media literacy has taken on a broader meaning, starting from a notion of "empowerment", be it information or media skills. Besides that, although the institution recognizes the need for sound political and educational systems to train citizens who are critical of communicational phenomena, there is a growing emphasis on increasingly global approaches, on the "empowerment" bias, for understanding local, national dynamics and the production of knowledge about media education.

Keywords: media literacy; UNESCO; research agenda; citizenship.

1. Introdução

Mídia-educação, Educação para os média, Literacia mediática, Competência mediática, Educomunicação, *Media literacy*, Alfabetização midiática, Literacia mediática ou Letramento midiático são apenas alguns dos diversos termos utilizados como sinônimos para as discussões que envolvem a educação midiática. Apesar dos pontos de convergências serem comuns, uma série de conceitos e traduções tendem a colaborar com essa multiplicidade. Na ausência de um termo definitivo que possibilite traduções, optamos por utilizar o letramento midiático³, mas deixando evidente as diversas nuances em torno da denominação.

Essa multiplicidade conceitual, bem como a existência de pelo menos sete declarações sobre o tema oriundas de conferências patrocinadas pela UNESCO, como já mencionado, apontam para uma potência da temática e para uma relevância da

³ Definimos o letramento midiático como o letramento possibilitado por meio do "educar com", "educar para" e "educar através" das mídias (RIVOLTELLA, 2001) a partir de uma concepção que transcende o letramento tradicional, amplamente relacionado à cultura da escrita e com uma característica abstrata.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

discussão da educação midiática como uma agenda de pesquisa acionada no âmbito internacional. Tal cenário é reflexo de uma concepção que busca dar conta de um cenário de desdobramentos, diante da expansão dos meios de comunicação, e, principalmente, do universo digital, com a popularização das tecnologias contemporâneas que refletem os dias atuais.

Partindo desse contexto múltiplo conceitual, evidencia-se também um conjunto de discursos, que promovem e defendem a implementação do letramento midiático, ganhando representação e legitimação na sociedade - principalmente no âmbito internacional, se destacando, dentre eles, o posicionamento da já citada UNESCO como um importante agente na prática da educação midiática mundial. Atualmente, a temática é alvo de diversas reuniões e conferências, além de ser amplamente difundida em pesquisas patrocinadas pela Comissão Europeia, as quais resultam em recomendações direcionadas a seus países membros (CAPRINO, 2015). Diante desse cenário, investigamos os principais documentos e declarações elaborados e patrocinados pela instituição sobre o tema. Para tanto, partimos do seguinte questionamento: Como a UNESCO tem colaborado e atuado como importante ator num processo mundial para a formulação de uma agenda de pesquisa do letramento midiático? Nesse processo, qual agenda tem sido construída? Em que medida essa agenda traçada pela instituição tem colaborado ou não para a imposição de um modelo de progresso humano rebaixado ao modo de vida do Norte?

2. Justificativa e abordagem teórica

A temática do letramento midiático tem se constituído como uma importante agenda de pesquisa mundial. Desde os anos 1960, Europa, Estados Unidos e Canadá são considerados pioneiros em discussões na interface mídia e educação, a qual tem sido intensificada no Brasil somente a partir dos anos 2000, com o estímulo da UNESCO a partir da realização da IV Cúpula Mundial de Mídia para Crianças e Adolescentes (ELEÁ, 2004). Nesse sentido, observamos a construção dessa agenda claramente marcada por uma série de processos de dominação e relações de poder em torno da construção do campo científico da mídia e educação, o que torna urgente e necessária

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

uma investigação atenta à essas disputas. Para tanto, algumas aproximações teóricas são necessárias, como aquelas conduzidas a partir do entendimento da lógica das políticas públicas (FRY, 2015; JANNUZZI, 2001), ainda que as declarações propostas pela UNESCO sejam apenas recomendações e não tenham força de lei; a noção de campos (BOURDIEU, 1996); e perspectivas que refletem sobre própria reprodução epistemológica entre as teorias do Norte e do Sul global (MALDONADO, 2009; MIGNOLO, 2009), não com a intenção de reforçar essas fronteiras, mas sim de complexificar tais relações para questionarmos os processos pelos quais têm sido conduzidas dinâmicas da educação midiática.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

A presente pesquisa parte da análise de conteúdo documental dos principais documentos e declarações elaborados pela UNESCO sobre a temática da educação midiática, usando como marco inicial a Declaração de Grünwald, em 1982, já explicada anteriormente. Para tanto, partimos dos fundamentarmos na metodologia historiográfica, que consiste numa busca por respostas por meio de um levantamento bibliográfico como uma estratégia de estudo da documentação ou das fontes apropriadas de pesquisa. Dessa forma, o documento histórico se revela uma importante ferramenta para o pesquisador e é nele que nos debruçamos para uma análise de conteúdo, visando compreender o percurso histórico da UNESCO em ações sobre educação midiática. Utilizamos o site oficial da instituição sobre a Alfabetização Midiática e Informação (MIL) como principal meio de busca, o qual oferece uma lista de documentos considerados mais relevantes pela instituição para a compreensão da temática⁴ e analisamos sete importantes declarações e documentos de autoria da UNESCO.

4. Desenvolvimento

Aqui destacamos alguns dos documentos analisados para o desenvolvimento deste trabalho, ainda que outros materiais tenham sido observados. O primeiro deles é a Declaração de Grünwald, assinada em 1982 por representantes de 19 nações durante

⁴ Documentos disponíveis em: <http://www.unesco.org/new/en/communication-and-information/media-development/media-literacy/documents/>. Acesso: 26 mai. 2019.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

o Simpósio Internacional sobre Educação para as Mídias da UNESCO, realizado na cidade de Grunwald, na Alemanha. O documento é um marco na temática e dá origem a uma série de debates posteriores. Já na sua redação inicial há uma convocação para uma “ação cidadã” com o desenvolvimento de iniciativas que propusessem “uma participação ativa dos cidadãos”, revelando uma preocupação da instituição de entender a mídia como uma prática cidadã. Em 1990, a conferência em Toulouse, na França, resulta na declaração *New Directions in Media Education*, enfatizando o cidadão não apenas como consumidor de mídia, mas também como “produtor de sentidos”, passando-se a construir uma noção de letramento midiático direcionada para o “empoderamento” desse até então apenas “espectador” de mídia.

Outro importante documento é a declaração *Educating for the Media and the Digital Age*, redigida durante a Conferência de Viena, na Áustria, em 1999, que volta a enfatizar como o letramento midiático deve permitir aos cidadãos ferramentas para comunicar suas próprias mensagens. Em 2002, durante a Conferência *Youth Media Education*, em Sevilla, na Espanha, o documento *Youth Media Education (Recommendations addressed to the United Nations Educational Scientific and Cultural Organization UNESCO)* ressalta novamente como a educação midiática pode e deve contribuir com o desenvolvimento da cidadania ativa e da participação dos cidadãos na sociedade contemporânea. Em 2007, um outro encontro é realizado na França, desta vez em Paris, Agenda de Paris, que é destinado para avaliar o andamento de ações de mídia e educação 25 anos após a Declaração de Grünwald, resultando nas *12 Recommendations for Media Education*, que define media literacy como: acesso; análise/avaliação; criação de conteúdos.

São basicamente os mesmos pontos reforçados no *The First International Forum on Media and Information Literacy*, realizado em 2011, no Marrocos, mas com o diferencial de que se passe a adotar a nomenclatura do Letramento Midiático e Informacional (MIL), o que é ratificado na *The Moscow Declaration*, em 2013, que entende MIL como um pré-requisito para uma sociedade sustentável, aberta, plural, participativa e inclusiva. Por fim, a movimentação mais recente foi em 2014, na sede da

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

própria UNESCO, quando foi aprovada a Declaração de Paris sobre Alfabetização Midiática e Informacional na Era Digital, que ressalta realidade comunicacional do mundo contemporâneo a partir das ferramentas digitais

5. Conclusões

A UNESCO tem normatizado a compreensão do que entende-se por letramento midiático, chamando a atenção para a ênfase dada em suas declarações a partir da relação mídia-educação ligada diretamente ao desenvolvimento de uma cidadania ativa e participativa dos cidadãos na contemporaneidade. Além disso, de forma genérica, nota-se um discurso que propõe o letramento midiático e informacional como fundamental para a construção de uma noção, socialmente e economicamente desenvolvida. Nessa visão, observamos a proposição de uma modelo etnocêntrico da educação midiática, que acaba por fundamentar uma ideia de letramento midiático e informacional padrão e substanciando um sistema centralizado da cultura ocidental europeia. Assim, uma agenda global vem sendo construída em torno do letramento das mídias, trazendo fortemente questões cidadãs, o que nos faz defender sua relevante posição e atuação ativa, mas também uma perpetuação dessa agenda como um modelo de desenvolvimento global calcado em iniciativas eurocêntricas, o que nos faz acreditar que a instituição não tem conseguido passar uma mensagem unificadora.

6. Referencias bibliográficas

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: Ortiz, Renato (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**, n 39, Editora Ática, São Paulo, 1983.

CAPRINO, Mônica. Mídia-educação, identidade e memória. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA, 2015, São Caetano do Sul. **Anais...**São Paulo: USCS, p.01-16.

ELEÁ, Ilana. **Agentes e Vozes: Um Panorama da Mídia-Educação no Brasil, Portugal e Espanha**. Sweden: Yearbook, 2014.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, n. 21, p. 211-259, 2009.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e colonialidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v.80, p.71-114, 2008.

MIGNOLO, W. **Epistemic disobedience, independent thought and decolonial freedom**. Theory, Culture & Society, v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2009.

RIVOLTELLA, Pier Cesare. **Media Education: modelli, esperienze, profilo disciplinare**. Roma: Carocci, 2001.

UNESCO, Y. **Media and Information Literacy: Reinforcing Human Rights, Countering, Radicalization and Extremism**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2016.

* Essa pesquisa possui financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Comunicação, Educação e Gênero

Communication, Education and Gender

Rebeca Patrícia Mendonça Machado – NUTES - UFRJ¹

Resumo: Este trabalho parte de um enfoque interseccional sobre gênero, raça e classe para refletir sobre o acesso à saúde e a construção de identidades durante a adolescência e as formas de resistências criadas por elas durante a trajetória escolar. Tendo como campo de pesquisa a escola, trabalhando por meio de oficinas com estudantes e professores a fim de conhecer como a trajetória escolar influencia na construção das identidades das estudantes do sexo feminino. Nesta pesquisa, em estágio inicial de desenvolvimento, apontamos como desafio a consolidação de uma metodologia capaz de captar as nuances das concepções de gênero e sexualidade das estudantes levando em conta suas trajetórias.

Palavras-chave: Educação; Sexualidade; Gênero; Comunicação; Trajetória Escolar.

Abstract: This work is part of an intersectional focus on gender, race and class to reflect about access to health and the construction of identities during adolescence and the forms of resistance created by them during the school trajectory. Having the school as research field, working with workshops with students and teachers in order to know how the school trajectory influences the construction of the identities of the female students. In this research, at an early stage of development, we indicate as a challenge the consolidation of a methodology which is capable of capturing the nuances of gender conceptions and sexuality of students, taking into account their trajectories

Keywords: Education; Sexuality; Gender; Communication; School Trajectory.

¹ Licenciatura Plena em Ciências Biológicas; Mestranda do Programa de Pós Graduação em ensino de Ciências e Saúde, NUTES/UFRJ; machadobioufrj@gmail.com. Esta pesquisa é orientada pela Prof. Dra Ana Lúcia Nunes de Sousa.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

1. Introdução

Este projeto de pesquisa parte da vontade de promover os direitos humanos dentro do âmbito da saúde sexual e reprodutiva assumindo os discursos de intelectuais como: Angela Davis, Maria Lugones, bell hooks, Kimberlé Greenshaw, Nilma Lino Gomes, entre outras. Para tal, pretendemos trabalhar com estudantes do Ensino Fundamental II por meio de oficinas que abordem gênero, sexualidade e afetividade. As oficinas serão o ponto de partida para a análise dos discursos dos estudantes acerca dos temas mencionados.

O incentivo às estudantes a ocupar um lugar atuante dentro do projeto é fundamental para que possamos construir sugestões de material didático capazes de reduzir as consequências produzidas pelo racismo, sexismo e exploração econômica. A relevância desta empreitada é a reflexão sobre como gênero, raça e classe interferem na construção das identidades das estudantes e quais estratégias de resistência elas constroem na abordagem específica da sexualidade. Compreendemos a escola como tendo importante papel na vida das pessoas, assim também é considerada um espaço fundamental para a promoção da saúde sexual e reprodutiva das mulheres. Como a escola pode ser omissa às tantas violências sofridas pelos/as estudantes - de maioria feminina, moradores/as de bairros periféricos do Rio de Janeiro?

2. Justificativa e abordagem teórica

O objetivo geral deste trabalho é apresentar a ciência de forma crítica e libertadora mediante ações realizadas no espaço escolar. Incentivando as estudantes a ocuparem um lugar atuante no projeto para que, com elas, possamos elaborar sugestões de material didático capazes de reduzir as consequências produzidas pelo racismo, sexismo e exploração econômica vivenciados em sociedade e reforçados dentro da escola. Avaliar de que forma essas experiências atravessam as vidas destas

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

jovens em busca de diagnosticar como constroem suas identidades e resistências dentro de diferentes espaços.

Para isso nos utilizamos das teorias decoloniais e interseccionais de gênero, raça e classe a fim de compreender as relações de poder que se inserem dentro do espaço escolar e como estes aspectos influenciam na vida das mulheres. Para nos auxiliar nesta busca é preciso entender como gênero vem sendo construído ao longo da história.

Ao analisar gênero não podemos o isolar dos atravessamentos com raça e classe, já que as relações de poder e opressão são uma combinação destes três pilares. Como, por exemplo, a natureza opressiva do trabalho doméstico, que não está somente ligado ao gênero bem como com a não industrialização deste, alocado à esfera invisível por não gerar lucro. “A dona de casa surgiu como um subproduto ideológico advindo da desvalorização das tarefas domésticas após a industrialização dos meios de produção” (Davis, 2016).

Gênero, assim como raça, são conceitos construídos a partir de uma lógica moderna sempre associado à características biológicas para fazer a distinção do que é tido como normal (heterossexual, branco) e assim justificar o abuso e exploração. Delimitamos, para esta análise, gênero como conceito social-histórico-cultural, estruturado ao longo do tempo a fim de categorizar e determinar condutas. A heterossexualidade legitima “o controle patriarcal racializado sobre a cultura, produção de conhecimento, logo, econômica” (Lugones, 2008, p. 99). A escola é um reflexo das relações sociais que ocorrem fora dela e, já que está inserida no contexto capitalista e heteronormativo eugenista, reproduz essa lógica em seus “discursos morais, religiosos e biomédicos” (Gesser, 2015, p. 559). Culpabilizar sujeitos e maneiras de existir e se expressar são ferramentas cruciais para a manutenção de hegemonia ideológica. Esta prática é “comum com jovens pobres, sem acesso à educação, lazer e a métodos seguros e efetivos de contracepção” (Davis, A., 2016 p.33).

Angela Davis em sua obra “Mulheres, Cultura e Política” (2016) discorre sobre como as desigualdades sociais e políticas estão diretamente relacionadas ao

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

adoecimento da população mais pobre. Por isso, levar para a escola o debate sobre as diferenças pode contribuir para a criticidade e emancipação dos estudantes, sem forjar identidades, delimitar condutas e modificar corpos, comprometendo-os a ideias normalizadoras em nome de uma saúde higienizadora e salvacionista (RANNIERY, 2015). Assim, a luta pela saúde, através da educação, - aqui entendida como a busca pela saúde do corpo, da mente e do espírito - se entrelaça às lutas das mulheres e com o esforço pela emancipação social, econômica e política (Davis, 2016).

Para Freire, não existe educação sem comunicação. Antes, “a educação é comunicação, é diálogo” (Freire, 1983, p.45), uma vez que não se trata da ação de um sujeito que detém o conhecimento e o transfere a outros que não o possuem, mas de um encontro entre sujeitos que compartilham a aventura da construção do conhecimento. Neste sentido, os meios de comunicação e informação são também concebidos como “alimentadores de um processo educativo transformador” (Kaplún, 2002, p.15). Desta forma, pretendemos utilizar, ferramentas de comunicação, pensadas no sentido amplo do conceito, na abordagem deste trabalho.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

Este trabalho pretende utilizar as oficinas de comunicação e educação como uma estratégias de abordagem para gerar debates sobre gênero, educação sexual e saúde da mulher. As oficinas são uma metodologia de trabalho amplamente utilizada tanto na educação como na comunicação popular. É uma metodologia que não separa a teoria da prática, não separa a educação da vida, os processos intelectuais dos afetivos, o conhecer do fazer, o pensamento e a realidade (Ander-Egg, 1991). Utilizaremos oficinas, envolvendo estudantes e professores, na escola promovendo um espaço aberto à perguntas, debates e conversa. As oficinas serão embasadas na apostila de oficinas “Relações de Gênero e Violência” idealizada pelo Núcleo Interdisciplinar de estudos de gênero da Universidade Federal de Viçosa MG, pois alinha-se à concepção de gênero como algo construído cultural e historicamente.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Será desenvolvida nas oficinas a “escuta atenta e afetada” proposta por Fravret-saada (2005), pois, acreditamos que essa dinâmica acolhe os estudantes em suas diversidades.

4. Desenvolvimento

Obtivemos aproximação ao campo com o projeto de extensão "Comunicação, educação e re-existências", vinculado ao Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nutes/UFRJ), organizado em parceria com a Escola Municipal Brant Horta (EMBH), localizada no bairro da Penha, Rio de Janeiro.

As oficinas trabalharam com leitura do livro “Sejamos todas feministas” da escritora Chimamanda Ngozi Adichie, diálogos sobre sexualidade e cuidados com o corpo, promovendo a troca de experiências e noções de manutenção da saúde sexual e bem estar. Podemos apontar, até o momento, que as dinâmicas desenvolvidas possibilitaram a ampliação do diálogo e participação na sala de aula.

Neste projeto, pudemos averiguar como a maior parte dos jovens percebe a importância de dialogar e combater as violências de gênero e relacionar fatos apresentados nas atividades com suas vivências e notícias veiculadas nos grandes meios informativos. Os estudantes, entretanto, apresentaram resistência para debater sobre sexualidade, revelando vergonha e pouca familiaridade com o tema.

Junto à trajetória escolar, também temos a prática educacional realizada pela família, onde o papel parental comumente é desenhado a partir do modelo tradicional de divisões de sexo e gênero, com sobrecarga das mães trabalhadoras e chefes de família perpetuando a inequidade de gênero (Carvalho, 2000).

5. Conclusões

Entender de que forma o problema funciona torna mais fácil a descoberta de abordagens mais construtivas. Compreender a/o estudante e o mundo onde ele se insere torna mais fácil o diálogo e a troca de saberes, gerando uma produção com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

personalidade e significado/importância para eles/as (Freire, 2002). Além disso, buscar outras formas de comunicação para tratar os assuntos e gerar melhor compreensão e reflexão do debate relacionado à saúde da mulher e educação sexual. Em relação à resistência com a discussão sobre sexualidade, levantamos a hipótese de que os métodos utilizados nas oficinas podem não ser os mais adequados para tratar algumas temáticas polêmicas e que incidem sobre a vida privada destes jovens, como a sexualidade e as IST's. Estes foram importantes aprendizados que tivemos nesta primeira etapa da pesquisa, de aproximação ao campo e que servirão de reflexão para a entrada definitiva em campo. Além disso, é importante realizar uma imersão nos referenciais teóricos que abordam os temas aqui relacionados, visto à complexidade do problema de pesquisa.

6. Referencias bibliográficas

- Adichie, C. (2014). *Sejamos todas Feministas*. Companhia das Artes.
- Ander-EGG, Ezequiel (1991). *El taller uma alternativa de renovación pedagógica*. Buenos Aires: Editorial Magisterio Del Río de La Plata.
- Carvalho, M. (2000) *Relações Entre Família e Escola e Suas Implicações de Gênero*. Cadernos de Pesquisa, nº 110, p. 143-155.
- Crenshaw, K. (1991). Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford law review*, 1241-1299.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Raça e Classe*. Rio de Janeiro: Boitempo.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, Cultura e Política*. Rio de Janeiro: Boitempo.
- Favret-saada, Jeane (2005). *Ser afetado*. Caderno de campo, 13.
- Freire, P. (1983). *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra. 7 ed.
- Freire, P (2002). *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra. 25 ed.
- Gesser, M., Oltramari, L. C., & Panisson, G. (2015). Docência e concepções de sexualidade na educação básica. *Psicologia & Sociedade*, 27(3), 558-568.
- Gomes, N. L. (2003). Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e pesquisa*, 29(1), 167-182.
- Hooks, B. (1990). *Yearnings: Race, gender, and cultural politics*. Boston: South End Press.
- Kaplún, G. (2002). *Una pedagogía de la comunicación*. La Habana: Editorial Caminos.
- Leite, A; Ranniery, T. (2015) *Profanar a saúde: será (im)possível um olhar queer?* Revista Periódicus 2ª edição.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952.
- Lugones, María (2008). *Colonidad y género*. *Tabula Rasa* (9), pp.73-101.
- Núcleo Interdisciplinar De Estudos De Gênero - Universidade Federal De Viçosa Pró-Reitoria De Extensão E Cultura, 2013/2014.

O papel dos Tribunais Eleitorais com relação à conscientização política e exercício da cidadania dos jovens brasileiros

Thaís Teixeira da Silva Cabral – Universidade Federal Fluminense¹

RESUMO

A abordagem que se pretende estabelecer diz respeito às ações desenvolvidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelos Tribunais Regionais Eleitorais, por meio de projetos socioeducativos desenvolvidos junto a escolas públicas e particulares, tendo em vista a conscientização dos estudantes acerca de sua cidadania política. Sendo o povo elemento formador da vontade estatal e tomando o voto como principal forma de expressão, é preciso desenvolver mecanismos que garantam sua livre e consciente manifestação, que indubitavelmente encontra reforço na ferramenta da educação e democratização da informação. Todas essas questões serão trazidas por meio de uma abordagem descritiva da posição social dos Tribunais Eleitorais frente às demandas observadas quanto à conscientização política, principalmente dos jovens brasileiros. Assim, sem exercer juízo de valor e sem proceder a uma avaliação de impacto, apenas utilizando referenciais teóricos, pesquisas bibliográficas e documentais, propõe-se desenvolver o presente artigo com o pressuposto de que é preciso educar para participar. Será estruturado da seguinte forma: Poder Judiciário e democratização do direito à informação; Relação do jovem brasileiro e o processo político: transversalidade do direito à informação na educação para cidadania; Programas do Judiciário Eleitoral destinados à informação do jovem eleitor no âmbito do TSE e Panorama dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Palavras-chave: Cidadania; Voto; Educação; Informação; Política Social.

ABSTRACT

The approach that is intended to be established concerns the actions developed by the Superior Electoral Court and the Regional Electoral Courts, through socio-educational projects developed with public and private schools, in order to raise students' awareness of their political citizenship. Since the people are the constituent element of the state will and taking the vote as the main form of expression, it is necessary to develop mechanisms that guarantee their free and conscious manifestation, which undoubtedly finds reinforcement in the tool of education and democratization of information. All these issues will be brought

through a descriptive approach to the social position of the Electoral Courts in response to the demands made on political awareness, especially of young Brazilians. Thus, without exercising value judgment and without carrying out an impact assessment, only using theoretical references, bibliographical and documentary researches, it is proposed to develop the present article with the assumption that it is necessary to educate to participate. It will be structured as follows: Judiciary and democratization of the right to information; Relationship of the young Brazilian and the political process: transversality of the right to information in citizenship education; Electoral Judicial Programs aimed at informing the young voters within the scope of the TSE and the Panorama of the Regional Electoral Courts.

Keywords: Citizenship; Vote; Education; Information; social policy.

¹. Graduação em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira, especialização em Direito Público e Privado pela Universidade Estácio de Sá e em Direito Constitucional pela Universidade do Sul de Santa Catarina. Mestranda em Política Social na Universidade Federal Fluminense. E-mail: ttcabral@yahoo.com.br

A estrutura do poder político brasileiro encontra-se definida na Carta Magna, segundo o molde tripartite formulado por Montesquieu, opção que vem sendo adotada desde a Constituição republicana de 1891. Isto quer dizer que os órgãos que desempenham as funções estatais estão distribuídos em três tipos de poderes, quais sejam, Poder Legislativo; Poder Executivo e Poder Judiciário. Ao primeiro deles incumbe a função típica de legislar mediante produção de normas gerais e abstratas. Ao segundo cabe a execução das leis e a gestão pública com atribuições políticas e administrativas. Por fim, ao terceiro compete a prestação da atividade jurisdicional de aplicar as leis casuisticamente nas lides. Entretanto, a tais poderes, independentes e harmônicos, mas submetidos a um sistema de freios e contrapesos para que desvios ou abusos sejam controlados, é conferida a possibilidade do exercício de funções atípicas no desempenho satisfatório de suas atividades.

A partir dessa compreensão, visualiza-se o mecanismo de funcionamento estatal, onde, através desses poderes manifestados por seus órgãos, que exprimem, nada mais nada menos, do que uma vontade humana de quem os representa, os exerce e os compõe, se realiza a democracia e seus valores essenciais. Por se tratar, portanto, de uma opção de regime em que o poder emana do povo, direta e indiretamente, há que se garantir direitos e condições para o exercício desse poder e, por conseguinte, para a consecução de seu fim último: harmonia social e bem estar geral. Mas apenas isso não basta. É preciso participar e para participar é preciso conhecer.

Ademais, diante do contexto histórico com que a cidadania, em seu conteúdo mais expressivo, se desenvolveu no Brasil, se leva a pensar na configuração atual do processo democrático. Acostumados a ver imperar o descaso com as eleições e o triunfo das elites dominantes e, também, por tantas vezes as inspirações democráticas sendo sufocadas, ou por regimes ditatoriais ou pelo próprio sistema, denota-se que o eleitor brasileiro se impregnou de desconfiança, mormente frente a um panorama político, social, econômico e cultural negativado pelas crises institucionais dos últimos anos ou até mesmo pelo reflexo do sistema educacional.

Nessa esteira, e tomando-se por base a cidadania como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e a sua expressão na triangularização dos direitos históricos: civis, políticos e sociais, coadunando-se

com o princípio da soberania popular, tem-se o direito à educação como fundamental para o preparo do seu pleno exercício. Diante de tais premissas, pode-se estabelecer um encadeamento lógico entre educação, como corolário do direito à informação e do acesso a cultura, além do tradicional ensino; participação política e cidadania, se perfazendo para a concretude dos valores apregoados no documento de máxima autoridade no país.

Destarte, conscientizando-se a respeito desse silogismo, de sua responsabilidade social e da necessidade de um olhar para o futuro em termos de percepção política e de participação no processo eleitoral, a Justiça Eleitoral desenvolveu programas/projetos visando a alcançar determinado público-alvo, qual seja, crianças e adolescentes, numa expectativa de futuro. Relate-se, todavia, que no período de redemocratização do país, pós ditadura militar, o movimento estudantil, ávido a exercer o direito de voto nas eleições diretas de 1989 e por meio da campanha “Se liga, 16”, reivindicou o direito de votar para os jovens de 16 e 17 anos, direito esse conquistado pela primeira vez na Assembleia Constituinte e preconizado no art. 14 da Constituição Federal de 1988, mesmo que de modo facultativo.

Inicialmente, em 2003, o Tribunal Superior Eleitoral implantou o Programa Eleitor do Futuro, em âmbito nacional, levando, às escolas públicas e particulares e para o ensino fundamental e médio, aulas, palestras, materiais didáticos, simulações de eleições dentre outros recursos, a fim de aproximar os alunos de temas políticos correlacionando-os aos problemas sociais. Contam também, em contrapartida, com o apoio dos diretores e professores mediante a implementação de recursos pedagógicos lúdicos, além de parcerias com órgãos públicos e entidades civis.

Assim, consubstanciados por um movimento que contribua para a efetivação desses programas, os Tribunais Regionais Eleitorais, nos âmbitos estaduais, desenvolveram projetos sociais nesse sentido, adaptando-os às peculiaridades de seu Estado e aplicando-os conforme sua realidade, razão pela qual possuem a liberdade de elegerem os moldes pelos quais e a faixa etária com a qual pretendem trabalhar.

Atualmente, e em consonância com esse ideal, foi instituído também o programa #partiumudar, com a cooperação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Ademais, sucumbindo-se à globalização, o Brasil integra,

dentre 25 países, a rede mundial de educação para o eleitor veiculada pela voice.net (voter information, communication & education network), por intermédio do Tribunal Superior Eleitoral, em que se compartilha experiências e conhecimentos, constituindo uma importante fonte de amadurecimento no que tange à educação para cidadania.

Frise-se que tais projetos sociais encontram-se isentos de partidarismos e ideologias, onde o Poder Judiciário, em exercício de função atípica, abre suas portas, literalmente, e sai da inércia para levar até os estudantes informação e educação cívica acerca do processo político democrático. É o reconhecimento de que a construção da esfera pública se dá pela possibilidade de participação das pessoas.

Trata-se, portanto, de um processo de democratização voltado ao exercício da cidadania do eleitor. Democratização seria levar ao povo o direito de ser povo na figura de sua soberania, mediante garantia de sua participação. Mas como? Através da educação e da informação, que, ao final, num caráter transversal, fundamentaria/viabilizaria as políticas sociais.

Pode-se concluir, dessa forma, que para votar tem que se educar, inclusive para não se sujeitar ao alvedrio de possíveis manipulações de opinião, sobretudo em tempo de campanhas políticas e de divulgação das pesquisas eleitorais.

Há que se ressaltar que a presente pesquisa justifica-se, além de se propagar uma tarefa de cunho social pouco difundida entre os cidadãos, pela relevância pessoal e acadêmica da autora, que busca aliar os campos de estudo do Direito e do Serviço Social, na medida em que requer destacar a importância e os limites dos respectivos programas, não só com relação ao direito de voto, foco principal, mas também com relação a outros direitos, de tal modo a demarcar um elo entre o desenvolvimento de políticas sociais e o exercício de direitos políticos, método de concretização democrática, mormente no que tange à ideia de que a construção da cidadania não se perfaz sem informação.

Por fim, pretende-se, por meio de referenciais teóricos, tais como Jürgen Habermas, diante de sua teoria do agir comunicativo e a relação com as instituições e a sociedade, tendo o Direito como uma fonte legítima de regulação e controle; e Patrick Charadeau, no âmbito da análise do discurso e

a importância da linguagem na formação da opinião pública para a vida política, base do regime democrático, bem como de pesquisas bibliográficas e documentais, demonstrar que os Poderes não apenas devem exercer suas funções típicas, mas, antes de tudo, tem um papel social a cumprir, buscando essa aproximação com seus cidadãos, para atingir o fim a que se destina, já que sem informação e sem educação não há democracia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume I. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*, volume II. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Micropolíticas de resistência juvenil e saúde. Os ativismos de mulheres no *hip hop* latino-americano

Micropolitics of young resistance and health. Women's activism in Latin American hip hop

Valentina Carranza Weihmüller – Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ)¹

Resumo: O projeto objetiva analisar interseccionalmente casos de ativismo de mulheres nas micropolíticas de resistência do *hip hop* na América Latina focalizando nos seus desdobramentos para o exercício/formação política e a saúde das mulheres ativistas. A partir de uma metodologia de estudo de caso que articula métodos digitais de *small data* com observação participante e entrevistas dialógicas, pretendem-se abordar um caso de ativismo em três países da região: Argentina, Brasil e o México. Resultados exploratórios a partir de um mapeamento de mais de 50 casos em mídias digitais, indicam que os ativismos de mulheres nas micropolíticas de resistência do *hip hop* latino-americano articulam um exercício/formação política jovem, feminista e antirracista incluindo estratégias para enfrentar problemas e condicionantes de saúde em relação à violência de gênero, à saúde mental, à sexualidade, à qualidade de vida e às possibilidades de participação política e inserção social. O projeto se encontra em fase inicial, aguardando resultado de avaliação por parte do comitê de ética. As atividades de campo pretendem começar em setembro de 2019.

Palavras-chave: juventudes; mulheres; *hip hop* latino-americano; política; saúde.

Abstract: The project aims to analyze, in an intersectional perspective, cases of women's activism in the Latin-American hip hop micropolitics of resistances, focusing in the implications for political exercise and health. From a case study methodology, that articulates digital methods (small data) with participant observation and dialogical interviews, a case of activism of three countries of the region (Argentina, Brazil and Mexico) will be approached. Exploratory results in digital medias have mapped more than

¹ Formada em Comunicação Social pela Universidade Nacional de Córdoba, Arg. Mestre e doutoranda em Educação em Ciências e Saúde pelo Instituto NUTES, UFRJ. Bolsista Capes. Temas de interesse: juventudes, política, educação e saúde. cw.valentina@gmail.com

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

50 cases that indicates that women's activism in Latin American *hip hop* articulates a young, feminist, and anti-racist political exercise including strategies to address health problems and conditions (gender-based violence, mental health, sexuality, quality of life and possibilities for political participation and social inclusion). This project is in its initial phase, awaiting evaluation result by the ethics committee. Field activities will start in September 2019.

Keywords: youths; women; Latin American hip hop; politics; health.

1. Introdução

O campo de estudos sobre juventudes na América Latina tem dedicado parte significativa de seus esforços a conhecer o papel social-político-pedagógico das expressões e ações coletivas juvenis em contextos urbanos. Nesse marco, surgiram os estudos sobre as *culturas juvenis*, interessados em abordar o conjunto de práticas, linguagens, modos de expressão e construção político-identitária que as juventudes foram desenvolvendo a partir de as últimas décadas do século XX para se produzir como sujeitos-agentes protagonistas dos seus contextos sociais (FEIXA, 2018). O *hip hop* é considerado uma destas “culturas juvenis” tornando-se “tema” ou “objeto” em diversas pesquisas (FEIXA, 2018; REGUILLO, 2000).

Para além dos aspectos “juvenil” e “urbano” do movimento *hip hop*, interessa a este projeto caracterizá-lo como uma micropolítica de resistência ligada às lutas históricas e as estratégias de subsistência dos grupos subalternizados no contexto da modernidade-colonialidade na América Latina. Neste sentido, o *hip hop* é entendido não meramente como um “estilo” ou “produto” musical urbano juvenil, senão como um complexo conjunto de práticas e discursos onde diversas formas de ativismo se desenvolvem a fim de enfrentar problemas e condicionamentos produzidos pelas desigualdades históricas na região, e seus desdobramentos relativos à saúde.

Este projeto pretende indagar sobre como esses ativismos de mulheres nas micropolíticas do hip hop latino-americano se constituem e quais seus desdobramentos para o exercício/formação política e a saúde das mulheres ativistas e os grupos sociais que elas representam. Assim, visa responder: Como condições e problemas que afetam a saúde são apresentados e problematizados pelos ativismos? Quais tipos de exercício/formação política são constitutivos dos ativismos? Como os marcadores de

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

diferença e desigualdade se interseccionam em relação às condições e problemas de saúde apresentados e os tipos de ativismo desenvolvidos? A partir de quais elementos esses ativismos se engajam nas lutas político-culturais no atual ciclo da modernidade/colonialidade na América Latina?

Como recorte de pesquisa pretende-se analisar um caso de ativismo em três países da região: Brasil, o México e a Argentina. Cabe assinalar que o fato de incorporar casos de diferentes contextos possibilita construir um desenho que nos permita refletir sobre particularidades e generalidades que muitas vezes escapam quando as pesquisas se delineiam dentro das fronteiras nacionais.

2. Justificativa e abordagem teórica

Pesquisas no campo da sociologia da educação e os estudos sobre juventudes têm problematizado o *hip hop* como uma mediação de relevância nos processos de significação, socialização e luta cultural, principalmente daqueles/as jovens pertencentes a grupos sociais historicamente subalternizados. Não obstante, trabalhos sobre o lugar/papel das mulheres nessas micropolíticas de resistência, apesar de um aumento na produção nos últimos anos, são relativamente poucos, ainda menos quando a abordagem tenta ser interseccional integrando marcadores de diferença e desigualdade (WELLER, 2017). Neste sentido, consideramos que as micropolíticas no movimento *hip hop*, sendo na atualidade espaços para o desenvolvimento de modalidades ativistas de significativa participação juvenil, se apresentam relevantes a fim de ampliar conhecimentos sobre gênero e juventudes na sua interseção com outros marcadores de diferença e desigualdade (raça/etnia, classe social, sexualidade) (CRENSHAW, 2010).

O trabalho pretende contribuir, através de uma perspectiva crítica e decolonial (ANDREWS, 2018. SEGATO, 2012, 2013; GONZÁLEZ, 2010), com o debate sobre o papel das mulheres nas micropolíticas de resistência juvenil, analisando como esses ativismos manifestam e enfrentam condições e problemas que afetam à saúde e permitem o exercício/formação política das mulheres participantes no atual ciclo da modernidade/colonialidade na América Latina (QUIJANO, 2008). Assim, com este trabalho se pretende colaborar com as lutas e reivindicações das mulheres jovens em

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

nossa região, além de pretender, a pesquisa como um todo, se oferecer como um espaço para a construção de redes entre ativismos de diferentes países.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

A partir de um desenho metodológico de estudo de caso, numa perspectiva qualitativa, reflexiva e interseccional, o projeto pretende abordar casos de ativismo de mulheres no *hip hop* de três países (Brasil, Argentina e México, um caso por país) a fim de criar um registro reflexivo dos mesmos, em seus elementos constitutivos: discursos, repertórios e trajetórias. Como técnicas de coleta de dados pretende-se articular métodos digitais de *small data* (KITCHIN, 2017; ROGERS, 2013), observação participante (FALS BORDA, 2015; MAGNANI, 2002) e entrevistas dialógicas (LAMENDOLA, 2014). Já para a análise se realizará análise de discurso (FOUCAULT, 2008) para as produções artísticas e as entrevistas, e também, se recuperará o material etnográfico produzido a partir dos relatos de campo. Cada uma destas técnicas, associadas a seus objetos, conformam uma dimensão dos ativismos: digital, discursiva, interacional-territorial e socio-histórica.

Se prevê uma imersão ao campo de 4 meses por caso, sendo 4 para coleta e análise de mídias digitais (Facebook e YouTube) e 2 de observação participante em eventos e para a realização das entrevistas. Por caso, pretendem-se analisar ao menos 2 produções artísticas (de maior visibilidade nas plataformas digitais), participar-observar de pelo menos 2 eventos e realizar como mínimo 1 entrevista (individual ou coletiva). Como instrumentos de coleta no Facebook e no Youtube se utilizarão os aplicativos *Netvizz* e *YouTube DataTools* ([Digital Methods Initiative](#), University of Amsterdam) e ações manuais. As observações participantes serão registradas em um diário de campo e as entrevistas seguirão um roteiro temático de questões a serem abordadas. Antes de começar com o trabalho de campo e a coleta nas mídias digitais se estabelecerão as parcerias correspondentes com as artistas protagonistas dos casos de ativismo selecionados.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

4. Desenvolvimento

O projeto já tem começado com a revisão bibliográfica e realizado uma fase exploratória de pesquisa em mídias digitais² que mapeou mais de 50 casos de ativismo de mulheres em circuitos específicos de *hip hop* no Brasil (*slams*), na Argentina (batalhas de galhos e *hip hop* transfeminista) e no México (*hip hop* feminista). A etapa exploratória tem indicado a presença de questões de saúde (violência de gênero, sexualidade, saúde mental, condicionantes socioculturais de saúde, racismo e saúde) problematizadas nas produções artísticas e nos comentários postagens nas páginas e perfis das mulheres ativistas. Também, pesquisas sobre o tema (GARCÉS MONTOYA, 2011; LONDOÑO, 2017; WELLER, 2005) assinalam como as meninas no *hip hop* colocam assuntos que vão além do olhar “tradicional” sobre a saúde da mulher jovem/adolescente (gravidez, infecções de transmissão sexual, mudanças corporais etc.) problematizando condicionantes de protagonismo e oportunidades associadas a papéis e violências de gênero.

5. Conclusões

O projeto se encontra em fase inicial, aguardando a avaliação por parte do comitê de ética. As atividades de campo pretendem começar em setembro de 2019. Um desafio e passo importante é definir junto às artistas ativistas de que maneira a pesquisa pode contribuir especificamente com as suas lutas. Outro é manter a viabilidade do projeto num contexto de crise política e econômica em nossa região que pretende aprofundar o desmonte da universidade e da ciência pública em nossos países.

6. Referencias bibliográficas

ANDREWS, G. R. Desigualdade: raça, classe e gênero. In: ANDREWS, G. R.; DE LA FUENTE, A. (Eds.). **Estudos Afro-latino Americanos. Uma Introdução**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. p. 75–118.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

² Instagram e Facebook, por meio de uma técnica que denominamos *mapeamento de conexões digitais entre artistas*.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

FALS BORDA, O. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: FALS BORDA, O. (Ed.). **Una sociología sentipensante para América Latina**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2015. p. 219–252.

FEIXA, C. Culturas juvenis como perspectiva para analisar as juventudes (1993-2018). **Última década**, v. 26, n. 50, p. 89–105, 2018.

GARCÉS MONTOYA, Á. Culturas juveniles en tono de mujer. Hip hop en Medellín (Colombia). *Revista de Estudios Sociales* No.35, n. 39, p. 42–54, abr. 2011.

GONZALEZ, L. Por um feminismo Afro-latino-Americano. In: CÍRCULO PALMARINO (Ed.). **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino** n.1 Batalha de Ideias. Brasil: Círculo Palmarino, 2011. p. 12–21.

KITCHIN, R. 3. Big Data – Hype or Revolution? In: SLOAN, L.; QUAN-HAASE, A. (Eds.). *The SAGE Handbook of Social Media Research Methods*. Londres: Publications, 2017. p. 27–39.

LAMENDOLA, S. Cap. 14. Dialogicamente: Dar vida a percursos de conhecimento em termos de relações ou de experiência? In: CARRANO, P. C. R.; FAVERO, O. (Eds.). *Narrativas juvenis e espaços públicos: Olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais*. Niterói: EdUFF/FAPERJ, 2014. p. 323–354.

LONDOÑO, D. A. S. “Somos las vivas de Juárez”: hip-hop femenino en Ciudad Juárez. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 79, n. 1, p. 147–174, 2017.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 49, p. 11–29, jun. 2002.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. Argentina: Gráficas y Servicios, 2008.

REGUILLO, R. Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto. Bogotá, D.C., Colombia: Grupo Editorial Norma, 2000.

ROGERS, R. 9 After Cyberspace: Big Data, Small Data. In: *Digital Methods*. Cambridge: The MIT Press, 2013. p. 250–261.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos ces*, n. 18, p. 106–131, 2012.

SEGATO, R. L. El sexo y la Norma: frente estatal-empresarial-mediático-cristiano. In: *La crítica a la colonialidad en ocho ensayos. Y una antropología por demanda*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013. p. 101–138.

WELLER, W. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, p. 107–126, abr. 2005.

WELLER, W. Investigaciones Sobre Juventud en Brasil: Género y Diversidad. *Revista de Políticas Sociales y Urbanas*, n. 1, p. 119–139, 2017.

* O projeto apresentando conta com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A relação entre as desigualdades sociais e a influência da cultura na construção da imagem corporal dos estudantes da rede municipal de Maricá-RJ

The relation between social inequalities and the influence of culture in the construction of the body image of the students of the municipal school network of Maricá-RJ.

Viviane de Paula Bezerra – UFRJ¹

Resumo:

Este trabalho parte dos estudos da influência sociocultural na construção da imagem corporal. A pesquisa tem o objetivo de observar as influências da sociedade na formação do corpo. Para tal, utilizamos uma revisão de literatura sobre a construção do corpo e a metodologia terá abordagem qualitativa, com desenho de estudo do tipo quasi-experimental (MARCONI e LAKATOS, 2004). Considerando que o contexto do cotidiano escolar tem influência no processo de construção de imagem corporal dos alunos, percebemos que dentro dos ambientes escolares existem diferentes classes sociais, nas redes públicas e privadas de ensino e essas diferenças têm influência na construção social da imagem corporal dos estudantes. Observa-se que as aulas, quando ministradas de forma tradicional, trazem uma visão dicotômica, desconsiderando a construção das corporeidades dos alunos. Desta forma, podem limitar a reflexão dos estudantes na construção de concepções sobre o corpo e limitando suas vivências no cotidiano escolar. Consideramos ser necessário uma ampliação da nossa visão de corpo, desconstruindo a ideia do corpo como uma mera máquina de execução de tarefas. O corpo é socialmente construído e também constrói a sociedade.

¹ Licenciatura Plena em Educação Física; Especialista em Educação Física Escolar; Mestranda do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Saúde NUTES/UFRJ; vivianebezerra@outlook.com. Esta pesquisa é orientada pela Profª Dra Ana Lúcia Nunes de Sousa.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

Palavras-chave: corpo; imagem corporal; cotidiano escolar; educação física escolar; desigualdades sociais

Abstract:

This work is based on studies of sociocultural influence in the construction of body image. The work aims to observe the influences of society in the formation of the body. To do this, we used a literature review on the construction of the body and the methodology will have a qualitative approach, with quasi-experimental study design (MARCONI and LAKATOS, 2004). Considering that the context of daily school life influences the process of body image construction of students, we realize that within school settings there are different social classes in public and private teaching networks and these differences influence the social construction of students' body image. It is observed that the classes, when taught in a traditional way, bring a dichotomous view, disregarding the construction of the students' corporations. In this way, they can limit the reflection of the students in the construction of conceptions about the body and limiting their experiences in the school routine. We consider it necessary to enlarge our view of the body, deconstructing the idea of the body as a mere task execution machine. The body is socially constructed and also builds society.

Keywords: body; body image; everyday school life; school physical education; social differences.

1. Introdução

O cenário e as propostas da educação física vêm sofrendo muitas modificações ao longo do tempo e isso tem influência direta na formação dos professores de educação física e em suas práticas pedagógicas. Marcas da sua história com ênfase na medicina higienista e no militarismo valorizavam a formação de um corpo para “hábitos de vida saudáveis” ligados à ordem, à disciplina e a uma visão puramente biológica (GUIRALDELLI, 1988).

Essa visão sobre o corpo ainda permeia o dia-a-dia das aulas de educação física, embora muitos professores já vejam a educação física como uma disciplina que trabalha o corpo como um “todo” ainda temos muitos com uma visão dicotômica do corpo e do trabalho da educação física escolar.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

2. Justificativa e abordagem teórica

Darcy Ribeiro retrata bem as diferenças sociais descreve a influência das desigualdades sociais e sua relação com os processos de construção de imagem corporal nesse trecho:

“Com efeito, no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre os povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice – como expressão do usufruto da riqueza social – se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiúra de imensa maioria – expressão de penúria em que vivem. Ao traço refinado da inteligência – enquanto reflexo da instrução -, aos patricios e cosmopolitas dos dominantes, corresponde ao traço rude, o saber vulgar, a ignorância e os hábitos arcaicos dos dominados.”

(RIBEIRO, Darcy 1995)

A escola é um espaço onde podemos problematizar e discutir a formação de identidade e imagem corporal através de estratégias de intervenção que podem acontecer durante as aulas de educação física com questionamentos que possam gerar reflexões e novas concepções sobre a formação do corpo, seus signos e suas linguagens, promovendo a reflexão sobre a aceitação do corpo.

3. Métodos e instrumentos de pesquisa

O presente estudo terá abordagem qualitativa, com desenho de estudo do tipo quasi-experimental (MARCONI e LAKATOS, 2004). Questionários semi-estruturados serão utilizados e entrevistas, as quais serão realizadas através da análise de conteúdo proposta por Bardin (2009), através das seguintes etapas: preparação das informações, transcrição, leitura e codificação do material coletado nas entrevistas; transformação do conteúdo em unidades de registro; classificação das unidades em categorias; descrição das unidades de registro e interpretação das informações coletadas. A pesquisa pretende ser realizada na Escola Municipal Caic Elomir Silva, situado no município Maricá-RJ, por este reunir os níveis de ensino da educação básica que a pesquisa necessita. A pesquisa será realizada no primeiro e segundo trimestre onde o tema de planejamento

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

visa a valorização da cultura brasileira. No início do primeiro trimestre, os alunos responderão algumas perguntas para que as percepções de suas imagens corporais sejam avaliadas.

Em seguida, durante o segundo trimestre, dinâmicas de intervenções serão realizadas uma vez na semana. As intervenções serão conduzidas pela própria pesquisadora e serão pautadas na reflexão e problematização do corpo.

Ao final do segundo trimestre as intervenções os alunos responderão novamente as perguntas com o objetivo de confrontar os dados, pretendendo-se então analisar as contribuições das intervenções durante as aulas de educação física no que diz respeito às questões do corpo na sociedade.

4. Desenvolvimento

Pensar a construção do corpo é pensar em indivíduos que se formam e se desenvolvem com influência direta do meio social em que vivem, e esse ciclo de desenvolvimento é uma constante onde os indivíduos se constroem e se (re)constroem e da dessa forma influenciam no meio social em que vive.

No cotidiano escolar, a educação física pode trazer contribuições e discussões sobre o processo de formação de imagem corporal. Desse modo a educação física pode mostrar caminhos para que os alunos possam entender a diversidade, desenvolver a auto estima positiva através da aceitação de si mesmo e da construção de sua imagem corporal.

Falar do corpo é falar da identidade que se adquiriu na cultura contemporânea, como resultados, como por exemplo, o crescente mercado de serviços relacionados ao corpo. (GOELLNER, 2003). Essa valorização exacerbada do padrão de corpo belo trás muita frustração aos indivíduos que não estão dentro desses padrões. A escola por sua vez pode discutir e contextualizar essa temática dentro do seu espaço como forma de permitir que os alunos tenham uma visão ampliada de corpo no cotidiano da escola.

5. Conclusões

As aulas, quando ministradas de forma tradicional, operam com uma visão dicotômica, desconsiderando a construção das corporeidades dos estudantes, e limitando

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

a reflexão dos alunos sobre o conceito de construção do corpo e limitar suas vivências no cotidiano escolar.

É preciso ampliar nossa visão de corpo e desconstruir a visão do corpo como uma máquina de mera execução de tarefas, somos corpos construídos socialmente e que constroem a sociedade.

O papel do professor, em especial do professor de educação física escolar deve ser revisto, repensado pelo próprio professor, o professor pode procurar uma perspectiva de aulas mais contextualizadas com a realidade dos alunos, valorizando suas potencialidades, valorizando o conhecimento que cada aluno trás e mostrando lhes novas possibilidades de práticas corporais.

Falar do corpo é falar da identidade que se adquiriu na cultura contemporânea, que nos deu como resultado, por exemplo, o crescente mercado de serviços relacionados ao corpo (GOELLNER, 2003). Essa valorização exacerbada do padrão de corpo belo traz muita frustração aos indivíduos que não estão dentro desses padrões. A escola, por sua vez, pode discutir e contextualizar essa temática dentro do seu espaço como forma de permitir que os alunos tenham uma visão ampliada de corpo no cotidiano da escola, refletindo criticamente acerca dos modelos e padrões sociais que se evidenciam na sociedade (Cupolillo, 2011).

A necessidade de buscar um padrão de corpo perfeito precisa ser amplamente discutida. A busca pelo belo, por corpos perfeitos impostos pela conjuntura da sociedade atual faz com que as novas gerações percam suas identidades corporais caminhando para uma padronização do corpo que vem sendo imposta pela mídia e o mercado da estética. As redes sociais mostram as pessoas perfeitas, em suas vidas perfeitas, refletindo uma sociedade narcisista, o que traz para as pessoas o desejo de consumo, gerando nos sujeitos que não conseguem atingir estes padrões um conflito interno.

Referências bibliográficas

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

Comunicação Participativa e a Luta pelos Direitos Humanos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/ Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal Fluminense / Participatory Communication Research (PCR)-IAMCR, Rio de Janeiro, julho/2019

- CUPOLILLO, M. **Sentir, Pensar e Olhar: múltiplos significados para os corposujeitos**. ANAIS DO XVII CONBRACE IV CONICE, Ciência & Compromisso Social – implicações na/da Educação Física e Ciências do Esporte, Porto Alegre, 2011.
- GASPARIN, J. L. Uma didática para a Pedagogia Histórica – Crítica. 3ª edição. Campinas. São Paulo. Autores Associados. 2005.
- GOELLNER, S. V. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G. L. FELIPE, J. GOELLNER, S. V (Org.). Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis/RJ. Vozes. 2003.
- GUIRALDELLI JR. P. **Educação Física Progressista: a pedagogia crítico social dos conteúdos e a Educação Física brasileira** – Coleção Espaço, Vol. 10, Edições Loyola, São Paulo, 1988.
- LE BRETON, D. Antropologia do corpo na modernidade. 2ª edição. Rio de Janeiro. Vozes.2007.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia Científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- RIBEIRO, D. O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil. 2ªed. São Paulo; Companhia de Letras, 1995.